

## JUVENTUDE E CIDADANIA EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO



#### UMA PORTA ABERTA PARA A EUROPA E PARA O MUNDO



**POR** 









#### **JUVENTUDE E CIDADANIA** EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA [CJL]





#### MENSAGEM SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE E DESPORTO

Os alertas vêm de várias fontes: vivemos uma situação de permanente desadequação e obsolescência dos sistemas educativos face aos desafios do presente e do futuro imediato. Fala-se, hoje – como antes o terão feito outros, na História – num mundo em transição, pois as mudanças económicas, sociais e políticas que se vivem e anteveem exigem reações radicais e substantivas por parte das instituições. As alterações climáticas, o desemprego tecnológico e a globalização de problemas antes pensados como locais obrigam os Estados e os restantes atores políticos a construir respostas que, no momento em que são produzidas, já poderão estar em atraso. Formamos jovens, hoje, para profissões que não tardarão a desaparecer, enquanto surgem, todos os anos, novas profissões – ou novas necessidades de competências – que não conseguimos antecipar. Todas as épocas de transição na História terão sofrido esta ambiguidade do choque entre o mundo velho e o mundo novo e, sem dúvida, as gerações mais jovens são aquelas que mais tempo convivem com a transição e o mundo pós-mudanca, ou seja, com as consequências dessa transformação.

Ambicionar que as instituições políticas tenham capacidade de resposta total a estes desafios é não enfrentar a fragilidade coletiva da tradição de respostas isoladas e centralizadas aos problemas. Enquanto Humanidade, as nossas sociedades democráticas têm vindo a aperfeiçoar o envolvimento das cidadãs e dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. As últimas décadas têm vindo a ser marcadas por esforços mais ou menos generalizados, nos planos europeu e internacional, para aumentar e melhorar a participação juvenil, pois o envolvimento deste segmento da população contribui de forma substancial para a sustentabilidade do projeto político de cada país ou região política. As pessoas jovens do presente estarão na sociedade de amanhã, pelo que o investimento na juventude dá-nos a oportunidade política de desenhar o mundo que queremos para e com quem o viverá.

Há aqui, pois, uma tripla responsabilidade:

a de garantir a efetivação dos direitos humanos das pessoas jovens, no presente,
 e da proteção especial que lhes é conferida, promovendo, assim, a igualdade
 entre gerações;

- a de trabalhar com as pessoas jovens no desenho, implementação e avaliação das políticas de juventude, cuja transversalidade espelha a multidimensionalidade das suas vidas presentes;
- a de reconhecer a oportunidade que a participação da juventude representa na construção de um futuro melhor para todas/os, pela energia inesgotável, capacidade de intervenção e mundivisão de gerações que já não conhecem outro mundo que não o mundo aberto, global, cosmopolita, onde a construção da paz é um desígnio com vista ao desenvolvimento sustentável.

Por tudo isso, o trabalho do Centro de Juventude de Lisboa – uma porta aberta para a Europa e para o Mundo – deve continuar a ser apoiado. Só por si, a promoção dos valores do Conselho da Europa – direitos humanos, Estado de Direito e democracia – justificaria o empenhamento do setor da Juventude neste projeto eminentemente político. Contudo, as características específicas do Centro de Juventude de Lisboa, designadamente o trabalho com os parceiros e a aposta na construção de uma Europa de paz, inclusiva e de igualdade na diversidade, fazem deste Centro uma aposta ganha do Instituto Português do Desporto e Juventude, movimento associativo juvenil e outras organizações não governamentais que trabalham com jovens, designadamente segundo princípios e metodologias do domínio da Educação Não Formal, para estes objetivos comuns.

Nesta publicação, reúnem-se vários contributos de pessoas que dedicam as suas vidas, profissional ou voluntariamente, ao setor da Juventude – representantes do movimento associativo juvenil, técnicas/os do Instituto Português do Desporto e Juventude, representantes de entidades parceiras do Centro de Juventude de Lisboa, entre outros. Comum a todos eles há a certeza de que a educação, entendida aqui de forma holística e não limitada aos sistemas de ensino – embora sempre reconhecendo a importância destes últimos –, é a ferramenta política para que a participação cidadã, e em particular a juvenil, seja efetivada de maneira informada e preparada para o mundo de incertezas em que vivemos.

Termino, pois, congratulando o Centro de Juventude de Lisboa por mais este importante contributo para a afirmação de Portugal como país empenhado na promoção da participação juvenil.

JOÃO PAULO REBELO Secretário de Estado da Juventude e Desporto

#### **PREFÁCIO**

A missão do Instituto do Desporto e Juventude cumpre-se ao apresentar esta publicação, em diálogo partilhado com parceiros de entidades nacionais e europeias, com técnicos de juventude, colaboradores responsáveis ao longo de anos, pela construção de um percurso colaborativo entre entes públicos e privados.

A educação para a cidadania ativa e democrática é um valor universal, para o qual este instituto tem trabalhado e contribuído através de programas e atividades de apoio ao associativismo jovem, envolvendo diferentes parceiros, locais, nacionais e internacionais.

A história deste instituto, na área da juventude, é preenchida por relações e uma cultura de proximidade com os organismos da administração pública central e local, com o associativismo jovem e os jovens, procurando dinamizar as diferentes áreas da sua intervenção, do associativismo ao voluntariado jovem, à saúde juvenil, até ao empreendedorismo, característico da transversalidade das políticas de juventude.

O Centro de Juventude de Lisboa, com selo de qualidade atribuído pelo Conselho da Europa (CoE), em 2014, tem assumido um papel ativo na concretização destes objetivos, como espaço instrumental para a educação não-formal de jovens, promovendo os valores do Conselho da Europa e a cidadania ativa, através da conceção e implementação partilhada de atividades com os seus parceiros. Com o trabalho aqui apresentado, está não só a cumprir uma das recomendações que consta do relatório do CoE, como está a materializar a sua missão e a necessidade do seu projeto pedagógico.

Este centro, do Instituto Português do Desporto e Juventude, é um espaço de partilha, promoção de boas práticas e politicas de juventude e quer afirmar-se como exemplo a ser replicado por outros centros de juventude a nível nacional e europeu. A educação para a cidadania participativa e democrática é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa, solidária, intercultural e feliz. Este é o nosso propósito e a razão da nossa existência.

AUGUSTO BAGANHA

Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

#### **AGRADECIMENTOS**

Este livro é o resultado da contribuição e colaboração de vários parceiros do Centro de Juventude de Lisboa, todas essenciais para a sua realização.

A concretização deste projeto só foi possível com o empenho de várias entidades que trabalham e representam a Juventude, a nível local, nacional e internacional, utilizando a metodologia da Educação Não Formal como ferramenta para promover a participação ativa de jovens e uma sociedade mais informada, com conhecimento e desperta. De forma sentida, agradecemos o carinho e o terem acreditado neste projeto.

Em primeiro lugar ao Conselho da Europa, o qual nos distinguiu em 2014 com o Selo de Qualidade e nas pessoas de Antje Rothemund e Paulo Pinheiro, que são a evidência do meritório trabalho realizado com e para a Juventude Europeia.

Ao Márcio Barcelos, do Fórum Europeu da Juventude, partilhando aqui a sua experiência no associativismo a nível nacional e europeu.

À AIDGLOBAL, Agência Nacional ERASMUS+ Juventude em Ação, Conselho Nacional de Juventude (CNJ), DYPALL, Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM), Federação de Associações Juvenis do Distrito de Santarém (FAJUDIS), Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ), LIFESHAKER, REDE Portuguesa de Jovens para a Igualdade entre Mulheres e Homens, Sonha, Faz e Acontece, todos parceiros deste Centro e que têm vindo a realizar um trabalho de excelência, aproveitando sinergias e a criação de uma networking, no setor da Juventude.

Agradecemos aos colegas do IPDJ, Carlos Paulo Pereira, José Pedro Melo e Castro e Sílvia Costa, por terem partilhado o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, nas áreas do Associativismo, Empreendedorismo e Voluntariado Jovem.

Um livro é um verdadeiro trabalho de colaboração... e este é sem dúvida o reflexo disso mesmo. A todos gostaríamos de expressar o sincero agradecimento e apreço por tornarem possível este trabalho em prol da Juventude.

Centro de Juventude de Lisboa

### INTRODUÇÃO

Cada vez mais a participação juvenil e a cooperação e diálogo entre agentes, políticos e jovens é fundamental para a construção de uma Europa mais igualitária, justa, onde os direitos humanos, a democracia e aprendizagem intercultural e os seus valores subjacentes são uma realidade para cada cidadão europeu.

Com esta publicação pretende-se apresentar o trabalho que o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), o Centro de Juventude de Lisboa (CJL) e seus parceiros têm desenvolvido para promover a cidadania e participação juvenil através da Educação Não Formal. Do Conselho da Europa aos programas do IPDJ, passando pelas atividades desenvolvidas em conjunto com as entidades parceiras do CJL, são abordadas algumas boas práticas no trabalho com e para os jovens em contexto da Educação Não Formal e o papel dos agentes no desenvolvimento juvenil.

Desde a formação de jovens e técnicos, da promoção do diálogo estruturado e modelos de participação, ao reconhecimento do profissional na área da juventude, são alguns exemplos do que tem vindo a ser feito em Portugal e na Europa para fomentar a cidadania juvenil e a participação democrática dos mais jovens nas tomadas de decisão de politicas de juventude.

O Centro de Juventude de Lisboa, distinguido com o Selo de Qualidade do Conselho da Europa, tem sido um espaço privilegiado e laboratorial onde jovens e agentes promotores têm vivenciado, através de projetos e iniciativas promovidas em conjunto, a aquisição de conhecimentos e partilha de boas práticas, permitindo apoiar o desenvolvimento juvenil em diversas dimensões da sociedade.

O que fazer para incentivar a cidadania ativa dos jovens ou promover o diálogo estruturado, são algumas das questões que ainda se levantam quando falamos destas matérias. É por isso premente que continuemos a abordar estas temáticas e partilhar as boas práticas no trabalho com e para os jovens em contexto de Formação e Educação Não Formal, seja através dos programas existentes e

específicos para a área da juventude ou de ferramentas e iniciativas que promovam a participação juvenil e a afirmação de uma Cidadania Europeia.

Esta é uma das primeiras publicações do Centro de Juventude de Lisboa que se espera fruir na continuidade de um trabalho conjunto com entidades locais, nacionais e europeias, para promover as experiências e boas práticas na promoção da cidadania e desenvolvimento juvenil.

# POLÍTICAS DE JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO JOVEM PARTE I



#### UMA PORTA ABERTA PARA OS JOVENS DE LISBOA E PORTUGAL

#### POR ANTJE ROTHEMUND

PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE. CONSELHO DA EUROPA

Compreendemos que um centro europeu para a juventude, ou qualquer outro centro para a juventude, seja frequentemente visto como uma instituição resumível a tijolos e argamassa. Contudo, há muito mais em causa. Os objetivos e missão dos Centros Europeus para a Juventude do Conselho da Europa, tais como os firmados em Estrasburgo (desde 1972) e Budapeste (desde 1995), têm estatutos claros, como se percebe em frases como «o Centro Europeu para a Juventude deve ser um órgão-base do Conselho da Europa para o conhecimento dos assuntos relacionados com a juventude, principalmente no que diz respeito às políticas para os jovens e ao trabalho juvenil, bem como aos fenómenos emergentes nesta faixa etária. É... um instrumento de incentivo à participação da juventude europeia na construção da Europa...».

Uma das características dos centros europeus para a juventude, e que os distingue dos demais, consiste no seu envolvimento com a filosofia da juventude: o trabalho nesta area é realizado com, para e sobre os jovens.

Os centros são espaços privilegiados para a aprendizagem e o intercâmbio; são laboratórios de ideias, sedes e locais onde se podem identificar os valores propalados pelo Conselho da Europa: direitos huma-



nos, democracia e lei. São ainda o reflexo de uma Europa pacífica, diversa e inclusiva. Estes instrumentos de exceção não têm paralelo ou comparação possível no panorama mundial de organizações internacionais, por serem marcantes na construção de vidas, fomentando o empenho na implementação e incorporação dos valores europeus e estabelecendo elos duradouros entre todos os intervenientes, o que resulta do fomento do contacto pessoal.

Caracterizam-se por fomentarem uma cooperação viva, interdisciplinar e pan--europeia, fundamentando-se num triângulo cujos vértices são o trabalho juvenil, as políticas para a juventude e a investigação efetuada pelos e para os jovens. Intercâmbio constante, enriquecimento mútuo e aprendizagem recíproca converteram o setor para a juventude do Conselho da Europa numa agência especializada com vista ao desenvolvimento de padrões destinados à educação não-formal, bem como ao trabalho internacional para a juventude, à participação e à mobilização dos jovens, à educação para os direitos humanos e à inclusão social de jovens, às políticas para os jovens e a uma pesquisa devidamente fundamentada relativamente às questões da juventude.

#### O SELO DE QUALIDADE PARA CENTROS DE JOVENS DO CONSELHO DA EUROPA - UM POUCO DE HISTÓRIA

Atualmente, o Conselho da Europa conta com 47 estados-membros; contudo, a cooperação para o setor da juventude compreende cinquenta países signatários da Convenção Cultural Europeia.



Ao abordarem o trabalho segundo «os valores fundamentais do Conselho da Europa». os centros europeus para a juventude consolidam a sua reputação de «Centros de Excelência»: uma mistura única de políticas, formação, investigação, criando uma «identidade dos jovens do Conselho da Europa». Ao longo dos anos, vários estados-membros têm-se proposto a acolher um centro europeu da juventude. Infelizmente, os meios disponibilizados pelo Con-

selho da Europa não têm permitido que tal aconteça. Todavia, percebeu-se que o setor para a juventude deveria apoiar e incentivar a concretização deste tipo de iniciativas, sob a alçada dos poderes nacionais, regionais ou locais.

Por isso, em 2008, o Comité Diretor Europeu para a Juventude criou o Selo de Qualidade para Centros da Juventude do Conselho da Europa, de modo a que os já existentes ou a existir pela Europa contribuam para o fomento dos valores e prioridades políticas deste órgão. Assim, este organismo europeu providencia meios adequados a um desenvolvimento da qualidade, respeitando o ritmo de cada um e baseando-se em padrões estabelecidos para a educação e abordagens políticas, com vista à concretização de uma rede internacional e de intercâmbio, para além de providenciar o acesso a formação e recursos, bem como promover a visibilidade e prestígio deste setor.

Até à data, o selo de qualidade foi atribuído a dez centros de juventude de dez países europeus e vários outros centros estão em processo de candidatura. Os centros certificados estão unidos no propósito de cumprir os critérios de qualidade e especificidades do Conselho da Europa: valorização do conhecimento, multiplicação do impacto social, influenciar as políticas para a juventude, desenvolvimento do conhecimento e a inovação educacional, bem como perspetivação das oportunidades

Ao mesmo tempo, os centros certificados distinguem-se bastante entre si no que diz respeito, por exemplo, à estrutura diretiva, aos objetivos de grupo e ao equipamento, bem como às prioridades temáticas e ainda à dimensão de cada um.

surgidas no decorrer da cooperação internacional.

#### O CENTRO DA JUVENTUDE DE LISBOA, NA EXPO, E O SELO DE QUALIDADE

O Centro da Juventude de Lisboa, situado na Expo, recebeu o selo em 2015. O Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), a sua delegação regional, as entidades responsáveis e funcionários aproveitaram a oportunidade conferida no decorrer do processo de atribuição do selo de qualidade para desenvolverem um programa e identidade próprios, outorgando ao centro uma dimensão internacional e europeia única.

A equipa de especialistas do Conselho da Europa enalteceu este organismo especialmente pelo seu papel relevante enquanto núcleo central em Portugal. O Centro insere-se no IPDJ, tendo assim a possibilidade de influenciar e implementar políticas públicas para a juventude. A grande variedade de serviços oferecida pelo Centro de Lisboa torna-o num local atraente para jovens e organizações de juventude.

Enquanto centro educacional com alojamento, a competência dos funcionários locais garante a qualidade das atividades que lá decorrem.

Em consonância, funcionários e entidades responsáveis pelo Centro de Juventude de Lisboa não consideram o selo de qualidade enquanto fim, mas antes

enquanto início e motivação para o desenvolvimento de estratégias, políticas e programas de apoio aos jovens.

A inclusão social de jovens, o apoio à sua participação em associações, a educação para a cidadania democrática e para os direitos humanos são integrados em programas e projetos de educação não-formal. Os jovens e aqueles que com eles trabalham precisam também de procurar meios de reagir às consequências negativas dos desenvolvimentos sociais que envolvem os jovens. O crescimento do populismo pela Europa, a radicalização e outras ameaças à cultura democrática, juntamente com os efeitos das crises económicas e sociais e com novas pressões sociais resultantes de fluxos migratórios, têm-se repercutido numa certa desilusão e desmobilização dos jovens. Os programas e as políticas devem promover o empoderamento dos jovens, de modo a que a confiança na democracia possa ser restaurada.

O próprio título desta publicação destaca a ambição internacional do Centro de Juventude de Lisboa: tornar-se numa «Porta aberta para a Europa e para o mundo». Pela perspetiva europeia, ele é também «uma porta aberta para Lisboa e Portugal por parte dos jovens europeus». O Conselho da Europa confia nos contributos preciosos da juventude, daqueles que trabalham com jovens e dos decisores políticos portugueses para que acolham não só um trabalho de qualidade voltado para o mercado internacional desenvolvido por jovens, como também políticas significativas que resultem em mudanças positivas na vida dos jovens.

O setor para a juventude do Conselho da Europa está disponível para apoiar os esforços do Centro de Juventude de Lisboa na promoção de vários encontros relevantes, com vista a contribuir para uma Europa pacífica, participativa e diversa, respeitando integralmente os direitos humanos e os valores democráticos. Os jovens são um recurso-chave para a construção de uma Europa social e justa.

# A JUVENTUDE TEM O DIREITO INERENTE DE MOLDAR O SEU DESTINO

**2**. |

#### POR PAULO PINHEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO DA JUVENTUDE E DO CONSELHO CONJUNTO PARA A JUVENTUDE DO CONSELHO DA EUROPA 2014/2015

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade começou a considerar as crianças como um grupo especial, com necessidades, atitudes e direitos especiais. Até essa altura, os jovens eram considerados apenas como «pequenos adultos». Esta situação alterou-se através do desenvolvimento da educação, da emancipação das mulheres e da separação entre o trabalho e o lazer, consequência direta da Revolução Industrial. Este processo de desenvolvimento prosseguiu até ao ano de 1989, quando ficou decidido que as crianças deveriam beneficiar de uma convenção especial que lhes fosse inteiramente destinada, pois os menores de 18 anos precisam frequentemente de usufruir de uma proteção que é desnecessária quando orientada para os adultos. Isto serviu sobretudo para realçar o facto de os direitos humanos se deverem estender às crianças. Assim nasceu a Convenção sobre os Direitos das Crianças.

Mas que fazer em relação aos jovens? Infelizmente, não existe ainda para esta faixa etária um documento semelhante, feito à sua medida. Encontrando-se num limiar entre a infância e a idade adulta, não só devem ser informados acerca dos direitos que lhes assistem, como devem ter um papel ativo na definição desses mesmos direitos.

Mas por que razão não estão os jovens a aproveitar as oportunidades dadas pelas instituições políticas, incluindo a oportunidade de serem ouvidos? Há um paradoxo aparente na participação dos jovens: enquanto as instituições políticas a enfatizam crescentemente, os jovens parecem rejeitar as oportunidades que se lhes oferecem, tal como o declínio de participação nas eleições e nos recentes movimentos de protesto sugerem.

As instituições políticas e os jovens não estão a falar a mesma linguagem: os jovens criaram um novo «vocabulário de cidadania», mobilizam-se por assuntos específicos ligados às preocupações e interesses que, a seu ver, são negligencia-

dos pelas políticas adotadas pelos representantes eleitos democraticamente. As instituições políticas, por seu turno, parecem ainda considerar que o voto é o único instrumento relevante de participação, de exercício de uma atividade política e de consulta.

Contudo, só se atinge uma verdadeira participação cívica se os cidadãos forem capazes de influenciar as decisões e o delineamento de políticas. Por isso pretendo focar-me no modo como os jovens podem – ativa e efetivamente – moldar o seu próprio destino na construção de uma comunidade (local, nacional e mundial), onde queiram realizar o seu potencial e garantir os direitos inerentes, tomando em consideração preocupações do âmbito da coesão intergeracional.

#### COMECEMOS PELA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS: É TÃO IMPORTANTE PORQUÊ?

Um dos principais equívocos no que concerne os jovens e a sua participação prende-se ao facto de não serem diferentes do resto da sociedade guando são chamados a participar numa sociedade democrática e cívica.

É correto considerarem-se os jovens como pertencendo a um grupo de difícil acesso, mas tal não difere substancialmente das dificuldades sentidas quando se pretende que o resto da sociedade participe neste tipo de atividades. Tomando como exemplo a União Europeia, o número de votantes em eleições varia, mas, em média, em eleições legislativas, cifra-se nos 67%, e nas eleições europeias o número é significativamente menor, ficando-se nos 45%. Como se pode ver na mais básica mobilização cívica, mais de 30% de pessoas a nível nacional opta por não se envolver nas eleições, enquanto 55% escolhem não se mobilizarem em termos europeus.

Os motivos que me levam a realçar este aspeto resultam de os jovens, tal como os mais velhos, às vezes não se preocuparem com a participação, optando frequentemente por não se envolverem em nada. Assim, para muitos, a participação (na política) não é relevante e invariavelmente optam ativamente por evitar mobilizarem-se.

Apesar desta constatação, não pretendo dizer que é inútil qualquer ação para mobilizar os jovens, mas que os métodos usados para fomentar essa mobilização e as questões a desenvolver com eles devem refletir os seus interesses e necessidades

# O QUE SIGNIFICA A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS PARA OS JOVENS?

Ao explorar esta questão, verifiquei ser extremamente difícil encontrar uma única resposta capaz de abranger as diferentes opiniões acerca da participação dos jovens.

Uma das razões que determina tal dificuldade reside no facto de haver uma acentuada variedade de modos de participação por parte dos jovens na vida.

Mesmo tomando em consideração o envolvimento juvenil numa «cidadania ativa» através de instituições representativas, é difícil qualificar a participação dos jovens.

Para aqueles que se empenham completamente, a participação pode ser uma ótima forma de começar uma vida voltada para a política e as estruturas de poder. Pode ainda constituir-se como uma oportunidade de enriquecimento de atividades extracurriculares e uma forma de os jovens se munirem de experiências válidas e úteis quando se candidatarem a empregos ou estabelecimentos de ensino. Isto não quer dizer que os jovens só participam para obterem algum tipo de benefício pessoal, mas, para os muitos que efetivamente se comprometem nos modos de participação tradicionais, há geralmente uma motivação que implica algum ganho pessoal.

Da minha experiência de trabalho com jovens e idosos de modo a promover a sua participação no exercício de uma cidadania democrática e ativa, verifico que é frequente defender-se a ideia de que haverá algum tipo de ganho pessoal ou social. São raros os que participam altruisticamente ou os que consideram tratar-se de um dever cívico.

Ressalve-se que isto não é uma crítica aos jovens que perguntam «por que razão me devo envolver?»; pelo contrário, é sinal de que, a todos os níveis – locais, nacionais e internacionais –, devemos melhorar a resposta à questão «que ganho eu com isso?». No fundo, enfrentamos os mesmos problemas ao tentarmos envolver o resto da sociedade em atividades democráticas e cívicas. Lutamos para responder a questões como «de que lhes serve isso?... Por que motivo se hão de dar ao trabalho de se envolverem?».

Trabalhei, durante três anos, na direção de um conselho nacional para a juventude; a nível europeu, na defesa dos direitos dos jovens; especialmente enquanto presidente, no melhor exemplo de mobilização jovem. No entanto, de toda esta experiência, custa-me dizê-lo, mas acredito realmente nisto, verifico que a participação não é vista como importante PELOS jovens MAS é importante PARA os jovens.

#### POR OUE RAZÃO É IMPORTANTE PARA OS JOVENS?

Para explicar os motivos que me levam a considerar que a participação não é vista como sendo algo de importante PELOS jovens devo olhar para os tipos de jovens que tradicionalmente se envolvem em atos de participação. Da minha experiência, os jovens empenhados são oriundos de três grupos específicos.

Há os que são bem educados – que consideram importante e/ou que se sentem beneficiados pela participação numa cidadania ativa. Tal como referi anteriormente, estes veem na sua participação um modo de melhorarem as notas, aumentarem as perspetivas de emprego ou têm uma paixão genuína pela participação.

O segundo grupo refere-se àqueles que tiveram de ultrapassar uma dificuldade ou questão pessoal, tendo encontrado no ativismo jovem uma avenida para lidarem com os seus problemas ou serem alvo de solidariedade. Neste caso, encontramos jovens que lutam pela questão LGBTO ou aqueles que sofreram de bullying.

O terceiro grupo diz respeito a jovens que gostam de política e pretendem enveredar por essa atividade no futuro, seja através de partidos políticos, seja em organizações não-governamentais nacionais e internacionais, serviços públicos, etc.

Obviamente haverá exceções, mas devo dizer que estes foram os três principais grupos que se mobilizaram para a participação.

Contudo, os motivos que me levam a defender que a participação NÃO é importante para os jovens prendem-se com o facto de estes três grupos não representarem minimamente a maioria dos jovens que poderiam de facto empenhar-se na participação.

Há ainda dois outros grupos a ser tomados em consideração por parte dos que se empenham na mobilização dos jovens, a fim de que todos possam participar completamente.

O primeiro grupo, mais pequeno mas indiscutivelmente mais importante, refere-se àqueles jovens que estão mais distanciados de um envolvimento, aqueles que têm coisas mais prementes em que se preocuparem, como os sem-abrigo, os institucionalizados, os que saíram de instituições ou que são cuidadores de alguém, aqueles que foram excluídos da educação tradicional e os que não tiveram acesso aos seus direitos sociais e cívicos.

Este grupo de jovens terá uma perspetiva diferente acerca da sociedade civil, pelo que deveriam sondar-se as suas perspetivas e vontade mobilizadora, num ato de fomento da variedade de opiniões.

O segundo grande grupo, constituído pela vasta maioria dos jovens, é, na minha opinião, o mais difícil de mobilizar. Denomino este grupo por «aqueles que não querem saber».

Este é o jovem típico, para quem a ideia de participação jovem não lhe diz absolutamente nada. Ou não vê qualquer benefício imediato, ou não se interessa suficientemente para despender tempo em atividades que não dizem respeito à sua própria vida. A sociedade, incluindo o poder local e regional, deve convencer este grupo de jovens de que a participação é importante.

Não quero com isto sugerir que os jovens estão completamente desligados de comportamentos democráticos e cívicos, mas que se envolvem apenas em métodos à sua medida. As manifestações e protestos dos últimos anos provam que, quando envolvidos em algo que os apaixona, os jovens convertem-se nos defensores mais poderosos e apaixonados, capazes de ultrapassar barreiras geracionais, de modo a encontrarem apoio para as suas causas.

# SE OS JOVENS NÃO LHE DÃO IMPORTÂNCIA, PORQUE É IMPORTANTE PARA OS JOVENS?

A participação da juventude é por demais importante para os jovens porque lhes dá uma das primeiras oportunidades de moldarem o mundo em que vivem. A participação dos jovens na tomada de decisões é crucial para o desenvolvimento de um sentimento de domínio e responsabilidade na vida em comunidade. Assim, os jovens consolidam capacidades de cidadania democrática e, o



que é ainda mais importante, desenvolvem a capacidade de empoderamento, para assim terem um papel ativo nas suas próprias vidas e na comunidade em que vivem.

Observando as diferentes realidades europeias, verificamos que o nível de participação dos jovens nos processos de tomada de decisões, mesmo que se trate do ato básico de voto, é um verdadeiro desafio.

Conseguir a participação dos jovens é um dos obstáculos fundamentais a ultrapassar, para assim garantir-se uma mudança substancial na forma como participam em democracia.

O envolvimento dos jovens nos processos políticos fortalece os seus elos com a comunidade local – deve interpretar-se como um investimento que os ajudará a manterem-se mobilizados quando atingirem a idade adulta.

O desenvolvimento de serviços é importante para mostrar como os jovens interagem no seu mundo, não só entre pares, mas também em relação aos que os sucedem.

Apesar de o modelo preferencial variar, reconhece-se cada vez mais que a participação dos jovens e a sua representação não só os beneficia no processo de transição para a idade adulta, especialmente por fomentar as capacidades de liderança e de trabalho de grupo, como resultará em melhores decisões para quem as tem de tomar.

Tanto quanto sabemos, a mobilização dos jovens é tão vantajosa para eles quanto para o poder público. Contribui para a empregabilidade e melhora as apetências escolares, ao mesmo tempo que produz melhorias nos serviços e nas sociedades.

# NA PRÁTICA, QUE MUDANÇAS SE VERIFICAM NA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS E COMO ALCANÇAR OS DOIS GRUPOS ACIMA MENCIONADOS?

Argumenta-se com frequência que os jovens não se envolvem na sociedade e na democracia. Se, por um lado, isso é uma realidade, há muitos exemplos de jovens que se dedicam apaixonadamente, ainda que esta participação seja pouco sustentável. O desenvolvimento das redes sociais e a conetividade viabilizada pela Internet possibilitam hoje em dia um muito maior empenho ativo numa determinada questão do que em qualquer outro momento da história.

Os jovens têm a capacidade de se empenharem e desligarem-se de uma participação efetiva quando lhes convém e em assuntos que instiguem a sua paixão.

As estruturas para a participação jovem precisam de adaptar-se e devem desenvolver-se de modo a abrangerem a volatilidade deste método de compromisso. Devem ser capazes de orientar e sustentar o envolvimento dos jovens mal estes se sintam comprometidos. A janela de oportunidade para a mobilização de um determinado jovem pode ser exígua, mas deve considerar-se como uma área a

desenvolver. Será bem-vinda qualquer investigação futura que incida na identificação de práticas e modelos capazes de promoverem um mais eficaz envolvimento de jovens cuja postura de participação, até determinada altura, tenha sido passiva.

Um relatório de 2010, comissionado pelo grupo de Governos Locais e pela Agência Nacional para a Juventude (NYA), no Reino Unido, trouxe à evidência o contributo do envolvimento dos jovens no fortalecimento da democracia e na obtenção de resultados procurados por comunidades e conselhos. Foca-se em três aspetos do envolvimento jovem.

O primeiro consiste na participação cívica: tipicamente, através do envolvimento em fóruns ou assembleias sobre a juventude, a participação em inquéritos e consultas de opinião ou através de atividades que se ligam a garantias e melhoria dos serviços, tais como inspeções, compras-mistério e recrutamento.

O segundo diz respeito à participação social: define-se pelas atividades de grupo em que os jovens se envolvem. Nelas se incluem muitos exemplos de projetos de ação social, em que os jovens são motivados para melhorarem a sua área de residência; participarem em ações de voluntariado enquanto atividade intermitente; contribuírem para atividades como angariação de fundos e apoio para campanhas de caridade e boas causas; participação em grupos sociais mais genéricos e atividades positivas.

O último refere-se à participação individual, com o objetivo de se explorar a motivação e os benefícios a obter pelos jovens, bem como o impacto que tal comporta no fortalecimento da democracia.

Estes três aspetos contribuirão para atrair tipos diferentes de jovens em relação aos grupos mencionados anteriormente, permitindo avanços que assegurem a mobilização dos que pertencem a grupos de difícil abordagem. O sucesso destes empreendimentos dependerá da monitorização de escolhas e ações que se considerem definidoras do tipo de sociedade em que querem viver.

#### QUE QUER ENTÃO DIZER PARTICIPAR POR INTEIRO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E NA TOMADA DE DECISÕES?

Para assegurar que todos os jovens sejam ouvidos, as estruturas que lhes são destinadas precisam de aumentar e ser formatadas de modo a se moldarem à volatilidade das suas necessidades. Isto terá de levar em consideração a mudança

acima mencionada acerca da forma como os jovens participam, mas também o fortalecimento de modelos existentes que sejam eficazes. É importante destacar a necessidade de dar ouvidos aos jovens em todas as estruturas para a participação dos jovens pela Europa – se as suas perspetivas não forem tomadas em consideração e aplicadas, o empenho dos jovens será insignificante e insustentável.

Contudo, não se trata apenas de ser ouvido. Mais importante é «sentir-se ouvido». Às vezes, o poder público ouve de facto os jovens, mas esquece-se de lhes dar informações acerca do que está a fazer-se com o que eles contribuíram. Se um jovem levanta uma questão e se se aperceber de que algo foi feito devido à sua ação, provavelmente de futuro voltará a participar.

As autoridades públicas devem apoiar e fortalecer as ferramentes disponibilizadas para incentivar a participação dos jovens, mas devem também focar-se na forma como a informação que eles fornecem e as perspetivas que nutrem são acolhidas.

Os jovens precisam de ver o impacto dos seus contributos. Se pensarem que desperdicaram tempo, recusar-se-ão a futuras mobilizações. É também importante que os jovens sejam uma parte integrante do processo, em vez de apenas os últimos em quem pensar.

#### PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS PARA OUÊ?

A participação dos jovens na tomada de decisões é crucial para o cultivo de um sentimento de apropriação/responsabilidade na vida de uma comunidade. Assim adquirem apetências para a cidadania democrática e, mais importante ainda, desenvolvem o empoderamento, para assim assumirem ativamente as suas vidas e a das suas comunidades. Olhando para as diversas realidades europeias, percebemos que o nível de participação dos jovens nos processos de tomada de decisões, mesmo no mais básico ato de votar, é de facto um desafio.

Um dos obstáculos essenciais a superar é conseguir que os jovens participem, para que se processe uma mudança substancial no modo como participam em democracia. Ao envolvermos os jovens no processo político, fortalecemos os laços que estabelecem com a comunidade em que vivem. Isto deve ser visto como um investimento que contribuirá para que se mantenham mobilizados para o processo político na idade adulta.

Torna-se assim fundamental promover a participação jovem no desenvolvimento de uma cidadania ativa, numa democracia participativa e no empenho desses jovens através de instituições representativas. A democracia e a cidadania não são temas que atraiam todos os jovens, mas deve haver tantas oportunidades quantas possível para que os jovens interajam desde bem novos, assim instigando um empenho ao longo da vida. A mobilização dos jovens no processo democrático não deve cingir-se a uma participação política formal *versus* participação política não-formal; não significa apenas exercer o direito de voto, mas deve constituir-se como um percurso de empoderamento; isso consegue-se através do questionamento, debate, organização de campanhas, ativismo e, finalmente, voto.

# COMO É QUE OS JOVENS PARTICIPAM ATUALMENTE?

Na última década, registou-se uma expansão de diferentes modelos no que diz respeito à participação jovem, variando de país em país e até de local e região em local e região – dos conselhos de juventude a gabinetes, assembleias e fóruns, a associações juvenis, campanhas *ad hoc* e associações estudantis fundadas e apoiadas pelo poder público, transversalmente aos partidos políticos.



Os desafios para o envolvimento ativo dos jovens na democracia e na tomada de decisões são vários e multifacetados. Entre eles, salientam-se as pressões para obtenção de recursos.

É evidente a existência de uma gama diversificada de formas para a participação jovem. Os exemplos acima referidos poderão ser considerados clássicos no que à participação jovem diz respeito, mas há muitos, muitos mais. Os jovens podem participar através do voluntariado, do ativismo nos locais de trabalho e do envolvimento em diferentes tipos de associações. Deste modo, ainda que o modelo preferido de participação jovem varie significativamente, o nível de participação mantém-se positivo e os jovens comprometem-se ativamente nas sociedades em que vivem.

#### COMO ASSEGURAR OUE TODOS OS JOVENS SEJAM OUVIDOS?

O poder público deve apoiar e fortalecer as ferramentes disponibilizadas para o incentivo à participação dos jovens, mas deve também prestar atenção à forma como a informação e as perspetivas deles são recebidas.

Argumenta-se comummente que as vozes dos jovens não são ouvidas, o que se prende com o facto de as organizações políticas não considerarem prioritário o seu envolvimento na elaboração dos manifestos eleitorais. Cremos que os jovens devem ser considerados como um corpo forte a influenciar e que as políticas que os beneficiem devem merecer uma atenção correspondente. Mais até, a «participação jovem» deveria acompanhar a «promoção da juventude» nos diferentes organismos políticos. O empenho, as capacidades e apetências dos jovens enquanto forca que influencia a sociedade deveriam ser celebrados e incentivados pelas organizações políticas.

No entanto, a realidade política atesta o facto de não ser esta a tendência atual na maioria dos partidos políticos dos Estados europeus. Por isso, deve reconhecer-se a questão da juventude como uma prioridade mesmo no âmago dos partidos políticos. Contudo, levá-los a envolverem-se com os jovens em questões que lhes são importantes é e tem sido um desafio.

#### COMO PODE O PODER PÚBLICO EXPLORAR ESTES NOVOS MÉTODOS?

O poder público deve esforçar-se para cooperar com as organizações que mobilizam os jovens para a cidadania e desenvolvem o seu envolvimento com a sociedade local. As organizações que instigam a participação e o trabalho juvenil especializaram-se na adaptação e desenvolvimento de novas formas de envolver os jovens.

Isto significa que a partilha do bom trabalho é uma área que deveria ser regularmente apoiada pelo poder local e regional. Como consequência, munir-se-ia de novos métodos de atuação.

Muitos países europeus estão a desenvolver modelos para aumentarem a participação dos jovens na tomada de decisões a nível local. Quero partilhar dois grandes exemplos de como envolver os jovens e que, mutatis mutandis, poderão ser implementados em todo o lado.

# EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS: A CO-GESTÃO DE CENTROS PARA A JUVENTUDE

Por toda a Europa há excelentes exemplos de boas práticas que estão a ser implementadas localmente para a melhoria da participação jovem.

Uma significativa proporção de participação jovem pela Europa é da responsabilidade de conselhos nacionais da juventude e de ONGs. Assim, é imperioso o seu apoio para o estudo do mapeamento e partilha das melhores práticas.

O primeiro exemplo que pretendo partilhar é aquele em que eu tive o privilégio de participar e presidir: o sistema de co-gestão, segundo o Conselho Conjunto Europeu para a Juventude. O Conselho da Europa para a Juventude apresenta uma estrutura única de co-gestão, juntando por um lado os agentes governamentais e, por outro, representantes de organizações internacionais não-governamentais para a juventude. Estes dois organismos estabelecem conjuntamente as prioridades no que concerne o setor para a juventude e fazem recomendações para futuros orçamentos e programas. Subsequentemente, estas propostas são adotadas pelo Comité dos Ministros, o organismo que toma as decisões do Conselho da Europa.

As organizações para a juventude enquadram-se no Conselho Consultivo da Juventude, abreviando, no Conselho Consultivo, que é constituído por trinta jovens que representam as organizações ou redes internacionais não governamentais para a juventude acima mencionadas. O seu papel, tal como regulamentado pelos termos de referência, incluem: (i) contribuir para tornar as políticas sobre a juventude num item corrente dentro do programa de atividades do Conselho da Europa, formulando opiniões e propostas em questões genéricas ou específicas no que diz respeito ao tema da juventude; (ii) serem convidadas pelo Comité de Ministros para formular opiniões em questões genéricas ou específicas em relação às políticas para a juventude; (iii) formular opiniões e propostas respeitantes às prioridades, resultados esperados e alocação orçamental para o setor da juventude. O Conselho Consultivo para a Juventude congrega-se no Comité Diretor Europeu para a Juventude, formando juntos o Conselho Conjunto da Juventude.

O segundo exemplo consiste nos Centros de Juventude europeus, tais como o Centro de Juventude de Lisboa, instrumento importante para a política da Juventude do Conselho Europeu. Estes centros internacionais de formação e encontro dispõem de instalações residenciais, acolhendo a maioria das atividades para a juventude. Disponibilizam um ambiente de trabalho flexível e moderno, apto para

acolher atividades internacionais, com salas de reuniões equipadas para interpretação simultânea, centros de informação, instalações audiovisuais e informáticas.

Os Centros Europeus de Juventude gerem um programa que abrange 40 a 50 atividades, em colaboração estreita com organizações não-governamentais da juventude (ONGJ). Almejam (i) assegurar a participação na construção da Europa através das organizações internacionais não-governamentais; (ii) complementar a formação de líderes para a juventude num contexto europeu; (iii) promover o entendimento internacional, num espírito de respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como no estudo dos problemas europeus; (iv) encontrar meios de assegurar a participação dos jovens na resolução de problemas que os afetam; e (v) contribuir para a implementação do programa do Conselho da Europa na área de atividades para a juventude.

#### O ACESSO DOS JOVENS A **DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Salientando o papel fundamental desempenhado pelos jovens e o trabalho das organizações de juventude para o desenvolvimento das nossas sociedades e sublinhando que o acesso dos jovens aos direitos é um pré-requisito para o seu desenvolvimento pessoal e acesso à autonomia; considerando que o pleno e desimpedido acesso dos jovens aos direitos é um elemento essencial numa cultura de direitos humanos, democracia e exercício da lei e cientes das capacidades consideráveis dos jovens, bem como do seu papel fundamental na construção da Europa, mas extremamente preocupados pela deterioração das condições sociais em sociedades envelhecidas e afetadas por dificuldades económicas e sociais sistemáticas e pelos défices democráticos resultantes do fracasso patenteado pelos estados-membros na mobilização dos jovens em processos democráticos, o Comité de Ministros do Conselho da Europa adotou, em 28 de setembro de 2016. a Recomendação «O acesso dos jovens aos direitos» (CM/Rec(2016)7). Esta Reco-



mendação é o bem-sucedido resultado do trabalho desenvolvido pelo sector da juventude do Conselho da Europa para a promoção dos direitos humanos, inclusão social e participação ativa dos iovens.

Mais do que literatura, mais do que linhas condutoras, os tratados, cartas de direitos, regulamentação e legislação devem ser uma salvaguarda dos cidadãos europeus.

A Recomendação tem por fim melhorar o acesso dos jovens aos direitos, em vez de tratar a questão dos direitos *per se*. Dedica-se à melhoria de acesso, consciencializando a sociedade acerca dos direitos de que os jovens devem usufruir e das condições para tal necessárias, bem como o que podem fazer caso os seus direitos sejam violados. Dedica-se ainda à remoção de barreiras legais, políticas e sociais. Enfatiza a importância de os estados-membros do Conselho da Europa monitorizarem e reagirem à infração de direitos, bem como assegurarem uma proteção adequada através de provisões legais.

A Recomendação destina-se a todos os jovens que, devido à idade, enfrentam obstáculos guando tentam usufruir por inteiro dos seus direitos humanos e das liberdades fundamentais e para promover a sua participação ativa em sociedade. A definição da faixa etária abrangida pelos termos «jovens» ou «juventude» deve refletir o enquadramento legal e constitucional de cada estado-membro. A Recomendação baseia-se nos princípios constantes nos instrumentos referidos no preâmbulo, incluindo os seguintes: (i) o acesso dos jovens aos direitos é um elemento essencial para a construção de uma cultura de direitos humanos, democracia e lei na Europa atual; (ii) o acesso dos jovens aos direitos; (iii) organizações juvenis e de trabalho jovem desempenham um papel fundamental por assegurarem aos jovens um acesso aos seus direitos e por apoiarem-nos no percurso que os tornará cidadãos ativos; (iv) o acesso aos direitos precisa de jovens, organizações de jovens e juventude; (v) os trabalhadores devem ser informados e educados acerca dos direitos a usufruir pelos jovens e do que fazer se estes direitos forem violados; (vi) a participação ativa e efetiva dos jovens na vida da sociedade e na tomada de decisões deve ser protegida e incentivada desde cedo; (vii) os jovens devem usufruir dos seus direitos e liberdades por inteiro, sem qualquer tipo de discriminação. Para atingir estes objetivos, deve prestar-se uma atenção especial aos jovens mais desfavorecidos, incluindo os que foram vítimas de discriminação.

Os riscos de desmobilização são consideráveis. Criatividade, dinamismo, empenho social e competências dos jovens, bem como a confiança no futuro, são a estrutura-base da sociedade. As políticas governamentais devem apoiar os jovens a tomarem consciência do seu potencial enquanto membros autónomos da sociedade, permitindo-lhes desenvolver planos de vida e exercer o seu direito a uma cidadania democrática. A educação e a aprendizagem, formal ou não-formal, têm um papel-chave por fornecerem aos jovens o conhecimento, as capacidades e as atitudes necessários para acederem e exercerem os seus direitos. Em

todas as áreas políticas que afetam as vidas dos jovens, é fundamental assegurar que os jovens saibam os seus direitos, o que fazer se o acesso aos seus direitos for violado e como refazer a situação.



Pensa-se com frequência que os jovens são um investimento, mas, na realidade. o seu desenvolvimento e bem-estar são também indispensáveis no presente. Para que os jovens percebam os seus direitos, aceitem as responsabilidades a eles inerentes e tenham a oportunidade de se exprimirem, devem, desde pequenos, ser incentivados a participar ativa e efetivamente na vida em sociedade e

na tomada de decisões. Devem ser ouvidos e ter os meios para participarem ativamente nas decisões que afetam as suas vidas. Contribuir para que os jovens se tornem cidadãos ativos é fundamental na política para a juventude e no trabalho dos e com os jovens. Os próprios jovens e organizações de jovens desempenham um papel importante na concretização destes objetivos e devem, pois, ser apoiados pelo poder público a todos os níveis.

#### EDUCAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO JUVENIL

POR MÁRCIO BARCELOS

FÓRUM EUROPEU DA JUVENTUDE. CONSELHO DA EUROPA

Era uma vez um homem que tinha um pequeno terreno, de forma rectangular, junto ao mar. Como era uma área pequena, embora muito fértil, o homem sempre achou melhor cultivar pequenos vegetais, que lhe ofereciam alguma rotatividade e e a garantia de uma sopa ou de uma salada várias vezes por semana. Era uma dieta simples, mas dava para ir vivendo. Uma ou outra vez, talvez trazida por um pássaro ou outro pequeno animal, uma semente de árvore rebentava e começava a crescer, o que o homem rapidamente impedia porque não queria esperar pelo tempo que demora a crescer uma planta daquelas.

Uma noite, depois de um longo e cansativo dia de lavoura, o homem teve um sonho. Encontrava-se no seu pequeno terreno, rectangular, junto ao mar, em quase tudo semelhante ao real mas com uma grande diferença. No centro do campo, entre as alfaces e as cebolas, erguia-se uma grande macieira, volumosa e imponente, com enormes frutos vermelhos a brilhar ao sol. O homem sorriu, com felicidade de orelha a orelha, e inclinou-se emocionado para apanhar uma maçã. Mas não conseguiu. E a cada nova tentativa, menos alcançável parecia a árvore. Já sem sombra de sorriso, o homem percebeu destroçado que a profusão de verduras rasteiras e de cultivo rápido enchiam o solo de tal modo que nunca seria possível chegar à árvore e apanhar uma maçã que fosse.

Naquela manhã o homem acordou ainda com alguma tristeza, mas não voltou a pensar no assunto porque era preciso voltar à terra e garantir a sopa daquela semana. E continuou a fazê-lo todos os dias. O sonho regressou uma ou outra vez durante a sua vida, mas o homem morreu sem conhecer o sabor de uma suculenta maçã vermelha.

Perdoar-me-ão a parábola, mas neste rectângulo à beira-mar que é Portugal é difícil encontrar uma área de política pública em que nos tenhamos dado ao luxo de conseguir colher suculentas maçãs fruto de estratégia, planeamento e

compromisso nacional a longo prazo que acompanha um projecto desde a semente ao fruto. Este não é um texto de análise ao nosso sistema político-partidário, e como tal não vou tentar aludir às razões deste erro sistemático, mas quando me desafiaram a escrever sobre políticas de juventude não consegui fugir a este problema. Estas linhas não representam a posição de mais ninguém que não a minha, mas bebem muito da minha experiência no associativismo a nível nacional e europeu.

A falta de visão segura e de coragem política de traçar planos a longo prazo que não produzam resultados num ciclo político é reconhecida e quase tradicional, coerente que é com tantos outros traços que nos fazem portugueses. Mas a tradição nem sempre oferece o melhor caminho e uma abordagem estratégica à criação de política em geral, mas especialmente em decisões que afectam a juventude é não só importante como a única opção responsável para os jovens e para o país a longo prazo.

O conceito de Políticas de Juventude pode ser tão específico como uma lei ou estratégia da juventude ou tão lato como qualquer decisão que afecte os jovens directa ou indirectamente. Nesta perspectiva de estratégia a longo prazo não fará sentido ter uma análise muito específica de cada tópico, mas é importante compreender que tudo está interligado, sendo difícil conceber uma área tão transversal como a Juventude.

É essencial um trabalho conjunto que vá para lá de ministérios, partidos, ciclos eleitorais e arcos de governação, por um país que invista nos jovens, na sua inclusão social e qualidade de vida como garantia de futuro.

Qualquer política de juventude deve ser baseada nas reais necessidades e direitos dos jovens, com base em evidência e processos participativos que evitem que se presuma a realidade ou se encontrem soluções para problemas fictícios ou pouco representativos. E ao contrário do pobre homem da nossa história, é preciso não ter medo de apostar em sementes que só muito mais tarde trarão fruto.

A Educação é talvez o melhor exemplo do quão importante é a existência de uma visão comum para o país. A verdade é que não se discute educação em Portugal. Não, aquelas questões fracturantes que surgem de quando em vez e que dividem a população (com muita utilidade política) não são discussões sobre educação. O que Portugal adora discutir é o ensino. Quem ensina, como ensina, onde ensina, em que condições, e mil outras questões, mas se eu perguntar ao meu vizinho o que é que se aprende hoje na escola – não que educação só aconteça na escola, mas nisso pegarei mais tarde – duvido muito que tenha uma resposta satisfató-

ria. Mais importante, certamente também ninguém lhe perguntou – como a mim também não – o que seria relevante aprender. É, portanto, este o primeiro passo para uma real mudança de paradigma: uma discussão real e abrangente, sincera e bem-intencionada, sobre que país é que queremos e, neste caso, sobre qual é a missão da educação e que resultados queremos que traga.

Para mim é claro: A missão da educação é criar cidadãos activos, responsáveis e participantes na vida e decisões da sociedade. Parte desse papel inclui ter – ou criar – emprego, mas a redução de um cidadão – e, portanto, da sua formação – ao estatuto de profissional é limitadora e pouco dignificante, mas a cada esquina política se ouvem prantos de que o que é importante é criar pessoas empregáveis, com algumas mentes mais criativas a propor que as empresas se sentem à mesa na discussão sobre currículos. Convidem as empresas, mas tragam também os artistas, os cientistas, os pobres, os ricos, e a sociedade civil ao largo. Mas essencialmente, tenham em conta quem aprende antes de tudo o resto. Uma Educação de Qualidade tem o aprendente no centro, assim como uma perspectiva geral de contribuição para a sociedade. Toda a educação deve ser educação para a cidadania. Deve ser acessível a todos, flexível, abrangente e holística.

Esta ideia de educação holística tem em conta a diversidade de fontes de aprendizagem ao longo da vida, e a bem de quem aprende e da sociedade de que faz parte é importante reconhecer que essa aprendizagem se traduz em competências e numa formação global da pessoa, mas é muito pouco valorizada. Decorrem alguns processos políticos que visam reconhecer e validar essas competências, mas estamos ainda muito longe de uma situação ideal em que toda a formação de alguém será tida em conta por si e por outrem, na definição da sua carreira profissional ou académica ou no acesso a oportunidades.

O exemplo que aqui elejo é o do trabalho incansável das Associações Juvenis. Com uma abordagem estruturada, que vai da definição de objectivos à criação de metodologias apropriadas para os atingir, estas organizações fornecem o que se convencionou chamar Educação Não-Formal (porque é educação que acontece fora das escolas, mas não é aprendizagem informal, que acontece todas as horas e de forma não estruturada). E com milhares de jovens que passaram por estas experiências, é injusto, senão irresponsável, continuar a ignorar que uma pessoa é mais do que a soma do seu percurso académico e profissional. Estudos mostram que estas experiências oferecem novas opções de caminho de vida e desenvolvem uma paleta de competências transversais, na área da liderança, comunicação, iniciativa, trabalho de equipa e resolução de problemas, que, até para quem só olha para a empregabilidade, são cada vez mais requeridas e necessárias.

Esta aprendizagem não-formal e informal acontece também em muitos outros contextos fora da escola, talvez mais recorrentemente no contexto de trabalho, e também deve ser reconhecida para benefício de todos. Iniciativas como as Novas Oportunidades e o programa Qualifica têm sido as respostas portuguesas a este problema, mas as suas limitações e o foco especial na formação de adultos deixam-nos ainda muito aquém do que seria necessário e justo.

Mencionei acima que a Educação é muito mais do que a criação de empregados. mas seria precisa uma carga especial de falta de noção para não reconhecer a importância do emprego na vida de alguém, e da falta de emprego na vida de quem não o tem. Portugal e os países do sul da Europa continuam a liderar nas tabelas do desemprego jovem e as tendências positivas ainda não chegam para curar este flagelo. A educação é sem dúvida um elemento essencial, e é minha convicção que ainda estamos a viver repercussões do boom de desenvolvimento por que passou o nosso país e da rápida democratização do Ensino Superior, que não conseguiu ser acompanhada pela sociedade e o mercado de trabalho. Junte-se uma crise económica e um tecido empresarial com dificuldade em evoluir, e o desemprego jovem torna-se um gigante monstro imbatível. A reacção inicial, embebida de ideologia, foi um foco descontrolado no empreendedorismo. Não me interpretem mal, Portugal é um país de empreendedores, ou nunca teríamos saído daquele quadradinho no Norte da Península Ibérica. Mas a loucura – ou o desespero – criou uma tempestade perfeita em que todo o jovem desempregado se sentia impelido - às vezes forçado - a criar o seu próprio emprego. Lembro-me de ouvir um porta-voz do governo a clamar lemas como «se não tens emprego a culpa é tua!» e outros absolutismos perigosos. Sucederam-se experiências fracassadas, algumas certamente com consequências de longo prazo para os empreendedores impreparados, e felizmente encontrou-se um equilíbrio mais saudável entre reais oportunidades, iniciativas e condições para o desenvolvimento de novas ideias. Todos devem poder empreender, e como tal ter oportunidades, apoio e condições especiais para o efeito. Mas nem todos serão empreendedores, e do mesmo modo, nem todos têm de ser empreendedores.

Depois da criação do próprio emprego, alcançada a estabilidade e o crescimento que se deseja, o próximo passo é criar empregos para outros. É comum a ideia de que quem tem uma empresa faz um serviço à comunidade por ter empregados e, naturalmente, salvar uma vida a cada vaga que abre. Duvidem sempre do altruísmo corporativo, mas é natural que vingue essa perspectiva já que todos os nossos sistemas se estruturam à volta de um ordenado ao fim do mês. Infelizmente a crise do desemprego criou um palco privilegiado para um nível inau-

dito de criatividade na oferta de trabalho. A revoltante atitude de «se não queres há quem queira» que medra nos empregos menos qualificados realmente cria um desequilíbrio que não devia existir numa sociedade realmente desenvolvida.

O papel das empresas na criação de postos de trabalho é central e determinante, e todas as políticas de criação de emprego têm de as incluir com protagonismo. Estratégias para a criação de emprego têm de ser inteligentes e ter em conta a realidade: quem cria postos de trabalho tem acesso a contrapartidas que existem para quem cria postos de trabalho. Não me parece complicado, mas nem sempre é claro e não é bem o que acontece quando se propõe uma baixa generalizada de impostos para as empresas, por exemplo. Há-de ser possível criar uma fórmula justa e eficaz que compense quem realmente contribui, mas que também não promova os ciclos eternos de contratos únicos não renovados pelo empregador de modo a manter uma entrada permanente de fundos de apoio à contratação. Estes esquemas são um testemunho do engenho português, que invariavelmente afectam os mais jovens.

Entre a Educação e o emprego vivem os estágios, que não vão aqui ser alvo de muita análise. É importante apenas lembrar que um estágio pertence mais à educação do que ao emprego, e deve ser um palco de aprendizagem e desenvolvimento. Quanto à remuneração, que não restem dúvidas: só há um tipo de estágio que poderia não ser remunerado, e é aquele em que o estagiário não contribui em nada para a receita da empresa. E desses nunca ouvi falar. Mas mais uma vez o «se não queres há quem queira» é uma atitude tão recorrente quanto miserável e nenhum programa ou incentivo pode permitir isto. Por outro lado, é essencial investir em estágios de qualidade, que realmente funcionem como transição entre a escola e o mercado de trabalho, que preparem o jovem para o mundo e que combatam o desemprego de um modo real.

Todos estes princípios são propostas e naturalmente não encontrarão consenso. Porém, há um factor elementar e determinante na criação de políticas de juventude que tem de ser central no processo de decisão: os jovens. Não podem ser tomadas iniciativas que afectem os jovens sem que uma grande parte desse processo seja participação juvenil. A participação pode tomar muitas formas, algumas mais reais do que outras, com mais ou menos representatividade, mas esta preocupação com ouvir os jovens é um valor por si só. Não só permite responder directamente às necessidades e aspirações dos visados dos processos, mas contribui também para a criação de uma massa crítica, participativa, e com um sentido democrático essencial para o país. Esta abertura à participação real é importante para toda a sociedade civil, mas é especialmente importante nos escalões etários mais baixos, porque é uma oportunidade privilegiada para

desenvolver o espírito crítico e a responsabilidade enquanto cidadãos. Mas esta é uma moeda com dois lados, porque se a criação de oportunidades é um passo essencial, a vontade política e a seriedade com que se devem encarar estas consultas são o que faz a diferença: Participação só o é realmente se obtiver resultados e os participantes sentiram que a sua voz interessa e é ouvida. Ficar só bem na fotografia não conta.

É fácil pensar que participação dos jovens implica apenas estar informado e cumprir o dever em eleições e referendos, mas uma abordagem real à participação deve ter em conta todas as outras oportunidades mais ou menos estruturadas que promovem o envolvimento da sociedade civil e cidadania responsável. Experiências como orçamentos participativos, consultas *online* e de algum modo a participação activa e relevante em redes sociais juntam-se hoje a antigas formas de se fazer ouvir, desde a manifestação ao boicote. Num sentido ainda mais lato, actividades insuspeitas como voluntariado ou outros serviços comunitários são também formas de participar activamente. A ideia comum de que os mais novos estão alheados e desinteressados não encontra reflexo na realidade. Dizer que um jovem não quer participar só porque não se envolve em pollítica partidária ou no sistema actual de representatividade é como dar um brinquedo partido a uma criança e dizer que é ela que não quer brinçar.

Mais uma vez o papel das associações juvenis aqui é fulcral. Estas são escolas de cidadania, que praticam o aprender fazendo e criam espaços para a prática democrática que deve coexistir com o espaço mais formal e informativo da escola tradicional, onde também deve ser ensinada e praticada essa formação para uma cidadania ativa. Mas é importante reconhecer e apoiar estas organizações que têm um impacto determinante na sociedade, muitas vezes ocupando um espaço que seria da responsabilidade do Estado no que toca ao serviço à comunidade e ao desenvolvimento da sociedade e de cada jovem.

# CNJ: A VOZ DA JUVENTUDE EM PORTUGAL

4

POR CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

A cultura jovem tem padrões independentemente da nação, do tempo ou da cultura. Fazem parte destes padrões a curiosidade, o desejo de mudança, a experimentação, o questionamento dos padrões tradicionais, a irreverência, o sonho de um mundo melhor, de um mundo diferente e a vontade de fazer essa mudança. O percurso de cada jovem é um trajeto único, marcado pelas vivências pessoais, mas repleto de questões e contradições que são uma importante força de mudança social.

Ao Conselho Nacional de Juventude (CNJ), como plataforma representativa da juventude em Portugal, e das organizações de juventude com implementação nacional (com intervenção juvenil de índole diversa, como estudantil, sindical, partidária, desportiva, cultural, ambiental, escutista ou confessional), compete ocupar um lugar de charneira no desenho e na implementação de políticas públicas de juventude, em todos os setores estruturais que podem permitir aos jovens a construção da sua personalidade, a sua formação e a sua integração na vida adulta, e a sua intervenção cidadã ativa e plena.

Cada jovem é diferente e único. Tal como também não são imutáveis as preferências, gostos ou convições de cada pessoa entre os 15 e os 30 anos ao longo da sua vida. O trabalho de quem trabalha com as novas gerações é assim muito diverso em si: fugindo das tendências de generalização ou de identificar comportamentos e características maioritárias com a totalidade da população jovem, e reconhecendo a existência das condições básicas de vida como a educação ou a saúde, temos de perceber de que forma cada jovem vê concretizados os seus direitos hoje, para que possamos identificar algumas prioridades da juventude portuguesa, construindo uma sociedade melhor para amanhã.

A atividade quotidiana do CNJ é auscultar e estudar as opiniões, comportamentos, anseios, problemas e propostas da juventude portuguesa, procurando cons-

truir consensos alargados e representando as suas posições junto dos órgãos de soberania e demais poderes públicos em Portugal, junto das estruturas internacionais de representação dos jovens, bem como junto das instituições europeias e do espaço lusófono, e ainda junto do sistema das Nações Unidas.

O CNJ é uma estrutura democrática, com eleições regulares a cada dois anos, com limitação do exercício dos cargos a dois mandatos, em que todas as pessoas candidatas aos seus órgãos têm de ter menos de 30 anos: o CNJ é assim uma estrutura onde pessoas jovens têm a primeira e última palavra, num trabalho de jovens e para jovens, numa lógica de pares.

Ninguém compreende melhor a vida de cada jovem do que alguém também jovem. Assim, defendendo sempre uma abordagem integral e transversal das questões da juventude, o CNJ é a voz dos jovens junto do poder político, defendendo as suas causas, capacitando-os para o seu desenvolvimento pessoal e a sua autonomização e emancipação, ajudando a implementar os seus projetos e a dar visibilidade às suas lutas.

#### POLÍTICAS DE JUVENTUDE

As políticas de juventude fazem-se de muitas coisas. Fazem-se de criar sinergias e de concertar o poder das organizações para prestar um serviço melhor à comunidade. Fazem-se da busca de ideias nos quatro cantos do país e do mundo. Fazem-se das reformulações, das reorganizações e, no fundo, de revitalizar a ideia de que quem souber conduzir as forças inovadoras da sua sociedade se estará a adiantar aos seus pares.

Lord Kelvin dizia: «Se não o podes medir, então não o podes melhorar». Se a primeira tarefa para o desenho de qualquer política de juventude é conhecer a realidade das juventudes, na diversidade das pessoas jovens que ela engloba – estudando e produzindo estatísticas relevantes sobre essas realidades –, a segunda tarefa é ouvir: sob diversas formas auscultar as suas preocupações, as suas ideias, as suas formulações e visões do mundo, desenvolvendo as suas competências e massa crítica.

Essa é a matriz inicial dos eixos de ação do CNJ: plasmada na sua missão está a promoção de estudos e a recolha de dados que possam ajudar ao diagnóstico e dar luzes sobre os problemas com que se confronta a população jovem e que muitas vezes acabam por não ser conhecidos, ou não ser percebida a sua real dimensão e gravidade apenas a partir das perceções sociais e culturais predominantes.

Estudar e sistematizar como eixo tem duas vertentes, uma vertente estatística e académica, mas também um esforço de organizar e dar a conhecer estudos de

caso e boas práticas, que possam dar visibilidade à realidade juvenil para além dos indicadores. Os indicadores são importantes e fundamentais para a ação do CNJ, mas é preciso conhecer e reconhecer a importância de cada jovem.

A título de exemplo, foi nesse sentido que o CNJ se associou ao projeto Retrato dos Jovens, que compila os principais dados estatísticos objetivos, com o rigor técnico da Pordata, associando ainda na sua divulgação Cascais 2018 – Capital Europeia de Juventude.

O segundo momento é ouvir os grupos de jovens, nas suas distribuições naturais: geográficas, etárias, interesses, origem, etc. É aqui que os processos de diálogo estruturado jogam um papel fundamental.

A todos os políticos que têm um bom plano para os jovens costumamos dizer que não se devem esquecer que os jovens já têm bons planos para si próprios. Não se fazem políticas de juventude hoje com ideias de ontem e com juventudes de anteontem. Quem quiser prestar um bom serviço aos jovens e ao país oiça primeiro e esteja disponível para alterar os seus percursos politicamente prédefinidos consoante a vontade real das pessoas jovens e as realidades das suas vidas. Pergunte primeiro o quê, esteja disponível para trabalhar como: e depois em conjunto disponibilize-se para fazer com eles.

#### DIÁLOGO ESTRUTURADO E COGESTÃO

Este questionamento e auscultação dos jovens, das suas organizações e representantes é o primeiro passo para a construção de verdadeiras e eficazes políticas de juventude.

Exemplo deste tipo de processo é o Diálogo Estruturado: como metodologia de desenvolvimento de reformas políticas na área da juventude, o diálogo estruturado é o processo através do qual decisores políticos e jovens, com recurso a facilitação e métodos de educação não formal, participam num diálogo que a partir da realidade de cada jovem e de cada decisor, e dos seus diferentes papéis, procura atingir um objetivo comum – a reforma política.

O setor da juventude tem de se assumir de uma vez por todas recetor da multiplicidade de posições e situações, sob pena de estar a fazer o que constantemente agentes do setor, organizações e jovens criticam com razão: falar pela juventude sem dar a palavra às pessoas jovens.

Só os jovens sabem o que os jovens querem. Saber escutá-los, capacitando e facilitando para o envolvimento e a participação é um desafio que não pode ser secundarizado.

Mais, a história tem-nos mostrado que os jovens, pela sua atualização, espírito crítico e capacidade de perspetivar novas realidades, estão mais preparados para ver as realidades emergentes (que serão habituais no futuro) do que as gerações que os precederam e que já ultrapassaram essa faixa etária.

Os momentos de auscultação não devem assim ser avulsos: cada um deles terá de ter um planeamento prévio, deve ser orientado e gerido primeiramente pelas próprias estruturas e organizações juvenis, mas devem também ter uma continuidade, no tempo e em coerência, com os momentos anteriores e seguintes. Tem de se analisar muito bem o que se está a ouvir e, mais importante do que isso, quem sistematicamente não é ouvido: e têm, a partir dessa análise constante, de ser desenhadas estratégias para alargar a participação de todas e cada pessoa jovem, e a inclusão de todas e cada uma nestes processos.

O diálogo estruturado como metodologia tem, no entanto, de dar o passo seguinte e tornar-se ação estruturada: os jovens não querem apenas participar no desenho de políticas que ficam na gaveta; nem seguer tais políticas poderão ser efetivas se, depois de desenhadas com os jovens, forem implementadas em primeira linha por outras estruturas e pessoas que não os próprios jovens.

A Ação Estruturada é este passo seguinte que devemos realizar: colocar as pessoas jovens e as suas estruturas como atores principais na implementação das políticas desenhadas e participadas por jovens.

Esta ação estruturada exige necessariamente a coragem de não fazer em primeira linha, mas apoiar os jovens para que eles façam; significa que os atores públicos do setor da juventude têm de se abrir a que as estruturas de jovens e os/as próprios/as jovens estejam em lugares de decisão no seu seio, determinando as alterações que têm de ser feitas nas atividades e ações desenvolvidas por estas instituições.

Idealmente, e numa realidade que o CNJ acredita não estar muito longíngua, a cogestão tem de deixar de ser a exceção para passar a ser a regra. Este caminho, que começou já a dar pequenos passos em Portugal, nomeadamente com o exemplo da Movijovem, que desde 2017 integra na sua Assembleia Geral o CNJ como representante da juventude e a FNAJ como representante das associações juvenis de base local, mas que tem bons exemplos também em muitos projetos locais e regionais – sendo exemplo desta participação alargada, cogestão e co-construção o próprio Centro de Juventude de Lisboa, que pioneiramente se apoia num conjunto de parceiros-chave que traçam o rumo das suas atividades e ações.

De há muitos anos a esta parte a permanente defesa do princípio da cogestão do setor da juventude tem sido um dos pilares das reivindicações do CNJ. Este princípio, no entendimento constante que o Conselho Nacional de Juventude tem tido, implica, entre outras medidas, a entrada de representantes dos/as jovens nos órgãos de decisão de todas as entidades relevantes do setor, incluindo por isso no próprio Conselho de Administração do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (nomeadamente, com posição não executiva). No que ao IPDJ, IP diz respeito, parece-nos aliás que uma verdadeira cogestão na área da juventude aconselharia ao desenho de um Plano de Atividades de base-zero: isto é, não herdando nenhuma atividade que por si e *a priori* só esteja fora de causa manter ou cessar, deveria ser construída com o setor uma reflexão alargada e, em diálogo estruturado, ser desenvolvido um Plano de Atividades adequado ao momento e às realidades em que deve ser implementado.

Obviamente isto não significa que tudo deva ser terminado: há programas e atividades que precisam apenas de ser calibradas, refrescadas ou mudar de paradigma, atualizando-se; mas há também atividades que necessitam de dar espaço a outras novas, que respondam às pessoas jovens concretas a que se destinam, no tempo e na realidade em que elas vivem.

A proposta é ousada e impõe uma rutura no paradigma atual, mas estamos certos ser este o caminho progressista adequado para o setor.

### O POSICIONAMENTO DOS JOVENS DIANTE DO NOVO PARADIGMA DAS SUAS AÇÕES

O facto de os jovens terem de estar no centro das suas políticas não significa que a juventude viva numa narcisa contemplação do seu umbigo: as pessoas jovens são altruístas e ativistas, têm uma voz que vale tanto quanto a de qualquer outro cidadão de qualquer idade, a que juntam uma proatividade e uma vontade de construir e fazer um futuro melhor para si e para as gerações que lhe vierem a suceder – tal como a nossa encontrou tempos de paz, liberdade de expressão e de solidariedade, que outras não puderam ter e que as lutas de tantos conseguiram conquistar (conquistas que compete às novas gerações aprofundar e não deixar perder).

As gerações jovens não são «desligadas e amorfas», como muitos as querem caracterizar; esta posição de muitos fazedores de opinião não é apenas errada, como também mostra possivelmente a maior fraqueza do setor da juventude: não se trabalhar com a convicção de que os dados e as evidências do impacto das políticas de juventude (ou falta deles), bem como as agendas que se escolhem, é que muitas vezes incentivam ou são incapazes de contrariar estas etiquetas. Vejamos:

- Quem é que pode dizer que temos uma geração que tem mais habilitações, que está mais instruída, e dizer com a mesma certeza que está amorfa e sem expectativa?
- Quem é que pode dizer que temos licenciados a mais e que não há emprego para todos eles?
- Quem é que pode dizer que os jovens não votam, não querem saber de participar na sociedade e que não se envolvem na sociedade e comunidades em que vivem?

Diz estas coisas quem «acha» que assim é. Quem acha que pode avaliar os números de ingressos no ensino superior, ou o abandono escolar precoce com os 30 ou 40 jovens que tem à sua frente. Quem acha que pode relacionar a formação e o desemprego jovem sem falar da clara desadaptação da oferta formativa ao mercado de trabalho ou da mais longa escolaridade obrigatória da Europa sem orientação profissional.

Quem acha que alguma vez foi contabilizada em Portugal a abstenção dos jovens em eleições gerais, por exemplo... e a partir daí generalizar para todas as pessoas jovens.

Desconsideram-se, porém, realidades como a mobilidade, o voluntariado, o dinamismo do associativismo estudantil e juvenil, e de todas as outras organizações de juventude, as inúmeras iniciativas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Um dos maiores problemas do setor da juventude é achar-se tanto e saber-se tão pouco; é fazer-se muito, mas não se dar a conhecer; é deixar que o setor seja um nicho que fala e vive para si, sem perceber como se deve colocar no complexo panorama nacional e internacional.

O mundo da juventude mudou muito internacionalmente nos últimos 20 anos! E nós, como país, acompanhamos suficientemente a mudança? Não, o problema é tantos continuarem a achar que sim.



A mudança de paradigma tem de se fazer rapidamente, com diálogo estruturado e ação estruturada, com cogestão, com posicionamento estratégico na comunicação social e nos média, e com o incentivo à participação de todas as pessoas jovens nos vários níveis da vida pública, dando-

-lhes os recursos e o apoio necessário para que construam e realizem os seus projetos e defendam as suas causas, tão diversos quantos os seus interesses, visões, perspetivas e realidades.

# FNAJ: PROMOÇÃO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO JUVENIL

5

POR FNAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

#### JUVENTUDE EM CONTÍNUO DESAFIO!

A história recente de Portugal e do mundo pauta-se de transcendentes mudanças no plano económico com real e, muitas vezes, penoso impacto na maioria da população, em particular junto de jovens.

Vivemos um «momento chave» para desafiar os responsáveis públicos e políticos a repensar e redefinir o papel do Estado e da Sociedade como um todo.

Emerge uma oportunidade singular para afirmar em tónica ampla e sonora as virtuosidades do Associativismo Juvenil.

Apostar nos/as jovens e nas suas associações resulta num efeito multiplicador com retorno positivo para a sociedade: não só sob a forma de concretizações de inquestionável ressonância e utilidade para as comunidades em áreas como o apoio social, ambiente, cultura, promoção do património, defesa dos direitos humanos, entre outras, mas também pela mais-valia educativa na sua componente não-formal, capacitando os/as jovens para o exercício de uma cidadania mais consciente e interventiva

São mais de 1000 as associações juvenis em Portugal que dão quotidianamente resposta às mais diversas necessidades sociais de forma cada vez mais organizada, articulando um amplo movimento baseado numa aposta livre, desinteressada e solidária. Genericamente, as associações contribuem para melhorar a qualidade de vida da sociedade e caracterizam-se por serem entidades abertas, dispostas a acolher qualquer pessoa interessada nos seus objetivos e nas suas iniciativas.

Assim é assumido o desafio da FNAJ em contribuir para uma imagem e promoção de um movimento associativo juvenil português vibrante, engenho vital para o desenvolvimento do país.

Consciente da responsabilidade e da esfera de oportunidades que esta expressão do associativismo assume, a FNAJ pugnará por se (continuar a) assumir como parceira estratégica séria, crítica e atenta na relação com o Estado. A sua voz será interventiva e reivindicativa no sentido de maximamente se rentabilizarem os recursos públicos que interessam aos/às jovens, com foco particular naqueles que diretamente dependem da tutela da juventude.

Estes são desafios da FNAJ! Desafios comuns a todos nós, jovens dirigentes associativos.

## O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, ENQUANTO INTERLOCUTORES E DISSEMINADORES DO DIÁLOGO ESTRUTURADO

O Associativismo Juvenil local desempenha um papel importante na capacitação dos/as jovens, assim como no desenvolvimento das comunidades em que se inserem, da mais pequena aldeia aos grandes centros urbanos. Constitui-se uma verdadeira escola para a formação de cidadãs e cidadãos ativos, participativas/os, conscientes e empenhadas/os na vida pública, assumindo-se, ao mesmo tempo, como interlocutores naturais e disseminadores do diálogo estruturado.

A proximidade aos problemas e necessidades sociais e o conhecimento da realidade do terreno são características inerentes à própria realidade geográfica e sociológica das associações juvenis, pois elas são parte integrante e transformadora do tecido social em que se inserem. As associações constituem-se, assim, como dispositivos capazes de atuar no real e de responder com agilidade a problemas concretos da sociedade. Os objetivos destas organizações não são abstrações: respondem às necessidades reais dos jovens e das comunidades. Neste sentido, as associações sempre promoveram o debate conjunto entre jovens e decisores públicos sobre as prioridades, implementação e acompanhamento da cooperação nacional e europeia no domínio da juventude.

Assim, as Associações Juvenis são escolas de Cidadania, espaços de participação e de educação não formal, espaços de trabalho em equipa e de aprendizagem contínua.

Catalisador da energia empreendedora da juventude, o associativismo desempenha um papel formativo e pedagógico extraordinário, fomentando o espírito de participação cívica, tendo por base processos de educação não formal e de diálogo estruturado.

As organizações juvenis possibilitam formas alternativas de diálogo entre os poderes locais e os/as cidadãos/ãs em geral.

Deseja-se um projeto partilhado de políticas e práticas locais no âmbito da juventude, com sustentabilidade, que apele a uma democracia participativa que implique a aquisição e exercitação de competências de reflexão, discussão e intervenção na vida comunitária



local. Neste sentido, assume-se premente a construção conjunta de estratégias coletivas de âmbito mais inclusivo e coresponsabilizante.

# ASSOCIATIVISMO JOVEM E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: UMA ALIANÇA DE VALOR NO QUADRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

6

POR CARLOS PAULO PERFIRA<sup>1</sup>

A atividade associativa dos jovens tem tido, no âmbito daquilo que se convencionou publicamente chamar o sector da Juventude, uma importância vital, e, simultaneamente, uma relação íntima com os processos educativos subsumidos ao domínio da Educação não-formal. As mais recentes políticas públicas de Juventude compreenderam e reforçaram o papel de referência dos movimentos e organizações do Associativismo Jovem no que respeita à promoção da cidadania e participação cívica, ao mesmo tempo que polarizaram a omnipresente noção de «Tempos Livres», com a evidente preocupação de recobrir os tempos e domínios não formais de um claro sentido cooperativo, formativo e educativo.

No plano evidenciado se constituiu um eixo a partir do qual a actividade das associações tem permitido, aos jovens nela envolvidos, directa ou indirectamente, aceder à integração social e comunitária, bem como a uma valorização educativa, formativa, cívica e, necessariamente, a competências pessoais, sociais e mesmo profissionais.

Procuraremos evidenciar – tomando por campo de observação o quadro nacional e o período temporal imediatamente anterior e, sobretudo, pós 25 de abril de 1974 – a forma como publicamente o sector da Juventude tem vindo estrategica-

<sup>1.</sup> Licenciado em Antropologia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Chefe de divisão da Divisão de Associativismo do IPDJ. Trabalha no sector da Juventude desde 1997, tendo sido diretor de serviços e exercido funções na coordenação ou gestão de diversos programas, projectos e iniciativas, ou em grupos de trabalho, em domínios como o apoio ao Associativismo Jovem, Voluntariado, Ocupação de Tempos Livres ou Cooperação internacional. Desde 2009 é o correspondente nacional na rede EKCYP da parceria entre o Conselho da Europa e a Comissão Europeia. Foi o responsável do IPDJ pelo desenvolvimento do perfil profissional e de RVCC do Técnico de Juventude. Integra actualmente o grupo de trabalho para o reconhecimento e validação de competências em Educação não-formal.

mente a valorizar e estimular o movimento associativo jovem. Por outro lado, veremos como a evolução das políticas de Juventude tem beneficiado enormemente dos pressupostos e paradigmas da educação não-formal. Finalmente, enfatizaremos desenvolvimentos e desafios com que a área da Juventude se confronta e a forma como o binómio virtuoso associativismo e educação não-formal é um alicerce estruturante desse movimento.

# ASSOCIATIVISMO JOVEM E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL, DE QUE FALAMOS?

Relativamente ao entendimento sobre o qual sustentamos a argumentação, valendo-nos do conceito de associativismo jovem teremos de tomar em conta que este foi considerado diferentemente ao longo do tempo. Na óptica actual, que tem primazia de rigor na interpretação deste artigo, o regime jurídico do Associativismo Jovem² estabelece como associação juvenil aquela entidade legalmente constituída ao abrigo da lei geral de associações, que cumpre os requisitos de deter no órgão executivo uma maioria de pelo menos 75% de jovens com idade até aos 30 anos, da mesma forma que os associados da associação terão de ter, pelo menos na proporção de 75% do total, até a idade de 30 anos. Esta estrutura deve ser reconhecida no âmbito do RNAJ – Registo Nacional do Associativismo Jovem.

Importa, contudo, sublinhar que a tipologia associativa vigente compreende um conjunto de definições subsidiárias do universo jovem, as quais têm assento no RNAJ. Estas espraiam-se em diversos graus de relação com a ideia de trabalho «com e para jovens,» isto é, de acordo com a noção de que são geridas e dirigidas por jovens e de que, em simultâneo, o seu trabalho e intervenção têm primazia junto a essa faixa da população. Deste modo, além das já mencionadas associações juvenis «puras», encontramos as associações equiparadas a associação juvenil, as quais, não cumprindo os critérios formais de gestão pelos jovens, ou, se quisermos, de autodeterminação jovem, compreendem as organizações escutistas e guidistas reconhecidas internacionalmente pelos seus pares e ainda associações de reconhecido mérito e importância social que trabalhem com e para jovens, devidamente suportadas no conteúdo da sua actividade por critérios a preencher para o reconhecimento da condição «juvenil». Por outro lado, a legislação legitima e dá relevo, no quadro do que designa por associações de jovens, às associações de estudantes, seja do nível de ensino superior, seja dos

<sup>2.</sup> Lei 23/2006 de 23 de junho.

níveis de ensino básico e secundário. Além disso, são fundamentais as plataformas associativas de representação dos jovens, que constituem um patamar de elaboração da actividade associativa na sua disseminação no território, seja no plano regional ou nacional, razão pela qual se distinguem as Federações de Associações Juvenis e igualmente as Federações de Associações Estudantis.

Finalmente são reconhecidos os grupos informais de jovens, um «apêndice» de suma importância para mobilização primária e porta de entrada potencial no universo do associativismo jovem. É, pois, neste contexto que se posiciona a nossa análise.

Relativamente ao conceito de educação não-formal, e segundo Pinto (2007), ela encontra-se presente no discurso oficial sobretudo a partir de finais dos anos 60 do século XX³, referência consolidada por Favero (2007), notando a sua descendência das actividades ditas extraescolares e a emergência num contexto pós-guerra, ansioso por reformulação educativa e por renovação da oferta educativa para populações carentes de instrução. O seu enquadramento de origem sugere também uma abordagem destinada a suprir carências educativas em contextos de países em desenvolvimento ou em comunidades particularmente carenciadas, com falhas educativas decorrentes de falha no sistema formal de educação. No contexto precedente, encontra-se muito ligada à educação de adultos.

Este conceito aparece normalmente num trinómio – educação formal, não-formal e informal – do qual retira sentido por moto próprio e por contraponto. As três vertentes deveriam cobrir integralmente o universo educativo.

Em termos práticos e sintéticos, educação formal compreende as aprendizagens no sistema educativo, hierarquicamente estruturado, cronologicamente graduado e altamente institucionalizado, havendo uma obrigação inerente à sua frequência e uma certificação do resultado.

A educação informal será a aprendizagem ao longo da vida, ou seja, o conhecimento adquirido e acumulado pelas experiências, competências, atitudes e perspectivas desenvolvidos diariamente no regular percurso ambiental de cada indivíduo, incluindo os diversos quadrantes de socialização (família, amigos, trabalho, etc). Esta aprendizagem não é organizada e sistemática, mas sobretudo não é intencional e não existe, muitas vezes, por parte de quem aprende, a percepção de estar envolvido num processo de aprendizagem.

<sup>3.</sup> Embora também sejam situados processos no final do século XIX e início do século XX, nomeadamente em práticas em organizações de juventude, desde logo, por exemplo, nas organizações escutistas.

A educação não-formal seria assim qualquer actividade educativa sistemática, organizada e desenvolvida fora do sistema e contextos formais de educação, com o fim de obter aprendizagens, não certificadas, para a generalidade dos indivíduos, incluindo crianças e jovens. Estes aderem voluntariamente ao processo, que os toma como actores centrais da aprendizagem.

Estas características, processos e conceitos têm sido alvo de amplo estudo e debate, nem sempre consensual, havendo um aprofundamento destas noções e do seu conteúdo a considerar para uma compreensão mais alargada, a qual deve observar igualmente os contextos da sua definição e práticas, os territórios da sua aplicação.

De facto, como notaram Lindner (2010) ou Bruno (2014), é possível estabelecer intersecções ou hibridismos entre os diversos ambientes de aprendizagem e as distinções entre os conceitos têm por vezes sido desenvolvidas como forma de segmentação administrativa. Com maior ou menor ênfase, aspectos como o binómio educação vs. aprendizagem, o local onde ocorrem as experiências educativas ou aprendizagens, o posicionamento mais activo/voluntário ou passivo//obrigatório do aprendente como referencial do processo de aprendizagem, ou a intencionalidade por aquele percepcionada, quanto aos conteúdos e experiências, têm alimentado reformulações sucessivas e debates apaixonados.

Neste particular, a evolução social, e nomeadamente a evolução tecnológica, com elevado impacto nos processos educativos, tem igualmente contribuído para refinar os conceitos<sup>4</sup>, sendo, contudo, de notar, como refere Latchem (2014), que se estima que o processo de aprendizagem ao longo da vida de um indivíduo seja constituído, a partir dos modos informal e não-formal, em 70 a 90% do total das aprendizagens desenvolvidas.

<sup>4.</sup> A abordagem virtual do trabalho na área da Juventude (youth work) tem vindo a crescer, como forma de chegar aos jovens que não se apresentam em contextos mais habituais de intervenção mas se podem encontrar amiúde nos espaços virtuais e na internet. O Youth work virtual, portanto, tem vindo a crescer e a ser equacionado nos mais variados contextos; veja-se a propósito a formação desenvolvida pela SALTO https://www.salto-youth.net/tools/european-training-calendar/training/plug-in.4116/

## O ASSOCIATIVISMO JOVEM NA ORGÂNICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, EM PORTUGAI.

Cingindo-nos ao período histórico decorrido desde os anos 70 do século passado, mas particularmente pós 25 de Abril de 1974<sup>5</sup>, verifica-se que o movimento associativo jovem e as associações e federações de jovens<sup>6</sup>, bem como outras entidades evidenciando trabalho prioritário e reconhecido com e para jovens, tiveram um destaque claro e constituíram o móbil essencial da estruturação das políticas públicas de Juventude. Este desígnio e posição são verificáveis tomando por indicador os diplomas legais que legitimaram os sucessivos organismos e estruturas que alicerçaram, desenvolveram e permitiram operacionalizar as políticas públicas de Juventude em Portugal.

De facto, atentando, desde logo, no Artigo 70 da Constituição da República Portuguesa, verifica-se uma clara determinação em estabelecer os direitos da Juventude e os objectivos prioritários a prosseguir pela política de Juventude. Citamos: «(...) o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade». Por outro lado, no n.º 3 do mesmo artigo, entre outros actores, enfatiza-se o papel das «organizações juvenis», e o apoio à sua actividade para a prossecução dos referidos objectivos.

Em sequência, determina o Decreto-Lei n.º 446/71 de 25 de Outubro, que deu origem, no Ministério da Educação Nacional, ao Secretariado para a Juventude, conforme o preâmbulo, (...) o Secretariado para a Juventude ficará não só com a faculdade de promover a criação de centros de juventude, mas também com a de estabelecer contactos – para os apoiar – com os organismos e movimentos juvenis privados que, até hoje, só esporadicamente têm estabelecido relações de colaboração com a administração pública. Para a dinamização dos seus próprios centros e para a dos referidos organismos e movimentos o Secretariado organizará actividades a nível regional e nacional» (realce negrito nosso).

Sem considerar outros importantes enquadramentos, hipóteses ou linhas possíveis de pensamento de que este artigo não se ocupa – o sentido da aproximação-controlo Estado/movimentos privados, uma dinâmica de responsabilização

<sup>5.</sup> Recomenda-se, para aprofundamento da análise legislativa, a base de dados do Observatório Permanente da Juventude, http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/basesdedados/legislacao-sobre-juventude-em-portugal-1974-2016

**<sup>6.</sup>** As designações utilizadas decorrem da tipologia estabelecida na Lei 23/2006 de 23 de junho, o actual regime jurídico do Associativismo Jovem.

cívica renovadora, o eventual controlo de uma geração jovem de *baby-boom*, a importância e peso político de uma geração demograficamente relevante, a abertura ideológica, a dinâmica revolucionária, entre outros aspectos que merecem o devido estudo e aprofundamento – verificamos que o documento, na sombra da herança do movimento da Mocidade Portuguesa, inaugura bases de desenvolvimento de uma política integrada de Juventude (onde a importância dos centros de juventude e a consideração das especificidades regionais na moldura nacional são dois pilares decisivos) considerando como actores principais os movimentos organizados, privados, dos jovens.

Da mesma forma, o Decreto-Lei 179/74 de 30 de Abril, marco simbólico, em pleno fervor revolucionário – daqui decorre, décadas mais tarde, o dia 30 de Abril como o Dia do Associativismo Jovem, que anualmente se celebra –, extingue o Secretariado para a Juventude, mas origina o explícito FAOJ – Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, que congregaria doravante os esforços do programa da Junta de Salvação Nacional na mobilização dos jovens e suas organizações para o processo democrático; afirma-se no diploma, a título introdutório: (...) É preocupação da Junta estimular o espírito associativo e fomentar a formação democrática e cultural da juventude. E, conforme exposto no artigo 2.º: São atribuições do Fundo o apoio e estímulo das actividades juvenis para o preenchimento dos tempos livres, integrados numa permanente formação democrática e aperfeiçoamento cultural, visando a participação esclarecida dos jovens na vida colectiva e fomentando o trabalho de grupo numa perspectiva de integração social».

Acompanhando o desenvolvimento do Estado de Direito Democrático, a reformulação do FAOJ, através do Decreto-Lei n.º 216/86 de 4 de Agosto, apresenta-nos claramente o entendimento político sobre o lugar do movimento associativo dos jovens; citamos a nota introdutória do diploma: «O associativismo juvenil constitui uma das mais importantes manifestações dos jovens, contribuindo para a sua integração na comunidade e para o desenvolvimento das suas capacidades e responsabilização na participação em projectos próprios.

Ao Estado cabe um papel importante no fomento das actividades dos jovens, proporcionando-lhes os mecanismos capazes de dar resposta às suas solicitações, porventura orientando-as para algumas áreas menos desenvolvidas.

O Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis surge hoje como resultado dessa preocupação para apoiar os jovens nas suas múltiplas actividades na perspectiva da sua participação e integração na comunidade».

Note-se ainda que os primeiros organismos de desenvolvimento e execução da política de Juventude integram-se directamente no Ministério incumbido da

Educação. Assume, pois, relevo que, além do FAOJ, a criação da Direção Geral de Juventude, na Presidência do Conselho de Ministros (PCM), efectivada no Decreto-Lei 497/85 de 17 de dezembro, evidencie o alargamento do espectro de intervenção do conceito de Juventude. Estas mudanças assumem a consciência, por parte do Estado, da veloz evolução e dinâmica de uma área cujo objecto, os jovens, assumia destaque nas rápidas e profundas transformações sociais que decorriam no país e a nível europeu — a que os desafios da integração na CEE — Comunidade Económica Europeia viriam a dar um impulso decisivo — traduzindo a urgente necessidade de «coerência das políticas sectoriais dirigidas aos jovens (...) bem como uma actuação de carácter horizontal, com vista a dar forma e conteúdo ao conceito "política global de Juventude"».7

Esta situação dual viria a desembocar, finalmente, concretizando a lógica integrativa e multifacetada do conceito de Juventude, e das respostas políticas exigidas, na criação do Instituto da Juventude (IJ) integrando os dois organismos precedentes (FAOJ e DGJ) e mantendo a filiação na dependência directa da PCM. O IJ assume de forma bastante mais elaborada, integrada e abrangente que os organismos precedentes um conjunto de atribuições e acções de alcance múltiplo, conforme exposto no artigo 4.º do Decreto-Lei 483/88 de 26 de dezembro. Das catorze atribuições essenciais, cerca de metade dizem respeito ao reforço e fomento do associativismo jovem e do carácter cooperativo dos jovens: nessas, enfatizamos igualmente a importância dada aos animadores e dirigentes juvenis, bem como ao que hoje se designaria por empreendedorismo. Os fundamentos do apoio associativo enunciam claramente uma sistematização reforçada e uma consideração multidimensional, com mecanismos ou preocupações já introduzidas ou novas, que fizeram escola: arquivo de associações, apoio técnico, material, financeiro, formativo, infraestrutural. Este diploma dá igualmente elevada importância aos fundamentos da gestão, definição e estruturação consultada e participada da actuação – uma política para e com os jovens –, destacando-se o papel dos conselhos consultivos regionais (cuja transversalidade geográfica inclui, entre vários elementos constituintes, organizações juvenis) e do CNJ – Conselho Nacional de Juventude.

Numa apreciação sumária, é possível verificar que os diplomas seguintes que determinaram a evolução das estruturas orgânicas ligadas à prossecução da política de Juventude mantiveram as referências e preocupações enunciadas anteriormente, designadamente ao nível da definição da sua missão e atribuições. É, pois, o caso das sucessivas reformulações do IPJ (DL 333/93 de 29 de

<sup>7.</sup> Preâmbulo do diploma de estruturação da DGJ, Decreto-Lei n.º 215/86 de 4 de agosto.

setembro; DL 70/96 de 4 de junho ou DL 168/2007 de 3 de maio). O mesmo conteúdo se pode encontrar na reformulação mais recente de 2011, com fusão entre Juventude e Desporto, patente no DL n.º 98/2011 de 21 de setembro.

Mas se a legislação nos permite apreciar a importância política do movimento associativo jovem, os mecanismos de legitimação e apoio dedicados às associações de jovens são igualmente reveladores.

De facto, se tomarmos em conta os últimos 6 anos – sensivelmente o período imediatamente antecedente à fusão IPJ/IDP até à actualidade – o Registo Nacional do Associativismo Jovem tem uma flutuação de entidades efectivas que oscila grosso modo numa média próxima das 1100 entidades/ano, conforme podemos observar no Gráfico 1, com detalhe. Este valor demonstra uma constância e segue tendências anteriores, pois na transição da anterior legislação, por exemplo em 2005/6, o número de RNAJ efetivas era de 1141 e no ano seguinte de 1099.

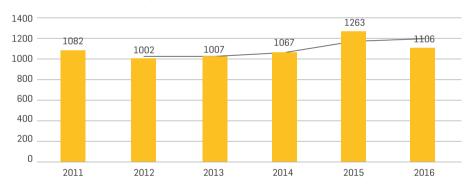


Gráfico 1: Evolução do RNAJ em n.º de entidades efetivas 2011-2015

Paralelamente, conforme o Gráfico 2, importa sublinhar que o apoio directo ao movimento associativo jovem envolveu um investimento estatal de perto de 167 milhões de euros, entre 1992 e 2016, verba oscilando em média de 6,7 milhões de euros anuais e considerada apenas nos programas específicos para o fim de fomento associativo, dedicados aos planos de actividades das associações, infraestruturas, equipamentos, recursos humanos, funcionamento e formação.

De notar, a propósito, que a oferta de programas de dinamização da Juventude, nomeadamente na actividade do IPDJ e seus antecessores, assim como dos programas europeus do sector, o Erasmus+ Juventude em Ação e antecessores, têm amiúde como destinatários, por vezes prioritários ou até exclusivos, as entidades inscritas no RNAJ.



Gráfico 2: Apoios específicos ao movimento associativo jovem, totais entre 1992-2016

Estes apoios e cofinanciamentos permitem ao movimento associativo oferecer anualmente aos jovens e às comunidades milhares de actividades, de índole diversa e com ressonâncias próprias em cada região. Campos de férias, animação de rua, teatro, música ou dança, desporto, jogos tradicionais, informação, defesa do ambiente, empreendedorismo, voluntariado ou intercâmbios com outras regiões e países são algumas das áreas e intervenções reconhecidas. Nesta miríade de actividades, com amplo potencial de desenvolvimento, duas notas de primeiro plano. A primeira diz respeito às metodologias e natureza das actividades que enformam o manancial da educação não-formal. A segunda remete-nos para a forma como a participação dos jovens neste universo privilegiado da educação não-formal se traduz, para os jovens nele envolvidos, no ganho de múltiplas competências e capacidades.

## CAMINHANDO SE FAZ O CAMINHO... TAMBÉM PELA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Justamente, o conceito de educação não-formal vem a ser afirmado, na sua densidade e multiplicidade de expressões, em contextos nacionais e internacionais. No caso da dimensão internacional – e para o que a área da Juventude importa – a União Europeia e o Conselho da Europa desenvolveram concepções particulares de ENF e emanaram ao longo do tempo diversas recomendações, debates, propostas, de que destacaríamos as decorrentes do *Livro Branco da Juventude* (2001) ou as «Pontes para o reconhecimento» (tradução nossa; 2005)<sup>8</sup>, importa-

<sup>8.</sup> http://pjp-eu.coe.int/en/web/youth-partnership/recognition

das com a questão do reconhecimento e validação de competências adquiridas nos contextos de ENF.

Documentos importantes fundados em estudos de referência foram elaborados pelo Fórum Europeu de Juventude, casos do Sunshine report on non-formal education (2008), ou o mais recente Study on the impact of Non-Formal Education in youth organisations on young people's employability (2011)9, que dá conta do interesse dos empregadores nas competências desenvolvidas pelos jovens, nos contextos não-formais, mas aponta a lacuna da ausência de um elemento formal de reconhecimento, validação e certificação dessas competências.

Estas recomendações, declarações, debates, propostas, têm vindo a enformar e ganhar consistência nos conteúdos de iniciativas, programas ou eventos de referência, sendo imediato exemplo o caso dos programas europeus de Juventude – Juventude para a Europa, Juventude, Erasmus+ JA – ou as conferências europeias de *Youth Work* (2010 e 2015), ou ainda projectos como o portfólio europeu de *Youth Leaders* e *Youth Work*. Recordamos, neste instrumento, a seguinte referência elucidativa:

(...) In using this portfolio, youth leaders and youth workers will not only contribute to the recognition of their experience and skills but also to efforts to increase the recognition of youth work and non-formal education and learning<sup>10</sup> (negrito nosso).

No plano nacional, e uma vez mais no plano da área da Juventude, as políticas nacionais têm procurado acompanhar e contribuir para o debate sobre a educação não-formal, trabalhando no seu fomento e implementação. Para este efeito, a actividade desenvolvida pelos organismos com responsabilidade executiva – caso de toda linhagem do IPDJ – teve particular relevância, seja através dos programas de apoio ao associativismo jovem, na oferta de ocupação de tempos livres, no voluntariado jovem, entre muitos outros.

<sup>9.</sup> Este estudo constitui uma referência no sector e foi levado a cabo numa parceria com a Universidade de Bath no Reino Unido e com a GHK Consulting, tendo como referências metodológicas, entre outras, uma amostra de inquéritos a cerca de 245 organizações de juventude, em 40 países e envolvendo mais de 1300 jovens, incluindo ainda workshops com empregadores e entrevistas com empresas de recrutamento e de Recursos Humanos. Pode ser efectuado o download em: https://www.jugendpolitikineuropa.de/downloads/4-20-3299/ReportNFE PRINT.pdf

<sup>10.</sup> http://www.coe.int/t/dg4/youth/Resources/Portfolio/Portfolio\_en.asp Policy paper on Youth organisations as non – formal educators – recognising our role' (0618-03) adopted at the Council of Members, 21-22 November 2003.

Mas como referido anteriormente, o papel das organizações de juventude é decisivo no fluxo de oferta e na criação de espaços e dinâmicas de oferta de educação não-formal à comunidade e conforme se refere num documento de 2003 do Fórum Europeu de Juventude:

«(...) Rather than learning 'hard knowledge' from text-books, young people 'learn by doing' through peer education methods and voluntary work for example. Due to the participatory nature of the activities, young people take responsibility for their own learning and engage actively in the process. Youth activities provide 'real life' situations that cannot easily be reproduced in a classroom. Learning takes place in specific contexts and is therefore more meaningful" (Fórum Europeu de Juventude. 2003).

Contudo, novos desenvolvimentos se impõem, sobretudo num aspecto que tem sido demarcador da fronteira entre educação não formal e formal, a certificação.

Atestando este facto, as plataformas de representação dos jovens, particularmente o Conselho Nacional de Juventude e a FNAJ – Federação Nacional de Associações Juvenis, têm vindo a debater o assunto e a reivindicar desenvolvimentos. De forma institucional, as Resoluções da Assembleia da República n.º 32/2013 e 34/2013 de 15 de março vieram recomendar ao Governo, respectivamente, a valorização e o reconhecimento das competências de educação não formal adquiridas pelos jovens através do associativismo juvenil e do voluntariado e a valorização e o reconhecimento da Educação Não-formal.

Reconhecimento, validação e certificação das aprendizagens, são, pois, as palavras de ordem e tal compreende:

"The confirmation by a competent body that learning outcomes (know-ledge, skills and/or competences) acquired by an individual in a formal, non-formal or informal setting have been assessed against predefined criteria and are compliant with the requirements of a validation standard. Validation typically leads to certification" (CEDEFOP, 2009).

Mas é de destacar que as metodologias de educação não-formal e as aprendizagens proporcionadas pelas suas dinâmicas têm constituído igualmente um pilar para a inclusão social dos jovens, ilustrada por experiências e casos de sucesso como os obtidos pelo programa Escolhas.

A este propósito, Calado (2014) apresenta-nos um interessante e elucidativo contributo, com elevada primazia à voz e testemunho dos jovens, sobre a forma

como a educação não-formal determina, em larga margem, o sucesso inclusivo. Para este contribuem, desde logo, entre outros aspectos, a abordagem não convencional do envolvimento e da construção empírica das aprendizagens, o sentido voluntário e participado e a visualização dos resultados do esforço desenvolvido pelos protagonistas; na voz dos jovens entrevistados são patentes ganhos de competências várias e de um renovado sentido de estima e pertença:

«(...) Sou mais responsável; sou capaz de assumir responsabilidades na associação. Temos um objectivo e vamos lutar por ele. (...) Mudou a minha maneira de ver as coisas; antes não ligava a estas coisas, queria apenas vadiar; agora posso chegar-me à frente e falar com a vereadora da Câmara».

«Acho que ganhei bastante; sou capaz de expressar as minhas opiniões, expressar os meus sentimentos, falar com as pessoas influentes».

«Aprendi muito aqui e agora tenho que retribuir a outros»<sup>11</sup>.

## REFLEXÕES LIVRES PARA UM REFORÇO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

Procurámos demonstrar os caminhos mais recentes percorridos pelo associativismo jovem e pela educação não-formal, particularmente no enquadramento português, mas igualmente integrados em correntes de sentido oriundas dos contextos internacionais.

Pensamos que os dados e argumentos apresentados reforçam o entendimento de que o associativismo jovem e a educação não-formal são dois pilares decisivos quando falamos de política de Juventude.

Mas importa sublinhar que importantes desafios se colocam, a considerar nas estratégias para a Juventude, de modo a potenciar a qualidade dos processos e a efectiva correspondência entre recursos, metodologias, aspirações e necessidades dos jovens e ações e contextos sociais de igualdade de oportunidades, integração e desenvolvimento nas sociedades modernas.

Desde logo, assinalaríamos um vento favorável em prol do desenvolvimento e reforço da actividade na área da Juventude, ou, se quisermos, do *Youth work*. E falar deste é falar dos *youth workers*, de educação não-formal e das organiza-

<sup>11.</sup> Calado; 2014; op. cit., p. 84-85.

ções de juventude. De facto, as preocupações mais recentes em torno da radicalização dos jovens, as dificuldades de inclusão, de multiculturalidade, migrações, acesso a empregabilidade, de capacitação para os desafios da modernidade, de participação cívica e democrática, na saúde, ambiente, etc, tornam incontornável um trabalho dedicado, com profissionais qualificados e abordagens não convencionais.



Assim, Portugal e o IPDJ, IP, em permanente diálogo

estruturado com o sector, têm acompanhado e actuado de forma célere, entendendo a mais-valia da concretização do perfil profissional do Técnico de Juventude<sup>12</sup>, incluindo o seu RVCC<sup>13</sup> profissional, projectos que estão agora concretizados e disponíveis ao público jovem.

Por outro lado, o sucesso destes desenvolvimentos deve ser consolidado com o reforço do reconhecimento da Educação não-formal, diríamos mesmo, com a sua exaustiva disseminação e democratização. Neste particular, encontra-se em curso o estudo e preparação de um referencial de competências em ENF, cuja validação deverá ocorrer pelo trabalho do IPDJ, sempre em articulação com os jovens, os seus representantes e os actores do sector da Juventude, mas também os interessados no mundo empresarial e do emprego. Note-se aliás que as pressões em torno da validação e certificação da ENF têm essencialmente, além do maior ou menor reconhecimento social, um efeito de valorização curricular e de distinção perante o mercado de trabalho. Também aqui importa, sem perder de vista o pragmatismo e justiça do processo, defender os valores de cidadania e participação que estão (devem estar) na base do envolvimento dos jovens nos diversos contextos das aprendizagens não-formais; não devem, pois, derivar de uma qualquer caça ao certificado.

Aliás, fazendo eco com aqueles que defendem a complementaridade e mescla frutífera das várias formas de educação, defenderíamos a convergência de espaços, tempos, metodologias e saberes. É nesse sentido que a escola é um espaço privilegiado para a educação, formal ou não-formal, assim como os jovens podem sair da escola para outros espaços de aprendizagens, complementando saberes mais formais, igualmente importantes. Educação holística e integral, centrada

<sup>12.</sup> A profissão de Técnico de Juventude foi oficializada em 8 de Dezembro de 2015 e o RVCC profissional em Janeiro de 2017. Ver http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Qualificacoes/Referenciais/1582

<sup>13.</sup> Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais.

em cidadãos, jovens, com capacidade de pensar, sentir e agir individual e colectivamente em prol do bem comum, num processo que deve retirar sentido do núcleo mais profundo de afirmação do Estado de direito democrático, para a sua decidida preservação dinâmica e renovação.

Neste particular, as Associações de jovens constituem um instrumento poderoso, disseminado pelo território nacional e capaz de conferir consistência às solidariedades locais, entre jovens, mas também intergeracionais, de gerar redes e irradiar correntes de desenvolvimento que podem estender-se de um plano mais local até ao nível nacional e internacional. Pode estar aqui um decisivo elemento de identidade reforçada no território, de solidariedade e adequação às realidades diferenciadas, de respeito pela multiculturalidade, de captação de recursos e investimentos, fixação de populações e combate à desertificação de certas regiões, entre outros factores.

Este parece também ser um desafio considerável para organizações que deveriam ter como primeiro móbil a dita experiência da cidadania e liberdade de expressão. Contudo, sendo essas facetas ainda presentes e sumamente importantes, notamos que a exigência sobre o chamado terceiro sector se vem a estender – muitas vezes reivindicada de dentro do próprio movimento associativo jovem – às associações de jovens, e elas figuram, de facto, como entidades reconhecidas para albergar estágios profissionais de medidas tão importantes como as de empregabilidade, ou ainda como ferramenta de charneira para a identificação de jovens NEET<sup>14</sup>. Paralelamente reivindicam medidas de alívio fiscal em paridade com as IPSS ou ONG, assumindo novos patamares de responsabilização, reconhecimento e intervenção social.

Acompanhamos, também por isso, a defesa da necessidade de rever o regime jurídico do Associativismo Jovem. No caso português, a legislação atingiu agora uma vida útil de 10 anos de vigência e há matéria suficiente de experiência e avaliação, conjugada com mudanças sociais significativas, para reformular metodologias e princípios.

Neste caso importa talvez garantir que se continuará a fomentar uma atribuição de protagonismo e real poder aos jovens, em particular a associações efectiva e totalmente dirigidas por jovens e maioritariamente por eles constituídas,

<sup>14.</sup> As Associações de Jovens são consideradas elegíveis para acolher estágios da Medida Estágios Emprego do IEFP, assim como estão em destaque na estratégia nacional da Garantia Jovem, na óptica da sua intervenção de jovens NEET – Neither in Employment, nor in Education or Training.

sem prejuízo da consideração de um universo mais vasto de entidades, igualmente importantes, que trabalham maioritariamente para jovens.

Por outro lado, os incentivos às novas associações devem ser reforçados, de forma conjugada com uma procura de aumento da qualidade dos projectos e um centramento da avaliação nessa componente, na criatividade e inovação, em detrimento do *status quo* instalado, aspecto para o qual a revisão do modelo de cálculo dos apoios é central.

Finalmente, e porque se fala tanto em competências, é importante renovar a actividade formativa e de capacitação, depositando o IPDJ esperança na implementação do novo programa Formar+<sup>15</sup>, um programa formativo desenvolvido para todos os actores da área da Juventude, e de entre os destinatários com respostas dedicadas aos jovens não associados, aos dirigentes associativos e aos Técnicos de Juventude.

Pelo exposto, fica patente que as políticas públicas de Juventude podem continuar a reforçar-se, sem descurar outros ângulos e perspectivas, a partir do apoio e aproveitamento do papel das associações e da educação não-formal, para legitimar um espaço e uma actuação que fazem dos jovens verdadeiros actores do presente, do seu destino como indivíduos – mais capazes, qualificados, integrados e interventivos – no seio de sociedades que, enformadas pelo Estado de direito democrático, sejam ainda garante do bem-estar, segurança e realização pessoal e cívica dos seus membros.

<sup>15.</sup> Nesta altura em processo de publicação em DR.

# O EMPREENDEDORISMO E OS PROGRAMAS DO IPJ/IPDJ: MODELOS DE INTERVENÇÃO ENTRE 2008-2016

POR JOSÉ PEDRO MEJ O E CASTRO<sup>16</sup>

As linhas que se seguem registam, brevemente, os programas de apoio ao empreendedorismo geridos pelo Instituto Português da Juventude/Instituto Português do Desporto e Juventude nos últimos oito anos, sublinhando, nesse processo, as diferentes abordagens à área que os diferentes modelos de apoio dos mesmos encerram.

#### FINICIA JOVEM

Em 2008, o Instituto Português da Juventude (IPJ) introduz o Finicia Jovem (FJ), braço juvenil do FINICIA, programa do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI).



O FJ propunha-se facilitar o acesso dos jovens a financiamento para a concretização de projetos empresariais. Os jovens submetiam candidaturas onde apresentavam uma ideia de negócio, as suas competências e experiência profissional, o valor e modalidades de financiamento necessárias à execução do projeto e uma projeção de resultados a 3 anos. Selecionadas as candidaturas, os jovens eram apoiados no desenvolvimento de dossiês de investimento ou planos de negócio que eram posteriormente apresentados à banca – com a qual o programa FINICIA havia estabelecido protocolos de colaboração e que também serviam os beneficiários do FJ – e às Sociedades de Garantia Mútua (SGM). Para os jovens

<sup>16.</sup> Licenciado em Sociologia, com especialização em Sociologia Histórico-Política pela Universidade Nova de Lisboa. Especializado em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração, I.P.

Trabalha desde 201 no Instituto Português da Juventude/Instituto Português do Desporto e Juventude, na área de Emprego e Empreendedorismo.

que passavam o apertado crivo da banca e das SGM, estavam disponíveis linhas de microcrédito<sup>17</sup> com taxas de juro abaixo da média praticada, à data, pelo mercado. Aos que conseguiam aceder a estas linhas, o Instituto financiava a comissão da garantia mútua<sup>18</sup>. De 250 ideias de negócio analisadas ao longo da vigência do programa (2008-2012), oito resultaram em empresas. Era um programa para jovens entre os 18 e os 35 anos que tivessem completado o 12.º ano de escolaridade

Impondo como requisito de acesso a conclusão do 12.º ano de escolaridade, exigindo uma candidatura que implicava já um razoável estágio de desenvolvimento da ideia de negócio, avaliando as competências e a experiência dos promotores e conhecimentos mínimos de análise financeira, o programa filtrava as entradas. Por regra, apenas os jovens que demonstravam já um conjunto de competências e conhecimentos acediam ao FJ. Era, nesse sentido, um programa que não apoiava o desenvolvimento de empreendedores, apoiava, antes, o acesso a financiamento, estruturando-se na premissa de que o empreendedorismo está reservado a uma minoria.

#### INOVA



Em 2011, o IPJ, em parceria com o IAPMEI e a Direção Geral de Educação (DGE), cria o INOVA. Um concurso de ideias que se propunha avaliar e premiar ideias e projetos de inovação apresentados e desenvolvidos por jovens.

Tendo agregado parceiros (DGEstE, ANQEP e BIS-SCML), o INOVA apresentou, ao longo dos anos, vários formatos.

<sup>17.</sup> Estava previsto que o FJ proporcionasse também acesso a capital de risco. A tipologia de projetos entrados no FJ (por se estimar para os mesmos uma baixa taxa de rentabilidade) nunca propiciou o recurso a este mecanismo de financiamento.

<sup>18. «(...)</sup> sistema privado de carácter mutualista de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas que se traduz, essencialmente, na prestação de garantias financeiras para facilitar a obtenção de crédito (...). Esta característica mutualista, que resulta do facto de as empresas beneficiárias das garantias serem acionistas de Sociedades de Garantia Mútua, facilita o acesso das Empresas ao crédito, ao partilhar o risco com outras entidades financeiras e libertando desta forma plafonds bancários e permitindo a obtenção de montantes, condições de custo e prazo adequados às necessidades, por norma com redução de outras garantias prestadas ao sector financeiro pelas Empresas», in http:// www.garantiamutua.com

Na sua última edição (2014/2015)<sup>19</sup>, destinou-se a jovens dos 6 aos 25 anos a frequentar o ensino básico ou o ensino secundário; participaram 187 escolas e foram submetidos a concurso 347 projetos.

Aos jovens, era pedido que apresentassem uma candidatura que passava por avaliações escolares, regionais (NUT II) e nacional. Na final nacional – onde, tal como nas avaliações regionais, os jovens faziam uma defesa presencial dos seus projetos – eram distinguidas seis candidaturas com prémios monetários. Estes prémios concorriam, em paralelo com ateliês de capacitação dos promotores, para o desenvolvimento e concretização dos projetos.

Embora o programa seja, *grosso modo*, um concurso, a preocupação em capacitar os promotores, em dar-lhes (ainda que limitadas) condições financeiras à concretização dos projetos e a implementação de ateliês que precedem o início da competição – e que, essencialmente, pretendem que professores e formadores que acompanham os jovens na elaboração dos projetos tomem contacto com algumas ferramentas e instrumentos de apoio ao desenvolvimento de ideias – consubstanciam uma abordagem mais lata. Uma abordagem que não se limita a distinguir ou recompensar os melhores trabalhos, mas se propõe, por um lado, apoiar o desenvolvimento de competências, e, por outro, criar condições para a concretização dos projetos. Há, por isso, no INOVA, uma perspetiva pedagógica, construtiva e, se se guiser, até democratizadora que escapava ao FJ. Se o FJ apoiava jovens com um determinado perfil, escusando-se a participar no seu desenvolvimento e na construção dos seus projetos, o INOVA olhou para as possibilidades que o desenvolvimento de competências encerra, rejeitando um certo determinismo e exclusividade que, de alguma forma, estava, até então, associado à intervenção do Instituto nesta área.

Há, porém, uma face menos cândida nesta alteração de perspetiva. Se o desenvolvimento de competências dos jovens é, à partida, sempre defensável e recomendável, subjazem a esta alteração pressões que propiciam a sua introdução. Por um lado, uma pressão ideológica, cultural, que consubstancia uma nova proposta ética, que determina que numa economia saturada em que o Estado se escusa a participar direta ou indiretamente no mercado laboral, compete ao indivíduo responsabilizar-se pela criação do seu posto de trabalho. O desenvolvimento de competências empreendedoras, de empreendedores, é também, neste sentido, um exercício de sustentação ideológica de um modelo económico. Por outro lado, há toda uma economia que ciranda em torno da educação para o

<sup>19.</sup> O INOVA não se realizou em 2015/2016, estando, neste momento, em negociações entre parceiros o regresso do concurso em 2016/2017.

empreendedorismo, dominada por entidades do sector privado e cooperativo que, na ausência de capacidade estatal, prestam serviços educativos e a quem, por isso, interessa esta alteração de paradigma.

Não obstante, despida da roupagem ideológica, o investimento no desenvolvimento de competências que estimulam a criatividade e uma praxis de resolução de problemas do quotidiano é defensável e útil ao processo de construção e autonomização dos jovens.

#### **RPGN**

Entre 2013 e 2015 o Instituto foi responsável por um dos programas incluídos no Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção da Empregabilidade Jovem – dito Impulso Jovem –, a Rede de Perceção e Gestão de Negócios (RPGN).



Financiada através do FEDER, e por isso executada, em exclusivo, nas regiões de convergência – Alentejo, Centro e Norte –, a RPGN destinou-se a jovens entre os 16 e os 30 anos de idade. Os jovens apresentavam uma candidatura em torno de uma ideia de negócio num estágio relati-

vamente embrionário. Seguia-se, para os jovens com candidaturas selecionadas, um período de cinco meses, ao longo dos quais eram capacitados – num total de 32 horas – em áreas consideradas necessárias à maturação e implementação dos seus projetos (análise contabilística e fiscal, análise financeira, recursos humanos, marca, técnicas comerciais, entre outras). Ao longo deste período, para que se pudessem dedicar em exclusivo ao desenvolvimento do projeto, recebiam uma bolsa mensal no valor de 1.1, 1.3 ou 1.65 vezes o Indexante de Apoios Sociais (o valor era determinado pelas habilitações literárias dos beneficiários<sup>20</sup>). O desenvolvimento da ideia de negócio através da capacitação dos seus promotores convergia num produto final: um plano de negócios ou de projeto<sup>21</sup>, documento que estruturava a ideia, num negócio.

A intervenção do Instituto terminava nesta fase, seguindo-se acompanhamento e monitorização dos jovens e respetivos projetos. Dos projetos dos 320 jovens

<sup>20. 1,65</sup> vezes o IAS, para jovens com ensino superior concluído; 1,3 vezes o IAS para jovens com o ensino secundário concluído e 1,1 IAS para jovens que não tivessem concluído o ensino secundário.

<sup>21.</sup> As ideias de negócio podiam convergir para a criação de empresas ou de associações.

que concluíram o seu percurso no programa, resultaram, à data da última monitorização<sup>22</sup>, sete empresas criadas.

A RPGN concretizou uma primeira tentativa do Instituto em abordar o empreendedorismo de uma forma mais holística. Não impondo restrições no que às habilitações literárias dizia respeito, exigindo menos no que ao estágio de desenvolvimento da ideia de negócio concernia, não obrigando os jovens a análises financeiras em fase de candidatura, e, paralelamente, contribuindo para o desenvolvimento das suas competências, para a maturação de ideias e projetos, o Instituto assumiu uma participação direta no desenvolvimento dos jovens e dos seus projetos, acompanhando-os nos seus percursos. A divulgação do programa, de resto, sublinhava precisamente essa intenção de acompanhamento: «RPGN: da gestação da ideia à constituição de uma iniciativa sustentável, associativa ou empresarial».

As regras de financiamento do programa não permitiam que fosse dado apoio aos jovens uma vez constituída a entidade. Os primeiros anos de vida de uma empresa são essenciais à sua consolidação e sobrevivência, o que permite apontar esta impossibilidade como uma das maiores fraquezas do programa.

#### EMPREENDE JÁ

Foi proposta a continuidade da RPGN no âmbito do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ)<sup>23</sup>.

O programa, renomeado Empreende Já (EJÁ), foi adaptado para servir, em exclusivo, o público GJ (jovens NEET<sup>24</sup>) e, consideradas as forças e fraquezas da RPGN, reformulado. As alterações



foram legisladas ao abrigo da Portaria n.º 308/2015 de 25 de setembro e do Regulamento n.º 760/2015 de 2 de novembro de 2015, alterado pelo Regulamento n.º 1022/2016 de 10 de novembro e atualizado em 2017 pelo Regulamento n.º 467-A/2017 de 25 de agosto.

Sublinho, nesse processo, a vontade do Instituto em insistir num acesso democratizado a esta área e em trabalhar no desenvolvimento das competências dos jovens. Com um processo de candidatura e seleção que será razoavelmente

**<sup>22.</sup>** Janeiro de 2015.

<sup>23.</sup> In Resolução de Conselho de Ministros n.º 104/2013 de 31 de dezembro.

**<sup>24.</sup>** Acrónimo inglês para «Not in Education, Employment, or Training» (jovens que não trabalham, não estudam nem estão em formação).

idêntico ao da RPGN, o modelo de apoio foi substancialmente alargado. Os jovens selecionados beneficiarão de 250 horas de formação<sup>25</sup> e de 30 horas de tutoria, ao longo de seis meses. Espaço de tempo durante o qual, tal como na RPGN, receberão apoio financeiro através de uma bolsa mensal, embora, e ao contrário do que sucedia na RPGN, o valor da bolsa deixe de estar associado às habilitações literárias do beneficiário<sup>26</sup>.

A formação (em áreas como estudo e análise de mercado, gestão, modelos de negócio, imagem e comunicação, entre outras) pretende dotar os jovens dos conhecimentos e competências considerados essenciais à maturação e concretização dos projetos. A tutoria – com a duração de 30 horas – servirá o propósito de apoiar os jovens na elaboração de planos de negócios ou de projeto. Aqui surge outra das novidades face ao modelo RPGN.

Se na RPGN o momento de entrega do plano de negócios ou projeto marcava o encerramento da participação no programa, no EJÁ poderá ser um momento de transição. Os planos de negócio e projeto desenhados ao longo de seis meses serão objeto de análise, e para os que forem selecionados estará disponível um apoio financeiro de 10.000,00 EUR, designado apoio ao arranque. Este apoio exigirá aos beneficiários a constituição da entidade desenhada ao abrigo do programa (empresa ou entidade de economia social<sup>27</sup>) e a manutenção da atividade dessa entidade e dos postos de trabalho criados por um período de dois anos.

Colhendo da experiência tida com a RPGN, o EJÁ intensificará o apoio dado aos jovens. Mais horas de formação, maior abrangência das unidades de formação disponíveis, mais horas de tutoria, mais tempo para o desenvolvimento de competências e para a maturação de projetos.

O apoio do Instituto estende-se e passa a estar presente numa fase posterior à da criação do posto de trabalho: o Instituto, numa segunda tentativa, aproxima-se de uma abordagem holística.

Insistindo – pelo reforço no número de horas de formação e nas matérias disponíveis – no desenvolvimento das competências dos jovens, o Instituto persiste numa abordagem construtivista: as competências que servem os empreendedores adquirem-se, desenvolvem-se, não são natas e exclusivas de uma minoria. Afastando-se da obrigatoriedade de constituição de empresas e associações, ou mesmo de postos de trabalho – o que, de resto, já acontecia na RPGN –, o Insti-

**<sup>25.</sup>** Destas 250 horas, 125 serão capitalizáveis em percursos formativos e profissionais via IEFP

<sup>26.</sup> Todos os beneficiários receberão uma bolsa mensal de 1,65 vezes o IAS.

**<sup>27.</sup>** Associações, fundações, ONG.

tuto assume o espaço do EJÁ como um espaço de aprendizagem, de experimentação, de aquisição e desenvolvimento de competências.

Na primeira edição do programa, ainda a decorrer, o IPDJ, I.P. teve 3.100 jovens NEET registados na plataforma informática (https://eja.juventude.gov.pt) e 741 candidaturas, sendo selecionados 315 jovens. Chegaram ao final da 1ª ação 257 jovens com submissão de Planos de Negócio para avaliação, esperando-se a seleção de 90 projetos a transitar para a 2ª ação do Empreende Já.<sup>28</sup>

# ORIGEM E EVOLUÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E A ABORDAGEM DO INSTITUTO À ÁREA

Voltando atrás. Ao princípio.

Empreendedorismo. A palavra é estranha, longa, de difícil pronunciação, mais soletrada que dita. Em-pre-en-de-do-ris-mo, ganhando tempo entre sílabas, na esperança de que antes que a palavra termine possamos chegar a entender do que se trata.



O caminho etimológico é, tal como a palavra, necessariamente longo. Chega ao português do inglês *entrepreneurship* e *entrepreneurialism*, ambas, derivações de *entrepreneur*. De origem francesa, *entrepreneur* foi construído a partir do latim *inter* + *prendere*. Ou seja, assumir, executar uma tarefa. Se a origem etimológica está associada à ação, a semântica (séculos XVIII-XIX) e utilização sempre a aproximou da atividade empresarial. *Entrepreneurship* e *entrepreneurialism* 

**<sup>28.</sup>** No momento em que se escreve este artigo está a decorrer o processo de avaliação dos Planos de Negócio dos jovens empreendedores.

são termos ligados ao domínio da atividade empresarial<sup>29</sup>. A transição da palavra, e do conceito, do jargão académico, económico e empresarial para a esfera social e cultural, sentiu-se, sobretudo, no final do século passado.

Na segunda metade da década de 90, o crescimento acelerado do NASDAQ – alimentado pelas empresas ligadas às novas tecnologias – iluminava a imagética ocidental. À medida que o acesso à internet se expandia e a utilização dos computadores se massificava, emergia uma nova fé: o enriquecimento individual estava à distância de uma boa ideia. O empreendedorismo era o inevitável caminho do sucesso, o empreendedor o seu agente. No início dos anos 2000 a bolha dotcom rebentou. O empreendedorismo, porém, sobreviveu-lhe.

Renovado nos escombros da crise do *subprime*, e consequentes crises bancárias e financeiras mundiais (2008-?), o empreendedorismo colheu os frutos da gigantesca destruição de postos de trabalho resultante dessas crises. Abstendo-se de participar na reconstrução do mercado laboral, grande parte dos Estados das economias ocidentais fizeram do empreendedorismo a fé do renascimento. A mensagem era clara: a criação de postos de trabalho competia aos empreendedores. O empreendedorismo, de inevitável, passava a caminho único.

Os meios políticos, administrativos e académicos estenderam os campos semânticos de empreendedorismo e empreendedor. Atravessando a esfera empresarial, económica e laboral, o empreendedorismo tomou os espaços sociais e culturais, entrando no campo dos valores e atitudes. Mantra dos tempos modernos, o empreendedorismo passa a forma de estar e de perceber o mundo.

Ainda que de alguma forma desfasado no tempo, a abordagem programática do Instituto reflete esta evolução no conceito. Se o FJ consubstanciava uma abordagem de alguma forma passiva, determinista, em que o empreendedorismo se assumia como reservado a uma elite, o desenvolvimento de programas que, rejeitando a exclusividade de acesso, se propõem trabalhar no desenvolvimento das competências (que o EJÁ melhor parece personificar), incorporam uma alteração de paradigma.

É, porém, neste processo, necessário escapar ao projeto programático empreendedor. Se a democratização de acesso e aquisição de competências é desejável, o unanimismo da cultura empreendedora não é. Uma fuga bem-sucedida dependerá do modelo de intervenção do Instituto e no modo de implementação dos seus programas. Relevando a aquisição de conhecimentos e competências úteis

**<sup>29.</sup>** A partir de *Oxford Learner's Dictionary, Diccionário Priberam* – Porto Editora e Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

ao processo de autonomização dos jovens, estimulando uma praxis criativa e o processo construtivo da resolução de problemas, mas recusando uma aprendizagem ideológica e programaticamente carregada, recusando-se a participar numa construção cultural que desresponsabiliza o Estado, desregula a economia e responsabiliza o indivíduo pela construção do seu posto de trabalho, o Instituto estará mais próximo de retirar benefícios num terreno especialmente arenoso. O empreendedorismo (não se descobre outra palavra?), ou as competências empreendedoras, não poderão nunca servir para estreitar o caminho, só farão sentido se estenderem o horizonte. Será o Instituto capaz de estender horizontes?

# DO SISTEMA NACIONAL DE VOLUNTARIADO JOVEM AO «AGORA NÓS»

8

POR SÍLVIA COSTA<sup>30</sup>

## O PERCURSO DO VOLUNTARIADO JOVEM NO INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE

O conceito de «Voluntariado Jovem», utilizado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) desde o início da década de 2000, abarca diferentes formas de intervenção com um denominador comum, o público a que se dirigem (jovens).

Após a publicação, em 1998 e 1999<sup>31</sup>, da legislação geral enquadradora e da regulamentação do voluntariado em Portugal, definindo-o como o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas, e em pleno **Ano Internacional dos Voluntários** (2001), o então Instituto Português da Juventude (IPJ) lança o **Sistema Nacional de Voluntariado Jovem** (SNVJ).

O SNVJ, **inovador à data do seu lançamento**, baseava-se numa plataforma eletrónica sediada em www.voluntariadojovem.pt e visava estimular o desenvolvimento da prática de voluntariado pelos/as jovens, fomentando, através da Internet, o encontro dos/as jovens, das entidades promotoras de projetos de voluntariado, de patrocinadores/as e de formadores/as.

<sup>30. 1992</sup> a 1999 – Técnica do Departamento de Informação aos Jovens; 2003 a 2012 – Técnica do Núcleo de Voluntariado Jovem e do Departamento de Programas; desde 2012 – Técnica do Departamento de Juventude – Divisão de Programas.

<sup>31.</sup> Lei 71/98 de 3 de novembro e Decreto-lei n.º 389/99 de 30 de setembro.

O registo e inscrição no SNVJ, permitido a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, potenciou a participação de jovens em centenas de projetos de voluntariado em todo país. Nos primeiros anos de atividade, o SNVJ registou a participação de cerca de 30 000 jovens (em 2001-2005), em projetos desenvolvidos em diversas áreas de intervenção (apoio a crianças, desenvolvimento comunitário, exclusão social, apoio a idosos, desporto, proteção do ambiente, entre outras).

A demonstração de interesse em projetos de voluntariado por parte da população juvenil, bem como a tomada de consciência e o reconhecimento social da importância do voluntariado como instrumento de educação não formal, contribuíram para que o IPJ reequacionasse a sua intervenção nesta área.

A partir de 2003 e até 2013 o IPJ|IPDJ<sup>32</sup> promove em parceria com outras entidades, simultaneamente com a gestão do SNVJ, o desenvolvimento de projetos de voluntariado dando especial enfoque à qualidade da formação dos/as jovens voluntários/as, ao desenho e desenvolvimento das tarefas, ao enquadramento dos/as voluntários/as em tarefas visando a constante aplicação dos princípios que guiam o voluntariado (nomeadamente a complementaridade, a gratuitidade e a responsabilidade).

A formação de voluntários/as, referida no parágrafo anterior e prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 7.º da Lei 71/98 de 30 de novembro, visa o aperfeiçoamento do trabalho voluntário. Neste sentido, em 2006, o **Conselho Nacional de Promoção do Voluntariado**<sup>33</sup> estipula um modelo de formação geral de voluntários/as, com vista a uma uniformização da formação prestada, independentemente da área de intervenção do projeto ou do local de realização do mesmo. Este modelo de formação foi, à data, seguido pelo IPJ.

Do voluntariado de evento (Euro 2004, UEFA 2005, Centenário da República, entre outros) ao voluntariado de proximidade e continuidade (Jovens Solidários, Voluntariado Jovem para as Florestas<sup>34</sup>, Recados e Companhia, entre outros), os projetos envolveram milhares de jovens como voluntários/as e como coordenadores/as de voluntários/as (gestão participada – dos jovens pelos jovens).

Entre os vários projetos promovidos a que se fez referência, realça-se o **Volunta-** riado **Jovem para as Florestas**, pela sua continuidade temporal (2005-2011), pelo

<sup>32.</sup> Decreto-Lei n.º 98/2011 de 21 de setembro.

<sup>33. «</sup>Entidade que, para além de promover diversas ações especialmente relacionadas com a efetivação dos direitos dos voluntários, tem ainda como competência desenvolver todas as ações indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado» (Preâmbulo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2000 de 20 de abril).

<sup>34.</sup> Resolução de Conselho Ministros n.º 63/2005 de 14 de março.

número de voluntários/as abrangidos/as (cerca de 47 000) e pela abrangência nacional (cerca de 3000 projetos em todo o território nacional continental).

O **Voluntariado Jovem para as Florestas** teve como objetivo incentivar a participação dos/as jovens em atividades de preservação da natureza, através da participação dos/as jovens na proteção e preservação dos recursos florestais e dos ecossistemas naturais.

Ações de prevenção, nomeadamente a sensibilização da população para o risco de incêndio e para a alteração dos comportamentos de risco, a limpeza do lixo das áreas florestais e dos perímetros urbanos, foram efetivadas com vista à menorização da ocorrência de incêndios florestais.

Em 2011, aquando do **Ano Europeu do Voluntariado**, num estudo realizado para o Conselho Nacional de Promoção do Voluntariado, pela Proact – Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao Desenvolvimento Local, à Valorização do Ambiente e à Luta Contra a Exclusão Social, é referido que a falta de trabalho e de oportunidades profissionais após a conclusão dos estudos tem «empurrado» (é o termo adequado, muitas vezes) muitos jovens para o trabalho voluntário, como forma de ocupação e para se sentirem úteis, mas também como aprendizagem complementar (ligada à ação) e/ou (eventual) rampa de lancamento para o mercado de trabalho. (...) o desemprego jovem tem também contribuído para reforçar a ação voluntária nos últimos anos, o que, sendo uma razão por motivos adversos e (em princípio) negativos para os jovens, não pode ser ignorada e deve ser considerada na reflexão, nas medidas e no apoio ao Voluntariado. Comparando com estudos anteriores, verifica-se um aumento mais do que proporcional dos voluntários mais jovens (a idade média reduziu-se), embora, em geral, aumentaram todos os escalões etários, o que é compatível com os fatores analisados anteriormente.

O trabalho desenvolvido durante mais de uma década na área do voluntariado jovem, as novas motivações, interesses e a situação económica/social dos/as jovens, bem como as práticas europeias de promoção do voluntariado, como motor de aquisição de competências não formais ou informais e a necessidade de diminuir obstáculos à mobilidade de jovens voluntários na Europa, levaram o IPDJ a criar e regulamentar um Programa que enquadra a atividade de voluntariado jovem, o «Agora Nós»<sup>35</sup>.

**<sup>35.</sup>** Portaria n.º 242/2013 de 2 de agosto.

No **«Agora Nós»** é transcrito o conceito de «Voluntariado Jovem»: *entende-se por voluntariado jovem a atividade executada por jovens com idade compreendidas entre os 14 e os 30 anos, que se realize de acordo com os regimes constantes da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, e do Decreto-Lei n.º 389/99 de 30 de setembro.* 

O reconhecimento social do voluntariado jovem como uma mais-valia para o enriquecimento pessoal e curricular e a abertura de projetos realizados em território nacional, nomeadamente em zonas transfronteiriças, a jovens europeus (residentes na UE) implica a criação de mecanismos de validação dos projetos, a certificação e a diminuição dos obstáculos à participação.

#### O «Agora Nós» cria os seguintes mecanismos:

- Introdução de requisitos específicos para a promoção de ações de voluntariado dirigidas aos jovens<sup>36</sup>;
- Criação de um registo de entidades promotoras de atividades de voluntariado jovem;
- Desenvolvimento de processos formativos (planos anuais de formação);
- Disponibilização da informação em português e inglês;
- Obrigatoriedade de um modelo de certificado que identifique o/a voluntário/a, a ação que desenvolveu, a duração da mesma, bem como as tarefas executadas e objetivos da execução.

O lançamento da Plataforma «Agora Nós», plataforma informática que é um instrumento fulcral para a exequibilidade do Programa, implicou o assumir pelo IPDJ de um conceito de voluntariado jovem que vai para além da promoção esporádica, com maior ou menor sazonalidade, de projetos dirigidos a uma determinada faixa etária, apostando na continuidade e qualidade das ações de voluntariado e na abertura a uma maior e mais continuada participação dos/as jovens.

Não abandonando o conceito base — «conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privada» —, é necessário concentrar os nossos esforços na qualidade e promoção dos projetos de voluntariado dirigidos a jovens, tendo em conta que

<sup>36.</sup> A regulamentação do «Agora Nós», Portaria n.º 242/2013 de 2 de agosto, obriga a que as entidades promotoras, para além do cumprimento do previsto na legislação geral aplicável, disponham de recursos humanos disponíveis para a coordenação das ações, preferencialmente com formação na área psicossocial ou noutras áreas que permitam gestão de equipas e de recursos materiais necessários ao desempenho das tarefas pelos voluntários.

o voluntariado jovem é uma forma de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade mas também ao serviço da valorização e realização pessoal dos jovens voluntários/as.

Com o Agora Nós o IPDJ já desenvolveu várias ações de Voluntariado Jovem, destacando-se o «Voluntariado Associativo», o «Namorar com *Fair Play*» e mais recentemente, em 2017, o «Geração Z» e o «Voluntariado Jovem na Floresta – Juventude Ativa».

Por último, e no momento em que estou a escrever este artigo, foi publicada uma Resolução do Conselho de Ministros que cria um programa denominado «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas»<sup>37</sup>.

Fora do âmbito circunscrito deste artigo e dado o enorme potencial de desenvolvimento nacional e internacional do Voluntariado Jovem, importa manter atenção sobre esta área determinante, de modo a consolidar o conceito e a sua aplicação, fomentando a cidadania e a participação, sem desvirtuar o sentido original da nobre função de voluntariado.

<sup>37.</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2017 de 2 novembro.

# ESTRATÉGIA DE JUVENTUDE PARA O FUTURO – O CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA E OS SEUS PARCEIROS

POR REDE EUROPEIA DYPALL NETWORK

### I. E QUE FUTURO...

Antes de olharmos para o futuro, é importante olhar não apenas o presente, mas também o passado que nos conduziu à situação em que nos encontramos atualmente. Infelizmente, é comum negligenciarmos esta perspetiva quando tentamos projetar novas estratégias e politicas que são posteriormente convertidas em diversos instrumentos e programas para a juventude e para quem trabalha na área da juventude.

Necessitamos desesperadamente de avaliar e aprender com o passado para cobrir esta lacuna sistemática, nesta área de políticas públicas que por falta de tempo, coragem ou outros motivos tão frequentemente deixamos para mais tarde. A complexidade e o nível dos desafios que se colocam hoje aos jovens e às jovens assim o exigem.

Os diversos estudos publicados recentemente deveriam já ter feito soar o alarme a quem trabalha na delineação de políticas públicas na área da juventude, e colocado todos os diversos atores com responsabilidades nesta matéria, públicos ou privados, a trabalhar para primeiro compreender o que correu mal no passado e então projetar um futuro que evite, como alguns estudos indicam, que teremos pela primeira vez na Europa deste a II Guerra Mundial um decréscimo na esperança média de vida. Pela primeira vez teremos uma geração que terá menos qualidade de vida do que a geração dos seus pais teve. Isto é refletido em indicadores como a estabilidade e progressão na carreira, constituição de família, conciliação de vida familiar e profissional, saúde, particularmente saúde mental, entre muitos outros.

É por este motivo que hoje, mais do que nunca, é muito relevante olhar para os erros e sucessos para aprender com o passado.

Nunca foi tão urgente como hoje olhar para o trabalho no sector da juventude como algo imprescindível ao desenvolvimento sustentável das nossas sociedades, promover o reconhecimento do seu papel no mundo globalizado, e desenvolver a qualidade das suas respostas aos desafios atuais.

# II. A OUALIDADE NO YOUTH WORK (TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM E EM PROL DA JUVENTUDE)

A criação recente do perfil de técnico de juventude e o lançamento do processo para reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) profissionais do Técnico de Juventude por parte da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., é um passo positivo que o sector da juventude poderá aproveitar para o seu desenvolvimento.

Contudo, este potencial deve ser visto com uma perspetiva mais ampla, como um primeiro passo para as instituições reconhecerem a relevância da formação de profissionais neste sector. Atualmente, não existe uma resposta ao nível universitário para quem deseja desenvolver ou aprofundar as suas competências profissionais no trabalho socioeducativo com jovens em Portugal.

A título de exemplo, um curso de técnico de juventude seria um importante primeiro passo para o surgimento de ofertas educativas neste sector, tais como cursos de especialização e mestrados.

Sem a possibilidade de formar profissionais competentes, como podemos esperar dar resposta ao desafio de acompanhar a juventude? Isto é especialmente relevante, considerando que a própria sociedade reconhece já limitações no currículo escolar no que toca a desenvolver todas as competências necessárias, não apenas para uma integração de sucesso no mercado laboral, mas também para uma vida plena na sociedade em todas as suas dimensões sociais e cívicas.



O papel que os espaços e atores educativos fora do contexto escolar desempenham na construção do referencial de valores e competências para uma vida de sucesso na sociedade são extremamente pertinentes e merecem um muito aguardado reconhecimento público.

As associações de jovens, as organizações não-governamentais, os municípios, entre outras entidades que atualmente desenvolvem respostas educativas fora do contexto escolar, necessitam mais que nunca que os seus profissionais e voluntários tenham acesso a formação de qualidade, de forma a desenvolverem respostas adequadas aos desafios atuais. Não podemos continuar a acreditar que para trabalhar no sector da juventude, basta ser jovem! E que o resto vem com o tempo!

É necessário criar formação e qualificação de qualidade para estabelecer as bases necessárias para a criação e o desenvolvimento de uma carreira profissional no sector. Precisamos de introduzir ferramentas e sistemas de gestão de qualidade no trabalho realizado no terreno. A responsabilidade que temos é demasiado grande para não olharmos mais atentamente para como se está a desenvolver atualmente o trabalho nos diferentes espaços. Temos de ser críticos na nossa forma de trabalhar e perceber onde podemos melhorar as nossas respostas enquanto serviço público e privado na área da juventude.





### III. O POTENCIAL DO CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA E A SUA REDE DE PARCEIROS

Apesar de tudo, temos um conjunto de oportunidades que se abrem no panorama nacional. Em particular, destaco o papel fundamental que os centros europeus de juventude desempenham na inovação e no desenvolvimento da qualidade do trabalho socioeducativo com e em prol dos jovens, nos diversos países onde estão implementados. O facto de termos um destes centros de excelência permite-nos usá-lo como um espaço de experimentação e inovação na vanguarda das políticas de juventude e de educação não formal para jovens, e para o desenvolvimento de programas formativos para quem trabalha na área de juventude. Um espaço para aprender com o passado, desenhando hoje o futuro de amanhã.

O papel agregador dos diversos atores: das associações aos municípios, dos centros de investigação e universidades ao ensino profissional, da escola pública aos agentes dinamizadores de campos de férias, passando por todo um universo de entidades que atualmente desempenham funções no desenvolvimento educativo dos nossos jovens em Portugal, necessitam de um espaço de desenvolvimento, de convergência, de reflexão e de experimentação para melhoria da qualidade e desenvolvimento de novas respostas.



Um centro de juventude, com o selo de qualidade do Conselho da Europa, será necessariamente um importante hub para uma estratégia de internacionalização do sector da juventude em Portugal. Isto permite trazer novas aprendizagens e conhecimentos desenvolvidos em diversos países europeus bem como de outras regiões do mundo. Além disso, também estabelece novas oportunidades de acesso a financiamento para projetos desenvolvidos por

parcerias entre diversas entidades nacionais, regionais ou locais.

Será uma oportunidade para posicionar Portugal no sector da juventude e em particular na área da educação não formal em contexto internacional, assumindo a sua posição estratégica, enquanto referência no sector da juventude e da educação não formal no âmbito da CPLP, potencializando assim sinergias e aprendizagens entre a «velha Europa» e os países da comunidade lusófona.

Este potencial só amadurecerá através da construção de uma visão partilhada no sector da juventude em Portugal, com o desenvolvimento de uma cultura de trabalho em rede, e acima de tudo através de enfrentar o medo de reconhecer que todos temos muito a melhorar no nosso trabalho. Só desta forma podemos realmente esperar dar um salto qualitativo no trabalho desenvolvido na área da juventude, e começar, finalmente, a dar um contributo mais significativo para inverter as atuais tendências e cenários futuros pouco animadores.

# O CJL E O PAPEL DOS SEUS PARCEIROS NA DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

PARTE II



A segunda parte desta publicação pretende dar a conhecer alguns dos parceiros do Centro de Juventude de Lisboa e o seu trabalho no desenvolvimento e promoção da participação ativa dos jovens para uma sociedade mais justa, democrática, procurando a prossecução dos valores do Conselho da Europa e da Carta Universal dos Direitos Humanos.

# 1 | AIDGLOBAL

POR AIDGLOBAL – ACÇÃO E INTEGRAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL<sup>1</sup>

A AIDGLOBAL é uma Organização sem fins lucrativos, fundada a 4 de novembro de 2005, que tem o estatuto de Utilidade Pública e está reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Encontra-se registada como Associação Juvenil Equiparada, no Instituto Português do Desporto e Juventude.

O trabalho da AIDGLOBAL assenta em duas áreas: **Educação para o Desenvolvimento**.

### VISÃO

A AIDGLOBAL ambiciona melhorar os níveis de literacia e de educação, essenciais a uma cidadania ativa, promotora de um mundo mais justo, igualitário e sustentável.

### MISSÃO

Identificar, desenhar e implementar estratégias e ações que contribuam para atenuar as dificuldades de acesso à educação e combater a iliteracia na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cooperando com as populações e autoridades locais e incentivando o exercício de uma cidadania ativa.

<sup>1.</sup> Texto adaptado das conclusões e recomendações do Jantar-debate, evento organizado pelo IPDJ/CJL, AIDGLOBAL e IMVF, em março de 2016, no âmbito do projeto europeu «Despertar para a Educação Global», cofinanciado pela Comissão Europeia e pelo Camões, I.P.

#### PROJETOS E ATIVIDADES REALIZADOS





Em Portugal, a AIDGLOBAL promove a Educação para a Cidadania Global (ECG) através de projetos em escolas, de cursos de formação para professores e de recursos pedagógicos para educadores. Também intervém no setor da educação não formal, capacitando profissionais e voluntários de organizações da sociedade civil para as questões relacionadas com a ECG.

Em Moçambique, tem contribuído para uma educação de qualidade através da promoção da leitura e da literacia digital e da implementação de uma Rede de Bibliotecas Escolares no distrito de Chibuto.

No campo da ECG, até à data, foram sensibilizados 3250 alunos, em 11 estabelecimentos de ensino. Foram, também, familiarizados 660 docentes e capacitados 14 jovens e adultos de organizações da sociedade civil, a nível nacional, com os temas de Educação para a Cidadania Global, como o Consumo Responsável, o Comércio Justo, os Direitos Humanos, a Solidariedade, a Interculturalidade, o Conflito e a Paz, o Acesso Universal à Educação, o Desenvolvimento Sustentável, a Igualdade de Género, as Desigualdades Mundiais e a Saúde.

No domínio da Cooperação, desde 2005, a AIDGLOBAL tem vindo a apoiar os países de língua oficial portuguesa, nomeadamente Moçambique, país no qual criou uma delegação, em junho de 2009. No âmbito do programa «Passaporte para a Leitura», a AIDGLOBAL, até ao momento, viabilizou o equipamento de três bibliotecas municipais (Chibuto, Chókwè e Xai-Xai), criou 27 bibliotecas escolares – seis em edifício e 21 bibliotecas móveis (Bibliotechovas e Maletas de Leitura) e distribuiu mais de 40 mil livros e 129 computadores. Realizou, também, ações de capacitação para professores e técnicos bibliotecários em gestão de fundo documental e efetuou atividades de dinamização da leitura, junto de crianças e jovens, no âmbito do projeto «Animação da Leitura».

#### A PARCERIA COM O IPDJ

«É impossível ser feliz sozinho», afirma Tom Jobim na sua canção «Wave», procurando advertir—nos que, no árduo caminho para o sucesso de um empreendimento, o segredo está no trabalho em equipa. Consciente da fundamentalidade da interação, a AIDGLOBAL, desde a sua génese, tem vindo a estabelecer alianças que lhe têm vindo a assegurar uma resposta assertiva aos múltiplos desafios com que se depara uma Organização com a sua missão e dimensão. O trabalho em rede e a criação de parcerias têm constituído o cerne dos laços estabelecidos.

Ao longo de uma década, destacam-se as parcerias já celebradas com autarquias, institutos públicos, empresas portuguesas e moçambicanas, escolas e organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, que têm contribuído para o afirmar do nosso trabalho que visa a transformação social, almejando um mundo mais justo e sustentável.

A AIDGLOBAL regozija-se por ser parceira do IPDJ, que, desde 2015, alberga também o Centro de Juventude de Lisboa, tendo-lhe sido atribuído o Selo de Qualidade pelo Conselho de Europa como reconhecimento do seu trabalho no desenvolvimento de políticas da juventude.

É num diálogo permanente e construtivo que o IPDJ e a AIDGLOBAL têm caminhado, lado a lado, para envolver os jovens na convergência de esforços para a erradicação da pobreza, educação para todos, igualdade de género, saúde e sustentabilidade económica e ambiental.

O sucesso desta parceria decorre de factores importantes, como o facto de tentarmos, permanentemente, congregar esforços para que as nossas actividades tenham maior impacto, unindo-nos em iniciativas como é, a título de exemplo, o projeto: «Os Jovens na Política: Participar para a Cidadania Global» ou como foi a realização do «Dialogue Dinner», que uniu tantos participantes, nacionais e internacionais, para debatermos temas tão prementes como os Direitos Humanos, Migrações e Refugiados ou as alterações climáticas. Acresce, ainda, a feliz circunstância de a AIDGLOBAL ter o seu local de trabalho preferencial no edifício deste Instituto, o que facilita a comunicação e contribui para uma partilha constante de desafios e procura de soluções conjuntas.

Esta parceria tem sido reveladora de como duas organizações com naturezas e dimensões tão diferentes podem ser capazes de trabalhar em conjunto, ganhando reciprocamente em recursos, em aprendizagens, em resultados e no impacto do seu trabalho.

De facto, juntos somos mais e mais capazes! «É impossível ser feliz sozinho»!

Um bem-haja a toda a equipa do IPDJ e do Centro de Juventude de Lisboa pela partilha e pelo trabalho alcançado!

# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO JANTAR-DEBATE SOBRE O TEMA «COMO ENVOLVER A JUVENTUDE NAS CAUSAS DA CIDADANIA GLOBAL?»

«Face aos vários desafios e oportunidades (...) que o mundo enfrenta atualmente, cada vez mais pessoas se sentem motivadas e se empenham ativamente em processos transformadores dedicados à construção de um mundo justo, sustentável e pacífico»<sup>2</sup>. No âmbito do projeto europeu «Despertar para a Educação Global»<sup>3</sup> e no quadro do Fórum Europeu da Juventude<sup>4</sup>, organizou-se um Jantar-debate com especialistas em juventude, a fim de se encontrarem novas formas de envolver os jovens nos desafios da Educação para a Cidadania Global (ECG). O objetivo era reconhecer e assumir as oportunidades e responsabilidades que as camadas mais jovens têm enquanto membros de uma sociedade global.

Solicitou-se aos participantes do Jantar-debate que procurassem formas de incentivar a juventude a participar ativamente na sociedade e a procurar oportunidades de aprendizagem para adquirir as competências necessárias a uma cidadania global informada e capaz de um pensamento crítico.



Para o evento, adaptou-se a metodologia «Café Mundial», um processo simples, flexível e criativo de exploração e inovação, visando a descoberta de novas ligações e formas de cativar a juventude para as temáticas da Educação para a Cidadania Global.

O «Café Mundial» foi transformado num Jantar-debate, em que os cerca de 45 participantes, enquanto comiam, iam debatendo ideias.

Havia oito mesas com os seguintes seis temas (dois repetidos) de Educação para a Cidadania Global:

<sup>2.</sup> BÜKER, G. et al., Global How? Despertar para a Cidadania Global – Manual do Formador, (2016).

<sup>3.</sup> Em parceria com ONG da Roménia (Agenda 21) e Alemanha (finep, epiz e DEAB).

<sup>4.</sup> Que teve lugar em março de 2016, em Lisboa.

- 1. Identidade e diversidade cultural:
- 2. Direitos Humanos ao nível global;
- 3. Consumo e produção sustentáveis e alternativas económicas;
- 4. Desigualdades globais;
- 5. Migrações e refugiados;
- 6. Alterações Climáticas.

Cada participante teve a oportunidade de participar e partilhar as suas ideias em duas linhas de discussão diferentes, sendo os seguintes os pontos orientadores do debate:

- 1. Relevância (Por que motivo os jovens devem ser incentivados a intervir nestes temas? Por que motivo é importante para eles?)
- 2. Locais (Onde é que as atividades devem ocorrer: escolas, bares, universidades, parques, internet?)
- 3. Estratégias/metodologias (Que estratégias e métodos devem ser utilizados para cativar a juventude? Quais são as formas inovadoras e criativas de chegar aos jovens?)
- 4. Partes interessadas/parcerias (Quais são os principais intervenientes capazes de estabelecer plataformas de comunicação com a juventude? Que tipo de parcerias devem existir para uma cooperação eficiente?)
- 5. Atividades (Que tipos de atividades mais atraem os jovens? Que ações são mais suscetíveis de os motivar a participarem?)

Os facilitadores que assistiam a cada debate iam anotando as ideias e as sugestões.

#### **IDEIAS**

Dos debates resultaram opiniões diversas, ideias interessantes e conclusões pertinentes. A mais relevante apontou para a necessidade de a juventude reconhecer e intervir nas questões da Cidadania, uma vez que vivemos num mundo globalizado, no qual tudo está interligado e influencia cada um de nós.

Em cada mesa com um tópico diferente, discutiu-se a relevância dos temas da Educação para a Cidadania Global e concluiu-se que os jovens devem ter consciência das causas, consequências e da realidade das **migrações forçadas e dos refugiados**, não só pelo contexto atual em que se vive mas também porque é necessário atuar nas causas dos problemas para que se possa preveni-las.

Em termos das **Alterações Climáticas**, os mais novos têm noção da existência do problema, mas não veem os efeitos diretos. Devia haver uma maior divulga-

ção das suas consequências a nível local, para lhes permitir uma melhor compreensão do problema e levá-los a agir.

Quanto às **desigualdades globais**, muitos jovens europeus não se apercebem das disparidades e não têm noção de como são privilegiados, tornando-se importante sensibilizá-los para as discrepâncias mundiais, de forma a impulsionar a sua participação ativa na sociedade. É, também, fundamental que eles compreendam e valorizem a identidade e a diversidade cultural. Vivemos num mundo interligado. Devemos, pois, respeitar a nossa própria identidade e as diferenças e semelhanças entre outras culturas, para vivermos em harmonia com os outros. A juventude deve usufruir plenamente dos seus direitos e liberdades sem discriminação, pelo que deverá ser-lhe prestada especial atenção, sobretudo aos que têm menos oportunidades, incluindo aqueles que são afetados pela discriminação. Afinal, cabe aos jovens o dever e o direito de criar um mundo sustentável e com equidade.

Todos os participantes concordaram que é importante fomentar a consciencialização e o interesse pelos temas ligados ao desenvolvimento. Para tal, os jovens devem dispor de acesso à Educação para a Cidadania Global, que pode ajudálos a desenvolverem a empatia, a pensarem de forma crítica e a serem responsáveis pelas suas próprias opções, não só no contexto local, mas também no contexto global.

Os temas da Educação devem ser implementados nos currículos nacionais, para que cada aluno tenha acesso a eles. A Escola é o ator mais importante da Educação para a Cidadania Global, já que os jovens têm um contacto diário com ela e o ambiente escolar tem, sobre eles, uma forte influência. Nesse sentido, é importante integrar as questões de sustentabilidade nas políticas escolares.

É, pois, crucial repensar-se o paradigma Professor-Educador, promovendo a utilização de métodos participativos e ativos – já que estes são mais envolventes e os jovens aprendem enquanto, simultaneamente, experimentam e se divertem.

A Educação para a Cidadania Global também pode alterar a atitude passiva de alguns jovens, tornando-os mais ativos, uma vez que se pretende que eles sejam agentes transformadores. É importante ter o cuidado de estimular a participação e o voluntariado, pois ao colocarem-se «no lugar dos outros» estão em melhor posição de compreenderem a importância da solidariedade e de agir no sentido de uma sociedade mais justa.

Em relação às **partes interessadas**, é importante envolver os mais novos no planeamento dos projetos, designadamente trabalhando com as organizações da

juventude de base local, a fim de determinar quais são as suas necessidades e sugestões. Os projetos de ECG devem envolver a comunidade local, as famílias, os sectores público e privado e as organizações do terceiro sector – escolas, municípios, museus, bibliotecas, organizações religiosas, organizações ligadas à juventude, universidades, ONG, meios de comunicação, empresas, etc.

Quanto às **estratégias**, também é importante chegar aos jovens através de exemplos a seguir, através da participação de celebridades, a nível local ou global, como embaixadoras dos projetos – seria muito mais apelativo e teria um grande impacto em termos de visibilidade e consciencialização.

Poderia ser criada uma plataforma para conectar localmente os jovens de diferentes culturas – para os ajudar a compreenderem-se melhor através de atividades do tipo prepararem um jantar em conjunto ou irem a eventos, dando uma ênfase especial ao desporto, uma vez que as atividades desportivas são bastante inclusivas e facilitam a integração.

Para os sensibilizar, levando-os a familiarizarem-se com os **Direitos Humanos**, sugeriu-se a criação de mais Bibliotecas Humanas – um enquadramento para conversas capazes de desafiar estereótipos e preconceitos através do diálogo.

As instituições empresariais também desempenham um papel relevante no desenvolvimento global. Ao contratar jovens com interesses sociais e ambientais, a própria empresa pode ser positivamente influenciada por essas ideias e esses comportamentos e marcar uma maior diferença enquanto organização responsável em termos sociais.

A aposta em aplicações (*apps*) e jogos com temas ecológicos e sociais é importante na medida em que a maioria dos jovens passa muitas horas por semana a jogar, e uma maior inclusão destes temas poderia ter algum impacto na mudança de comportamentos.

Deveria existir um investimento na criação de hortas escolares para que os mais novos pudessem praticar agricultura e, assim, conhecer e valorizar a natureza e o consumo sustentável.

Por fim, em termos de participação, foi sugerido que os conselhos de juventude locais fossem promovidos, a fim de incentivarem os jovens a envolverem-se na resolução dos problemas que afetam as suas comunidades.

# ERASMUS + JUVENTUDE **2** | EM AÇÃO

POR AGÊNCIA NACIONAL ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇÃO

# O ERASMUS+, O CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA E AS OPORTUNIDADES PARA OS JOVENS: UM MODELO DE COOPERAÇÃO AO SERVIÇO DA JUVENTUDE DE PORTUGAL E DA EUROPA

A Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação é uma estrutura de missão, que tem como missão assegurar a gestão do Programa nos domínios da juventude e desporto. Com sede em Braga, tem uma delegação no mesmo edifício do Centro de Juventude de Lisboa, procurando garantir:

- O cumprimento dos objetivos estabelecidos a nível europeu e nacional;
- A implementação dos valores europeus nos jovens e nas organizações, bem como a sua concretização nos projetos e na vida quotidiana dos participantes, através da educação não formal;
- O acesso de jovens e organizações às oportunidades do programa com simplicidade, universalidade, justiça, equilíbrio regional;
- A valorização das prioridades da União Europeia, nomeadamente no que concerne aos jovens com poucas oportunidades e minorias, contribuindo para a solidariedade intergeracional, a inclusão social e a construção do projeto europeu.

Tendo em conta o plano de trabalho Erasmus+ JA para 2017, no contexto nacional, é dada especial atenção a prioridades específicas como:

#### INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Promover a inclusão de jovens com menos oportunidades, dando especial ênfase aos jovens em risco de marginalização e tendo em conta todos os tipos

de obstáculos enfrentados pelos jovens. É importante chegar aos grupos desfavorecidos, mas também é vital dotar os jovens e os animadores de juventude de conhecimentos, competências e atitudes necessários para gerir e apoiar com êxito a diversidade.

Deste modo, a promoção do diálogo intercultural e inter-religioso será reforcada para a luta contra o racismo e a intolerância entre os jovens.

#### **EMPREGABILIDADE**

Promover a inclusão e empregabilidade de jovens com menos oportunidades (incluindo NEETs). Desenvolver conhecimentos e competências que os ajudem a uma transição mais fácil da juventude para a vida adulta, e da escola para o mercado de trabalho, através da educação informal e não formal.

#### PARTICIPAÇÃO

Capacitar os jovens para a participação política e social, incluindo a participação eletrónica. Criar condições para apoiar a ampliação e o aprofundamento da participação dos jovens a nível local, regional, nacional, europeu ou mundial; capacitá-los e sensibilizá-los para a importância da participação, expressão das suas opiniões e envolvimento nos processos políticos que afetam a sua vida.

#### OUALIDADE DO YOUTH WORK/ANIMAÇÃO DE JUVENTUDE

Valorizam-se projetos que promovam o desenvolvimento de competências dos animadores de juventude, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho nesta área. Pretende-se apoiar os animadores de juventude no desenvolvimento e partilha de métodos eficazes para chegar aos jovens marginalizados e prevenir o racismo e a intolerância entre os jovens.

#### **EMPREENDEDORISMO**

Promover a educação para o empreendedorismo e o empreendedorismo social entre os jovens. Será dada prioridade a projetos sob a forma de iniciativas transnacionais de juventude que permitam aos grupos de jovens colocarem em prática as suas ideias, nomeadamente através do seu empreendedorismo social, enfrentando desafios e identificando problemas na sua vida quotidiana.

Para além da gestão do Erasmus+, a Agência tem ainda as seguintes valências:

#### YOUTH WIKI:

A Youth Wiki será uma plataforma *online* com informação disponível sobre as políticas nacionais de juventude dos Estados Membros da UE.

Esta ferramenta pretende contribuir para um dos objetivos do Quadro Renovado de Cooperação Europeia no domínio da Juventude, que passa pela promoção de um melhor conhecimento sobre políticas nacionais de apoio à situação dos jovens. Com base na abordagem wiki, a Youth Wiki irá contribuir para uma melhoria do acesso à informação que deverá ser disponibilizada de forma objetiva, clara, coerente e atualizada, à semelhança do que já acontece no sector da educação com a **Eurodyce** (a enciclopédia europeia sobre sistemas nacionais de educação). É um projeto financiado pelo Programa Erasmus+.

Tal com a Eurodyce, há uma rede de correspondentes nacionais responsáveis pela recolha e atualização da informação nacional na plataforma europeia. Em Portugal, a Agência Nacional do Programa Erasmus+ JA é a correspondente nacional para a Youth Wiki, em estreita colaboração com o Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, e em articulação com a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto. Para tal, foram envolvidos investigadores sociais do **Observatório Permanente da Juventude**, bem como outros *stakeholders* da área da Juventude (CNJ, FNAJ).

A estrutura da Youth Wiki está organizada em 10 capítulos principais:

- Visão geral sobre a política de juventude a nível nacional e as principais organizações envolvidas (governança).
- Oito capítulos seguintes irão corresponder aos oito campos de ação identificados no Quadro Renovado de Cooperação no domínio da Juventude 2010-2018 (Estratégia da EU para a Juventude) e consistirá na descrição das políticas iniciativas desenvolvidas nos Estados Membros.
  - Os temas dos capítulos serão: Voluntariado, Participação, Inclusão Social, Saúde e Bem-Estar, Educação e Formação, Juventude e o Mundo, Cultura e Criatividade.
- O décimo capítulo apresentará informação geral e análise comparativa sobre e juventude na Europa.

#### RAY NETWORK:

A rede RAY (Research Analysis in Youth) resulta de um consórcio entre 30 Agências Nacionais do Programa Erasmus+ «Juventude em Ação» e relevantes parceiros de investigação e tem como objetivo primordial produzir evidências de modo a melhor compreender os processos e os resultados no domínio da juventude e da educação não formal.

No âmbito desta rede, os interlocutores debruçam-se sobre diversas questões, tais como:

- Quais são os efeitos do Programa Erasmus+ da União Europeia: Juventude em Ação sobre os jovens, os animadores de jovens? O que e como aprendem através da sua participação nestes projetos? Que competências desenvolvem e como? Quais os contextos, as condições, as abordagens, as metodologias e os métodos educativos bem-sucedidos no fomento do desenvolvimento de competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida nos projetos Juventude em Ação? Quais são os efeitos sobre os grupos de jovens, organizações, instituições, estruturas e comunidades envolvidas no programa?
- E como o programa contribui para a realização dos objetivos e prioridades do Programa Erasmus+ Juventude em Ação, em particular para a promoção da cidadania ativa e democrática e a participação na sociedade civil, a tolerância, a compreensão entre os jovens de diferentes países, a inclusão de jovens com menos oportunidades e o desenvolvimento da qualidade e da ligação em rede no trabalho de juventude?

#### REDE EURODESK:

A rede Eurodesk disponibiliza serviços de informação para jovens e pessoas que com eles trabalhem sobre oportunidades nos domínios da educação, da formação e da juventude na Europa, e sobre o envolvimento dos jovens em atividades europeias. Presente em todos os Países do Programa e coordenada ao nível europeu pelo Gabinete de Ligação Eurodesk em Bruxelas, a rede Eurodesk presta serviços de resposta a pedidos de informação, informações sobre financiamento, eventos e publicações. Contribui ainda para a animação do Portal Europeu da Juventude. O Portal Europeu da Juventude disponibiliza informações e oportunidades a nível europeu e nacional de interesse para jovens que vivam, estudem e trabalhem na Europa.

As informações fornecidas dividem-se em oito temas principais, abrangem 33 países e estão disponíveis em 27 línguas.

A Agência Nacional do Programa Erasmus+ JA tem responsabilidades de representação internacional do EURODESK Portugal, bem como de dinamização e apoio da rede nacional de multiplicadores Eurodesk, para além da gestão da informação em Português no Portal Europeu de Juventude.

Procura esta agência por isso, todos os dias, e em conjunto com a sua rede de parceiros, potenciar o impacto do Erasmus+ na capacitação de jovens para o seu futuro, das organizações e das comunidades, contribuindo decisivamente para a diminuição das desigualdades sociais, a valorização da interculturalidade e da educação não formal, o desenvolvimento comunitário e a participação na construção democrática da Europa.

Assumindo o Centro de Juventude de Lisboa como um espaço com caraterísticas próprias para o desenvolvimento de ações no âmbito da educação não-formal, da informação aos jovens e da cooperação internacional, como ponto focal para a inovação em desenvolvimento de políticas de juventude, a parceria entre organizações assume um papel fundamental no quotidiano do trabalho que realizamos.

Assim é porque partilham uma boa parte da missão que procuram concretizar todos os dias, mas também porque o público-alvo, as grandes áreas temáticas de trabalho e a responsabilidade de informar e capacitar os jovens para as oportunidades europeias se realizam mais eficientemente com esta abordagem sinérgica e cooperativa de ação.

Ora, num modelo que procura simplificar o acesso às oportunidades para os jovens, os animadores de juventude, os líderes associativos e todos os interessados nesta área, podemos assumir o Centro de Juventude de Lisboa como uma



porta de entrada aberta aos beneficiários, capacitada com recursos operacionalizados pela Agência Erasmus+ JA e através do centro multiplicador de informação aos jovens – Eurodesk –, criando condições para que os jovens tenham:

- Mais e melhor informação;
- Acesso a oportunidades de mobilidade europeia;
- Apoio e aconselhamento especializados.

Podemos assim concluir que é inestimável a mais valia desta cooperação ativa e permanente quer para os jovens quer para as organizações, numa perspetiva nacional e europeia, ao serviço dos jovens e da construção do Projeto Europeu, num exercício de permanente inspiração para a ação.

# ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE RIO MAIOR

3

POR ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO DE RIO MAIOR

### 1. A ESDRM: HISTÓRIA, MISSÃO E VALORES

Em setembro de 1998, o Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) fundou a Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM), nascida na «Cidade do Desporto», Rio Maior, cidade fronteiriça entre as regiões do Ribatejo e Oeste.

A fundação da ESDRM assentou na diferenciação e inovação no ensino superior do desporto no sentido em que optou desde o seu início, pela especialização através do ensino das «Profissões do Desporto», com uma oferta variada de cursos de licenciatura e mestrado, e mais recentemente de cursos técnicos superiores profissionais.



A ESDRM prossegue os seus fins no domínio das Ciências do Desporto, tendo por missão produzir, aplicar e divulgar o conhecimento no âmbito das Ciências do Desporto, proporcionando uma formação assente num sólido saber de base científica, pedagógica e tecnológica, com uma elevada relação experimental nos diferentes contextos profissionais do Desporto contribuindo para o desenvolvimento humano e socioeconómico da região onde se insere.

«A ESDRM depende das pessoas e das parcerias estabelecidas ao longo dos anos».

A história da ESDRM foi marcada pela liderança de quatro diretores que, juntamente com todos os seus colaboradores (docentes e não docentes), alunos e sempre com o apoio incondicional dos parceiros institucionais locais (CMRM – Câmara Municipal de Rio Maior, DESMOR Empresa Municipal – Complexo Desportivo de Rio Maior, Empresa Municipal, CNIRM – Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior) e nacionais, donde se destaca o Instituto Português do Des-

porto e Juventude, I.P., bem como da própria população da cidade, que sempre acarinhou e bem recebeu a ESDRM na sua cidade, conduziram e permitiram que o projeto crescesse e se diferenciasse a nível nacional.

O trabalho em prol do ensino dos jovens estudantes e da sua inserção no mercado de trabalho, principal objetivo da instituição, é o resultado da forte união e sentido de parceria que a ESDRM estabelece dentro da sua comunidade académica e com os seus parceiros, sejam estes dos setores empresariais, associativos ou públicos/estatais.

#### 2. OFERTA FORMATIVA

Hoje, com 18 anos de existência, a ESDRM oferece formação especializada nas profissões do desporto, tem um corpo docente altamente qualificado e especializado, conta com cerca de 1000 alunos (muitos vindos de diversas partes do mundo através do programa Erasmus), 100 professores e funcionários não docentes e uma oferta formativa muito específica e adaptada às necessidades do mercado do desporto, nomeadamente:

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP): (1) Manutenção de Piscinas; (2) Venda de Produtos e Serviços do Desporto.

Licenciaturas: (1) Desporto, Condição Física e Saúde; (2) Treino Desportivo; (3) Desporto de Natureza e Turismo Ativo; (4) Gestão das Organizações Desportivas; (5) *Physical Activity and Lifestyle* (Licenciatura Europeia lecionada em inglês); (6) Atividade Física e Estilos de Vida Saudáveis.

**Mestrados:** (1) Mestrado em Desporto (com especializações em Treino Desportivo e em Condição Física); (2) Mestrado em Atividade Física para Populações Especiais.

### 3. APOSTA NA INTERNACIONALIZAÇÃO

Através do programa Erasmus+ a ESDRM promove o intercâmbio de alunos, recebendo jovens provenientes de toda a Europa e outros países do mundo, ao mesmo tempo que oferece aos seus alunos a possibilidade de frequentarem outras Universidades Europeias.

Outro fator que se destaca neste domínio foi a criação da Licenciatura Europeia *Physical Activity and Lifestyle*, um programa de formação desenvolvido em consórcio com outras universidades da Europa, lecionada em simultâneo em vários países, que confere um diploma europeu e permite a mobilidade de estudantes entre os vários países parceiros do consórcio ao longo de três anos.

# 4. PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E DE LIGAÇÃO COM A ATIVIDADE FÍSICA, OS JOVENS E A CIDADANIA

Concorrendo para a sua missão, a ESDRM desenvolve projetos de naturezas diversificadas, sejam de base científica, de investigação e desenvolvimento e de fomento da prática de atividade física e adoção de estilos de vida mais saudáveis junto da comunidade.

#### 4.1. PROJETOS A DECORRER AO NÍVEL INTERNACIONAL

#### a) Sports Empowering Disabled Youth (SEDY)

O objetivo principal deste projeto é o de aumentar a prática de atividade física junto de crianças portadoras de deficiência, através do incremento do seu envolvimento em programas de atividade física adaptada. Entre diversas universidades europeias, tem como parceiros a Youth Sport Trust (https://www.youthsport trust.org/), The Wheelchair Dance Sport Association (UK) (http://wdsauk.co.uk/) e a European Non-Governmental Sport Organisation Youth (http://www.engso.eu/).

#### b) Sport Physical Education And Coaching in Health Project (SPEACH)

O projeto SPEACH (Sport Physical Education And Coaching in Health) é um projeto financiado pelo programa ERASMUS+, envolvendo 10 instituições europeias, e que tem como objetivo educar futuros profissionais do Desporto, para a capacitação de crianças e jovens para um estilo de vida saudável, contribuindo para a melhoria da saúde da sociedade europeia. Para tal pretende-se integrar módulos temáticos de atividades físicas benéficas para a saúde (HEPA: *Health Enhancing Physical Activity*) nos programas de formação já existentes de Educação Física e de Treino Desportivo.

Ao intervir junto dos profissionais do Desporto, pretende-se que haja uma transferência direta das políticas e recomendações inscritas na Carta Europeia do Desporto, como estratégia angular de combate às doenças não comunicáveis.

#### 4.2. PROJETOS INSTITUCIONAIS EM DESENVOLVIMENTO A NÍVEL NACIONAL E LOCAL

#### c) Diabetes em Movimento® Rio Maior

O Diabetes em Movimento® é um programa comunitário de exercício direcionado para pessoas com diabetes tipo 2, desenvolvido na cidade de Rio Maior. Este programa de intervenção comunitária tem por base um projeto de investigação científica, cujos objetivos passam por avaliar os efeitos do exercício físico no controlo da diabetes tipo 2, no risco cardiovascular e na aptidão física.



#### d) Ande mais ativo

Programa Comunitário de Marcha e Corrida. O Programa Ande Mais Ativo é um projeto de ligação à comunidade que pretende promover a atividade física regular na população em geral, com particular destaque para a população idosa. O projeto pretende dinamizar ações que visam a criação de oportunida-

des de participação da população em atividades que as orientem para um estilo de vida mais ativo, no sentido da sua autonomia funcional ao longo da vida.

#### e) Escola ativa

Programa de Atividade Física em Contexto Escolar e Impacto na Qualidade de Vida, Composição Corporal, Funcionalidade e Aptidão cardiorrespiratória. Consiste na implementação de programas de exercício físico em contexto escolar, visando complementar os programas escolares existentes nas áreas da atividade física e educação física, na população infantil do ensino básico, e na avaliação do seu impacto no padrão de atividade física, na qualidade de vida, na composição corporal, na funcionalidade e na aptidão cardiorrespiratória.





# 4 | FAJUDIS

POR FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES
JUVENIS DO DISTRITO DE SANTARÉM

# ENCONTRO NACIONAL «JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO LOCAL»

O Encontro Nacional «Juventude e Desenvolvimento Local» foi um projeto desenvolvido e implementado pela FAJUDIS - Federação de Associações Juvenis do Distrito de Santarém e viabilizado através do cofinanciamento obtido no âmbito da medida 5.1 Politicas de Juventude. do programa «Juventude e Ação», e decorreu nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2015. A sua população alvo foram jovens entre os 15 e os 30 anos, de diferentes proveniências e com diferentes experiências e/ou expectativas, no que diz respeito à temática «Desenvolvimento Local». A abordagem ao nível do projeto centrou-se na utilização das metodologias e dinâmicas do planeamento estratégico integrado, sustentadas numa rede de parcerias e reciprocidade entre os vários



atores envolvidos, colmatando as necessidades/problemas locais/regionais inscritos nos objetivos do projeto, tais como o Centro de Juventude de Lisboa.

Esta parceria foi uma mais-valia para atingir os seguintes resultados: Promoção da cidadania ativa dos/as jovens, através da constatação de problemas/necessidades fundamentais à comunidade; Discussão de políticas ativas de intervenção social tendo em conta uma pedagogia e uma dinâmica de participação de âmbito territorial; Identificação e disseminação de boas práticas de promoção de solidariedade e de inclusão social através de uma lógica de trabalho em parceria e de

partilha de perspetivas e recursos; Criação de um espaço de diálogo entre jovens, políticos e profissionais no âmbito da juventude e do desenvolvimento local e a promoção da capacidade de criatividade e incentivo ao empreendedorismo como meio de criação de autoemprego e subsistência da região em causa.

### ENCONTRO NO ÂMBITO DO ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO

O encontro subordinado ao tema «Juventude e Desenvolvimento Local» realizou-se no dia 17 de abril de 2015, no Centro de Juventude de Lisboa.

A iniciativa, enquadrada no âmbito do Ano Europeu para o Desenvolvimento, foi promovida pelo Centro de Juventude de Lisboa do Instituto Português de Juventude, pela FAJUDIS – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém e pela ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, com o apoio do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P.

Este encontro, dirigido ao público em geral, nomeadamente jovens, animadores/as, técnicos/as, dirigentes associativos, autarcas e investigadores no domínio da economia social, teve como finalidade dar a conhecer as oportunidades para os/as jovens, testemunhos de boas práticas associativas e de projetos empreendedores, demonstrando assim a importância do envolvimento dos/as jovens e da atitude empreendedora para a promoção do desenvolvimento local dos territórios.

O encontro juntou pessoas com papéis relevantes na execução de programas e projetos na área da juventude, nomeadamente representantes do Instituto Português da Juventude, da Agência Nacional para a Gestão do programa Erasmus+ Juventude em Ação, do Conselho da Europa e do Conselho Nacional da Juventude. A Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia de Lisboa, o Sport Clube Operário de Cem Soldos e a Lifeshaker apresentaram também os seus testemunhos sobre a importância do associativismo, com enfoque no associativismo juvenil.

Considerando as elevadas taxas de desemprego juvenil, bem como a desumanização dos territórios de baixa densidade, consideramos que é necessário dar a conhecer aos/às jovens projetos empreendedores que contribuam para a animação territorial e para o desenvolvimento local.

# **5** | LIFESHAKER

POR ASSOCIAÇÃO LIFESHAKER

#### FOXY LADIES – RUGBY CAN BE FEMININE!

A Escolinha de Rugby da Lifeshaker – Associação dedicada aos princípios da Educação e Inclusão pelo Desporto vaticinados pelo programa «Escolinhas de Rugby para Todos», dedicado à disseminação da modalidade em territórios críticos, no qual se encontra inserida pela Federação Portuguesa de Rugby, iniciou a sua atividade em 2012, sendo na altura um projeto direcionado aos interesses dos participantes masculinos, foi registando de forma surpreendente a adesão de jovens raparigas, que



gradualmente foram ultrapassando os medos e estereótipos naturais numa modalidade em que o contacto e a disputa físicos estão inerentes.

Na temporada de 2013/2014, iniciaram-se as atividades competitivas da Escolinha no escalão Sub14 — escalão misto que permite a convivência de atletas de ambos os Sexos, registando-se sob a liderança das capitãs Bruna Moreira e Brenda Reis as primeiras conquistas desportivas, destacando-se os segundos lugares nos Torneios Anuais de Rugby de 7 e de Rugby de 13, organizados pela Associação de Rugby do Sul.

Na temporada seguinte, a equipa foi finalista vencida da Taça Joaquim Chaves no escalão de Sub15, inserida no Portugal Youth Rugby Festival – o maior evento de Rugby Juvenil à escala europeia. No escalão de Sub13 da mesma competição, destacou-se também Iolanda Furtado, escolhida para capitanear a Seleção Regional de Rugby do Sul.

Este torneio marcou a separação de rapazes e raparigas, que devido às limitações etárias impostas no escalão de Sub16 ficaram impossibilitados de jogar

juntos, continuando a treinar em conjunto na Pista Municipal de Atletismo de Almada.

Nesta fase, consultou-se as atletas da equipa sobre o seu futuro na modalidade, apurando-se se gostariam de transitar para outras equipas, processo que seria facilitado pela Lifeshaker, ou ao invés criarem a sua própria equipa, que na vertente feminina entraria em competições nacionais Sub19 e Séniores – únicos escalões etários competitivos existentes na altura.

O desafio de criar uma equipa foi unanimemente partilhado, revelando a coragem e ambição de um grupo de raparigas maioritariamente Sub16, que responderam afirmativamente perante o desafio de competirem regularmente contra atletas com grande diferença etária. Estavam assim lançadas, no final de 2015, as Foxy Ladies.

A temporada de 2015/2016 iniciou-se apenas com derrotas nos primeiros três torneios da temporada, e o que seria motivo suficiente para desanimar esta jovem equipa, foi entendido por todas como uma fase de aprendizagem e adaptação às novas exigências.



A confiança e a amizade reinantes no grupo, além das capacidades de compromisso, sacrifício e de trabalho partilhadas por todas as atletas, sustentaram o início de uma trajetória de sucesso, que culminou no final de época com a subida à Primeira Divisão Nacional Sénior Feminina, na vertente de Rugby de 7.

Provada a capacidade de serem e competirem como equipa, lançou-se o desafio às Foxy Ladies para a temporada de 2016/2017 de se compro-

meterem na modalidade numa perspectiva semi-profissional, adicionando-se à equipa técnica desportiva valências como a preparação física, o apoio médico e o apoio psicossocial.

Mais uma vez o desafio foi aceite, com grande investimento pessoal de todas as atletas, sobretudo em períodos de treino bi-diários, evidenciando-se os resultados obtidos em consonância com a taxa de sucesso escolar acima dos 90%.

No plano desportivo, ao nível Sénior, terminaram a época no 5.º Lugar da etapa final do Torneio Nacional de Rugby de 7, somando-se o 3.º Lugar obtido no Torneio Regional (Sul) de Inverno, além de garantirem o 6.º Lugar na Final da Taça de Portugal.

No escalão de Sub19 conseguiram também o 3.º Lugar no Torneio Anual Nacional, prova em que se sagraram Campeãs Nacionais no escalão de Sub17 – escalão etário correspondente a 22 das atuais 26 atletas federadas que constituem a equipa.

Fruto deste percurso, 10 atletas das Foxy Ladies encontram-se inseridas nos trabalhos de preparação da Seleção Nacional de Sub18, que disputará o Campeonato Europeu, a decorrer em França, em setembro de 2017 – cinco destas atletas treinam também regularmente no Centro de Alto Rendimento de Rugby do Jamor, com vista à sua integração a prazo na Seleção Nacional Sénior.

Neste sentido, Anabela Duarte foi a primeira a alcançar esse feito, estreando-se pela Seleção Nacional na 13.ª edição do Centrale Sevens, tornando-se a mais jovem atleta de sempre no escalão Sénior e somando quatro internacionalizações neste torneio que se realizou em Paris.

Reavaliando-se no final da presente época os desafios que se seguem para as Foxy Ladies, certamente a superação pessoal e desportiva estarão presentes. Num território de intervenção do projeto onde a monoparentalidade feminina é uma realidade presente e com custas ao nível da vulnerabilidade social, inserindo-se também num distrito com estatísticas alarmantes ao nível da Violência doméstica e Violência no namoro, a pertinência deste projeto de Educação pelo Desporto ultrapassa a tangência mesurável dos resultados desportivos.

A capacitação observável na vida destas jovens atletas remete-nos para um fenómeno que do ponto de vista da Igualdade de Género se assume como um processo de empoderamento feminino, que no médio-longo prazo pode acarretar transformações comunitárias de carácter disseminador.

Assim, as participantes do projeto emergem como modelos locais de referência ao nível dos seus comportamentos, atitudes e valores, sendo observável a chegada de novas raparigas à equipa – motivadas para seguir os trajetos de vida das mais velhas, dotando-se através da prática desportiva de competências pessoais e sociais que ultrapassam os limites do campo de jogo, assumindo perante a vida compromissos e projetos ambiciosos e desafiadores.

#### CORTA O PRECONCEITO!

No ano de 2015, foi lançada pelo Alto Comissariado para as Migrações I.P. a primeira edição do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, sendo no âmbito deste mecanismo de apoio que a Life-

shaker – Associação desenvolveu o projeto «Sim!», que no original romani corresponde à primeira pessoa do verbo Ser, visando a implementação de ações em áreas problemáticas da comunidade cigana residente em Almada.

A metodologia deste projeto baseou-se nas ferramentas pedagógicas inerentes à abordagem «community-led local development», definida pela Comissão Europeia como um útil contributo para alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020, ao nível do desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, suportando esta metodologia uma visão transversal de apoio ao empoderamento de jovens de etnia cigana com vista a assumirem um papel autónomo no reforço e incremento da coesão social local, invertendo-se a lógica tradicional na qual são envolvidos como beneficiários de projetos, promovendo-se a sua interação na sociedade como parceiros ativos para o desenvolvimento.

Esta dinâmica implicou a experimentação de uma solução inovadora perante a realidade social existente, utilizando-se o trabalho em rede na animação de um grupo de ação local, na qual a experiência das entidades parceiras foi partilhada numa interação de apoio e orientação da então recentemente criada Associação Kalé Heritage, sustentando-se o Associativismo Juvenil como meio de exercício de cidadania por excelência, espaço onde se ganha o sentido de pertença a uma comunidade democrática, portadora de valores e ideais.

A integração de diferentes tipologias de ação no projeto visou a criação de uma solução integradora focalizada nas diferentes problemáticas debatidas e selecionadas com a comunidade cigana local, justificando-se de forma empírica uma realidade em que a igualdade de direitos e de integração é negativamente vivenciada – sendo um fator comum a diferentes domínios, como o Emprego, a Educação e a Cidadania.

Sistematizou-se durante este processo um ciclo no qual a desconfiança vivenciada pela comunidade cigana no seu dia-a-dia é retribuída da mesma forma para todo o sistema social de suporte; assim, perante uma diminuta efetivação dos Direitos destas pessoas, assiste-se a uma erosão do seu papel social, fechando-se em consequência esta comunidade sobre si mesma, acentuando-se um fosso perante um viável e desejável processo de inclusão social.

Perante esta realidade, idealizou-se a implementação do projeto «Sim!», através da concretização de ações de formação no âmbito da Cidadania e do Associativismo, que preconizaram a criação de uma campanha de combate à discriminação e sensibilização da opinião pública através da desconstrução de preconceitos sobre a população cigana.

Esta campanha, designada «Corta o Preconceito», foi construída pelos/as jovens participantes do projeto, que partindo das suas experiências de vida construíram um *storyboard* que refletiu situações de discriminação em que estiveram envolvidos/as, retratando através da criação de um vídeo de curta duração o universo das suas rotinas em diversos contextos — como a convivência no espaço da Escola, o acesso ao mercado de trabalho e o disfrute de momentos de lazer e recreio

Foi ainda construída uma campanha fotográfica promocional da campanha, baseando-se no conceito de que as aspirações e ambições pessoais não devem ser condicionadas por questões étnicas.



O sucesso viral desta campanha, que superou as 300.000 visualizações, deu o mote motivacional para que os/as jovens participantes do projeto compreendessem o impacto positivo que a sua participação pode ter em prol da sua comunidade, tornando-os/as mais permeáveis ao envolvimento em iniciativas em que a Cultura Cigana reivindica um espaço na Sociedade Portuguesa e Europeia.

Como exemplos desta nova dinâmica, destaca-se a participação, por convite do Instituto Português do Desporto e Juventude, de seis jovens participantes do projeto «Sim!» no Fórum Euro-Ibero-Americano da Juventude (Braga/2016), colaborando na construção do «Pacto Ibero Americano da Juventude» — disseminado posteriormente pela Organização Internacional da Juventude.

Noutro plano, destaca-se também a inclusão do Presidente da Associação Kalé Heritage — Jorge Pinto, no programa de capacitação «Mais Líderes — Jovens Cigan@s», organizado pelo Alto Comissariado das Migrações I.P., que decorreu durante todo o ano de 2016, e a partir do qual o Jovem Líder foi selecionado para representar a delegação portuguesa na conferência promovida pela Comissão Europeia «High Level Event on Roma youth empowerment — Promoting the key role of Roma youth as a driving force in the Roma integration».

# 6 | MOVIJOVEM

POR MOVIJOVEM - MOBILIDADE JUVENIL

### TURISMO JUVENIL UM MUNDO DE EXPERIÊNCIAS

A Movijovem é o Organismo Nacional responsável pela promoção do Turismo e Mobilidade Juvenil. Além da gestão de Produtos e Programas como o Cartão

Jovem e o Intra-Rail, é responsável pela gestão da Rede Nacional de Turismo Juvenil (RNTJ), que integra 42 unidades de alojamento em Portugal continental, contando



com mais de 3000 camas e que integra a Hostelling International, federação que conta com mais de 4500 hotéis e albergues de juventude em todo o mundo.

Tem como objeto principal promover, apoiar e fomentar ações de mobilidade juvenil na sua vertente social, possibilitando aos jovens portugueses, em especial aos mais desfavorecidos, um contacto mais direto com a realidade e o património cultural, histórico e natural do país, contribuindo para valorizar a formação sócio-educativa dos jovens e reforçar os laços culturais entre países e regiões.

As Pousadas de Juventude possuem cobertura nacional e encontram-se, todas elas, bem localizadas e com fáceis acessos, tendo vindo a desempenhar um papel relevante na promoção do turismo juvenil e na divulgação do nosso património histórico e cultural.

Com segmentos e tipologias próprias, cada unidade de alojamento é capaz de proporcionar experiências únicas, diferentes, divertidas e a custo reduzido! Aqui podem ser encontrados os segmentos Natureza/Aventura, Histórico/Cultural, Praias e Urbana.

Cada um destes destinos, pela sua própria implementação e diversidade, pode estar associado à prática de desportos de natureza e aventura, de atividades

histórico-culturais ou, simplesmente, à partilha de vivências entre jovens oriundos dos mais diversos lugares.

Procuramos aliar um alojamento de qualidade e conforto com a oferta de espaços pensados para viajantes jovens, aventureiros e independentes. Estas unidades de alojamento disponibilizam diversos serviços complementares, como sejam, a cozinha de alberguista, lavandaria de alberguista, sala de reuniões, sala de bagagem, aluguer de bicicletas, entre outros.

A Pousada de Juventude de Lisboa – Parque das Nações foi construída em 1998, por ocasião da EXPO 98 e desde então é um espaço de receção e alojamento de Jovens de todo o Mundo que nos visitam. É por isso com especial orgulho que vemos esta Pousada de Juventude integrada no Centro de Juventude de Lisboa, distinguido em 2014 com o Selo de Qualidade do Conselho da Europa, sob o lema «Uma Porta aberta para a Europa e para o Mundo».

Em boa hora a Movijovem se associou a este projeto liderado pelo IPDJ, contribuindo para a promoção nacional e internacional do turismo e da mobilidade juvenil.

Esperamos que este Centro de Juventude continue a afirmar-se como um espaço de referência internacional na promoção da Educação Não Formal, da Cooperação Internacional e das Politicas Públicas de Juventude.

Os Jovens procuram cada vez mais novas experiências, novos conhecimentos e o contacto com culturas locais. Para este segmento da população, viajar é uma forma de aprendizagem, de aquisição de conhecimentos e de desenvolvimento pessoal. De acordo com o relatório da Organização Mundial de Turismo, UNWTO «The power of Youth Travel», «o Turismo não é apenas mais um setor da economia, é um fenómeno humano com implicações sociais». O estudo promovido por esta Organização demonstra que o Turismo Juvenil é um importante mercado para o futuro, não somente pelos benefícios económicos que pode gerar, mas também pelo impacto cultural e social que promove. Justifica-se assim uma perspetiva integrada que aproxime e mobilize o setor público, privado e das ONG's para o desenvolvimento efetivo do turismo juvenil.

Venha conhecer a Natureza, o Património, a História, a Cultura e as Tradições de Portugal connosco! Pousadas de Juventude, Um Mundo de Experiências.

# REDE DE JOVENS PARA A IGUALDADE

7

POR REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS

## PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO NA JUVENTUDE

A Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE) é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção da igualdade de género na juventude. Pretende, pois, fazer o mainstreaming de género na área da juventude. Para este fim, trabalha em várias áreas:

Educação: a Educação para os Direitos Humanos, Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas e Igualdade de Género é a principal área de intervenção da REDE – a base de todas as atividades. Com o objetivo de implementar o mainstreaming de género na Educação para os Direitos Humanos, a REDE tem, desde a sua criação, colaborado com escolas, universidades, associações e outras estruturas ligadas à juventude para a sensibilização e mobilização de jovens em torno



das questões ligadas à Igualdade de Género, recorrendo a metodologias participativas, nomeadamente com base em Educação Não Formal.

Empoderamento: procura-se criar mecanismos de empoderamento das cidadãs para a participação activa na construção da própria vida e da sua comunidade, em termos económicos, sociais e políticos. De forma a potenciar o empoderamento das jovens mulheres, a REDE desenvolve várias atividades com o intuito de contribuir para que estas possam participar, em conjunto com os seus pares rapazes, de forma igual e equilibrada, no poder cívico e político, modificando o

status quo actual, profundamente condicionador de uma participação paritária nas estruturas do poder.



**Mobilização:** a participação da juventude é fundamental para a sustentabilidade da democracia. O ativismo jovem é um indicador de sucesso de uma sociedade democrática, é sinal de uma sociedade viva baseada na cidadania ativa e vibrante catalisada pela energia criativa da juventude.

A REDE disponibiliza um espaço e um conjunto de ferramentas ao serviço das pessoas jovens que queiram concretizar ações para a transformação social, no sen-

tido de uma maior defesa e reconhecimento dos direitos humanos e a promoção da igualdade de género.

**Advocacy:** pretende-se influenciar as políticas públicas ao nível nacional e europeu através de atividades de *advocacy* e *lobbying*, tendo por base as vivências e os contributos das pessoas jovens, assim como as experiências dos projetos desenvolvidos no terreno

# ATIVIDADES EM PARCERIA COM O CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA



A REDE é parceira do Centro de Juventude de Lisboa desde a sua inauguração e tem usufruido dos vários serviços, apoios e das instalações para um grande leque de atividades. Apreciamos não só o próprio espaço e apoio logístico que o CJL cede às associações juvenis mas, também, a energia e dinamismo da equipa e a visão jovem e empoderadora que molda sempre a sua atitude para com as associações parceiras.

## «BORN TO BE AN ACTIVIST»

O «Born to be an activist» nasceu no contexto do projeto No Hate Ninjas, que visa combater o discurso de ódio *online* e *offline* através da arte, humor e discurso de amor. O grupo «No Hate Ninjas» colabora com a campanha Jovens contra o Discurso de Ódio *Online* promovida pelo Conselho da Europa, tendo produzido materiais para a sua promoção (cartazes, memes, vídeos, etc.) e organizado eventos e ações de sensibilização para combater o discurso do ódio. No

CJL foi desenvolvida uma atividade internacional de uma semana que reuniu jovens ativistas para partilhar conhecimento e trocar experiências e métodos de trabalho ligados às artes e design, contribuindo, assim, para a elaboração de campanhas *online* e desenvolvimento de trabalho associativo ligado à área do discurso de ódio e ativismo.

## EMPODERAR: DO SONHO À AÇÃO

O EmPoderar foi um projeto da REDE em parceria com a Associação pelo Desenvolvimento das Mulheres Ciganas em Portugal – AMUCIP, financiado pelo EEA Grants, que teve como beneficiárias diretas 12 jovens mulheres ciganas com o objetivo de capacitar para o empreendedorismo social, através de programas de mentoria, desenvolvimento de competências e outras iniciativas de capacitação e empoderamento.



O CJL apoiou o projeto através da cedência do auditório para o seminário inicial e final e, também, na área da disseminação e sensibilização. Para celebrar o Dia Internacional d@ Cigan@ em 2016, com a colaboração do CJL, o IPDJ organizou e apoiou uma exposição de fotografias das jovens participantes do EmPoderar com excertos de entrevistas que, desde então, tem circulado por outras instituições, como a Câmara Municipal do Seixal. O projeto colaborou, também, com outras atividades do Centro, nomeadamente na sensibilização de uma comitiva búlgara em visita de estudo.

### I ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS FEMINISTAS

O I Encontro Nacional de Jovens Feministas foi desenvolvido em parceria com a e-APEM, cofinanciado pela CIG e com o apoio do Centro de Juventude de Lisboa. Com o objetivo de proporcionar um espaço de reflexão, debate e *networking* entre jovens feministas, preparámos uma conferência que procurou reunir jovens ativistas, académic@s e interessad@s na área dos feminismos de diferentes espaços e contextos profissionais, pessoais e políticos, para uma reflexão conjunta acerca



dos feminismos, Direitos Humanos das Mulheres e Igualdade de Género. O Encontro decorreu no CJL, no fim de semana de 17-18 de abril de 2016 e contou com a presença de mais de 100 jovens.

# SONHA, FAZ E ACONTECE

8

POR ASSOCIAÇÃO SONHA, FAZ E ACONTECE

# PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS PALOP

A Sonha, Faz e Acontece («SFA») é uma associação de voluntariado e empreendedorismo social que tem como missão a promoção da educação e o desenvolvimento sustentável dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa («PALOP»).

A SFA nasceu em abril de 2012 depois de, no verão anterior, alguns de nós terem aterrado pela primeira vez na Ilha do Príncipe, em São Tomé. O que começou por ser uma missão de voluntariado de um mês transformou-se rapidamente num trabalho permanente de promoção da Educação nos PALOP. Hoje são dois os projetos e mais de 50 voluntários a sonhar diariamente. Dia após dia, ano após ano e projeto após projeto, têm promovido a educação e desenvolvimento sustentável, quer no Prín-



cipe, quer em Portugal. Para o Príncipe, enviamos todos os anos uma equipa de voluntários que, em parceria com uma equipa local, dinamiza campos de férias para crianças, promove formações e orientação profissional a jovens e adultos, reconstrói escolas e postos de saúde. Em Portugal, dedicamo-nos ao acolhimento, orientação e integração positiva dos jovens de todos os PALOP que chegam a Portugal para estudar.

As principais áreas de intervenção da SFA são a educação, a inclusão social e a educação para a saúde.

Através do **«Projeto Portugal»**, a SFA dedica-se ao acolhimento e à orientação dos jovens dos PALOP que chegam a Portugal para estudar.

Cientes das dificuldades de adaptação e permanência com que estes estudantes se deparam – não só a nível estudantil, mas também profissional e pessoal – os voluntários da SFA trabalham junto de cada um destes jovens para criarem soluções estruturais que conduzam ao seu sucesso académico e a uma integração positiva na sociedade portuguesa.

São várias as actividades que a SFA desenvolve no sentido de alcançar o resultado almejado com estes estudantes. De entre estas actividades, destacamos as seguintes:

#### 1. BOOTCAMP SFA

É um fim de semana lúdico e educativo onde se facilita o intercâmbio de culturas e a adaptação e integração destes estudantes ao nosso país. Os principais objetivos são a promoção da troca de experiências entre voluntários da SFA e os estudantes dos PALOP e também a aquisição de competências. Durante o Bootcamp SFA são organizados workshops nas mais variadas áreas, sempre em colaboração com profissionais experientes. Empreendedorismo, formação profissional, recrutamento, entre outros, são alguns dos temas que desenvolvemos com estes estudantes, por forma a contribuir para o progresso da sua carreira académica e profissional.

#### 2. CAMPANHAS DE NATAL

Desde 2013 que, pelo Natal, a SFA organiza uma mega-campanha de recolha de material escolar, roupa e outros bens essenciais a fim de os distribuir pelos estudantes PALOP a residir em diferentes zonas de Portugal. Voluntários, parceiros empresariais e simpatizantes da causa unem-se nesta altura mais do que nunca. Depois de avaliadas as necessidades, de norte a sul, percorremos todas essas comunidades e, aproveitando para conhecer melhor a realidade dos estudantes, fazemos também a distribuição.

#### 3. FAZ ACONTECER EMPREGO

Em 2015 a Sonha, Faz e Acontece venceu o Prémio Voluntariado Jovem do Montepio com o projeto «Faz Acontecer Emprego». O objetivo desta iniciativa é dotar os estudantes PALOP em Portugal de competências profissionais para melhor integração no mercado de trabalho no nosso país, assim como no país de origem, aquando do seu regresso.

#### 4. OPEN DAY DAS PROFISSÕES

Evento que tem como objectivo aproximar os estudantes dos PALOP ao mercado de trabalho através do contacto com profissionais de várias áreas do saber.

### 5. EXPLICAÇÕES DE MATEMÁTICA E AULAS DE INGLÊS

Acontecem todos os sábados no Centro de Juventude de Lisboa.

Professores voluntários esclarecem dúvidas e transmitem conhecimentos sobre estas duas áreas a uma turma de 30 estudantes PALOP.

Os projetos da SFA obrigam a que a associação esteja em permanente contacto com outras associações culturais, estudantis e juvenis que actuam em Portugal nas áreas de intervenção eleitas pela SFA.



Do mesmo modo, e para conseguirmos levar a cabo os nossos projetos no terreno, a SFA mantém estreito contacto com associações e instituições locais que facilitam a transmissão de informação relativamente àquelas que são as necessidades mais prementes do público-alvo da SFA. Desta forma, conseguimos adequar o nosso trabalho às necessidades reais da população do país onde intervimos.

Por outro lado, o contacto permanente com empresas e a criação de parcerias empresariais revelam-se também ferramentas importantes na materialização dos projetos da SFA.

# BIBLIOGRAFIA

BRUNO, Ana (2014), «Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos», *Mediações* – Revista On-line da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Vol. 2, n.º 2.

CALADO, Pedro. (2014), «O papel da educação não-formal na inclusão social: a experiência do programa Escolhas», *Interacções*, n.º 29, pp. 60-94, ESES, Setúbal.

CEDEFOP – European Centre for the Development of Vocational Training, European Guidelines for validating non-formal and informal learning, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2009.

Conselho da Europa (2007), mini compendium on non-formal education, Directorate of Youth and Sport, Strasbourg.

Council of Europe, European Youth Leaders and Youth Work Portfolio https://www.coe.int/t/dg4/youth/Resources/Portfolio/Portfolio en.asp

FÁVERO, Osmar (2007), «Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos», *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n.º 99, p. 614-617, maio/ago. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

Final Report of the 2nd European Youth Work Convention, http://www.eywc2015.eu/final report

Fórum Europeu de Juventude, Policy Paper on Youth organisations as non-formal educators – recognising our role, 2003.

LINDNER, Martin (2010), «Diversity of learning environments – Bridgets between formal, non-formal and informal learning environments», *In & Out, Learning outside the class-room*, volume I – Foundation course, http://in-and-out.via.dk/

MARKOVIC, J.; LOPEZ, M. e DZIGURSKI, S. (2015), «Finding a Place in Modern Europe – mapping of barriers to social inclusion of young people in vulnerable situations», *Youth Partnership EU – CoE*, Council of Europe, Strasbourg.

SOUTO-OTERO, Manuel *et al.* (2013), "Study on the impact of Non-Formal Education in youth organisations on young people's employability," European Youth Forum.

PINTO, Luís (2007), «Educação Não-Formal: um contributo para a compreensão do conceito e das práticas em Portugal» dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa. http://hdl.handle.net/10071/705

PAOLINI, G. (2014), «Youth Social Exclusion and Lessons from Youth work», Youth, EACEA, European Commission, Brussels.

Secretaria de Estado da Juventude, «Juventude em Acção – XVI Governo Constitucional», Lisboa, 2005.

LATCHEM, Colin Robert (2013) – »Informal Learning and Non-Formal Education for Development». *Journal of Learning for Development* – JL4D, [S.l.], VOL. 1, n.º 1, ISSN 2311-1550

Available at: <a href="http://www.jl4d.info/index.php/ejl4d/article/view/6">http://www.jl4d.info/index.php/ejl4d/article/view/6</a>. Date accessed: 29 Jan. 2017

# **CONTACTOS**

### INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE (Sede)

Rua Rodrigo da Fonseca, 55 1250-190 Lisboa

Tel.: +351 21 047 0000 Email: geral@ipdj.pt

Web: www.ipdj.pt | juventude.gov.pt

#### CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA

Rua de Moscavide, 47101

1998-011 Lisboa

Tel.: +351 21 892 0800 Email: cjlisboa@ipdj.pt

Web: cjl.ipdj.pt

Parceiros internacionais

#### CONSELHO DA EUROPA (Sede)

Avenue de l'Europe F-67075 Strasbourg Cedex, France

Tel.: +33 (0)3 88 41 20 00 Email: infopoint@coe.int Web: www.coe.int

#### FÓRUM EUROPEU DA JUVENTUDE

Rue de l'Industrie 10 1000 Brussels

Tel.: +32 2 793 75 20

Email: youth forum @youth forum.org

Web: www.youthforum.org Parceiros nacionais

#### CNJ - Conselho Nacional de Juventude

R. dos Douradores 106-118 1000-207 Lisboa

Tel.: +351 21 880 2130

Email: geral@cnj.pt Web: www.cnj.pt

### AGÊNCIA NACIONAL ERASMUS+ JUVENTUDE EM AÇÃO (Sede)

Rua de Santa Margarida 6

4710 Braga

Tel.: +351 253 204 260

Email: erasmusmais@juventude.pt

Web: www.juventude.pt

#### FNAJ – Federação Nacional de Associações Juvenis

Rua do Almada, N.º 679 1.º - Salas 101/2/3

4050-039 Porto Tel.: +351 222 007 767 Email: fnaj@mail.telepac.pt

Web: www.fnaj.pt

### FAJUDIS – Federação de Associações Juvenis do Distrito de Santarém

Rua Luís de Camões, 9 – r/c Apartado 52 | 2250-066 Constância

Tel.: +351 249 739 508 Telm: +351 927 121 456 Email: fajudis@gmail.com Web: www.fajudis.org

### AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Rua de Moscavide, 47101

1998-011 Lisboa Tel.: +351 218 946 028 | + 351 212 471 741

Telm: +351 960 486 838 | +351 932 469 204

Email: geral@aidglobal.org Web: www.aidglobal.org

#### DYPALL Network (Sede)

Av. Miguel Bombarda, n.º 3 8500-299 Portimão

Tel.: + 351 910 232 581 Email: info@dypall.com Web: www.dypall.com

# ESDRM – Escola Superior de Desporto de Rio Maior

Av. Dr. Mário Soares 110 2040-413 Rio Maior Tel.: +351 243 999 280

Email: geral@esdrm.ipsantarem.pt

Web: www.esdrm.pt

#### LIFESHAKER – Associação Juvenil

Rua do Chafariz Público n.º 21, vivenda marieta

2825-066 Caparica Tel.: +351 912 334 418

Email: lifeshaker.associacao@gmail.com

Web: lifeshakers.blogspot.com

#### MOVIJOVEM - Mobilidade Juvenil

Rua Lúcio de Azevedo, 27 1600-146 Lisboa

Tel.: +351 217 232 100

Email: movijovem@movijovem.pt

Web: www.movijovem.pt

#### REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

Rua de Moscavide, 47101

1998-011 Lisboa Tel.: +351 917 818 727

Email: geral@redejovensigualdade.org.pt

Web: redejovensigualdade.org.pt

#### SONHA, FAZ E ACONTECE

Avenida 5 de Outubro, 151 4.º D

1050-053 Lisboa Tel.: +351 916 309 348

Email: sfa@sonhafazacontece.org.pt Web: www.sonhafazacontece.org

# ÍNDICE

MENSAGEM Secretário de Estado da Juventude e Desporto	5
PREFÁCIO	7
AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	11
PARTE I: POLÍTICAS DE JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO JOVEM  1. Uma porta aberta para os jovens de Lisboa e Portugal  2. A juventude tem o direito inerente de moldar o seu destino  3. Educação para a participação juvenil  4. CNJ: a voz da juventude em Portugal  5. FNAJ: promoção do movimento associativo juvenil  6. Associativismo jovem e educação não formal: uma aliança de valor no quadro das políticas públicas de juventude  7. O empreendedorismo e os programas do IPJ/IPDJ: modelos de intervenção entre 2008-2016  8. Do sistema nacional de voluntariado jovem ao «Agora Nós»  9. Estratégia de juventude para o futuro – o Centro de Juventude de Lisboa e os seus parceiros	15 19 33 39 45 49 65 75
PARTE II: O CJL E O PAPEL DOS SEUS PARCEIROS NA DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS 1. AIDGLOBAL 2. ERASMUS + Juventude em Ação 3. Escola Superior de Educação de Rio Maior 4. FAJUDIS 5. Lifeshaker 6. Movijovem 7. Rede de jovens para a igualdade 8. Sonha, faz e acontece	87 95 10 10 10 113 115
BIBLIOGRAFIA	123
CONTACTOS	125

Título: Juventude e Cidadania: Educação e Participação

Autoria/Edição: Centro de Juventude de Lisboa (CJL) do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ)

Colaboração: AIDGLOBAL, CONSELHO DA EUROPA (Antie Rothemund e Paulo Pinheiro), CNJ, DYPALL, ERASMUS+ JUVENTUDE EM AÇÃO, ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO DE RIO MAIOR, FAJUDIS, FNAJ, FÓRUM EUROPEU DA JUVENTUDE (Márcio Barcelos), IPDJ (Carlos Paulo Pereira, José Pedro Melo e Castro, Sílva Costa), LIFESHAKER, MOVIJOVEM, REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE, SONHA, FAZ E ACONTECE

Revisão: Inês Fernandes

**Tradução:** Lígia Bernardino e Sandra Marques Conceção gráfica: Edições Afrontamento, Lda. Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto www.edicoesafrontamento.pt comercial@edicoesafrontamento.pt Capa: Paula Lopes (Centro de Juventude de Lisboa)

Depósito Legal: 434766/17

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda.

Santa Maria da Feira

1.ª edição: Dezembro de 2017